



**Victoria Motta de Lamare França**

**As violências simbólicas nas práticas cotidianas das  
Operações de Paz da ONU**  
Uma reflexão centrada na figura do Assistente de Ligação  
Comunitária na MONUSCO

Orientador: Prof. Dr. Kai Michael Kenkel  
Co-orientador: Prof. Ms. Pablo Fontes

Rio de Janeiro  
2020.2



**Victoria Motta de Lamare França**

**As violências simbólicas nas práticas cotidianas das  
Operações de Paz da ONU**  
Uma reflexão centrada na figura do Assistente de Ligação  
Comunitária na MONUSCO

Monografia apresentada ao Instituto de  
Relações Internacionais da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de Janeiro  
(PUC-Rio) como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Kai Michael Kenkel  
Co-orientador: Prof. Ms. Pablo Fontes

Rio de Janeiro  
2020.2

## AGRADECIMENTOS

Quando me perguntaram como andava minha monografia nesses últimos meses, afirmei que a minha principal preocupação era escrever a seção de agradecimentos. Em poucas páginas, é preciso refletir sobre todas as pessoas que moldaram meus últimos quatro anos como estudante na PUC-Rio e como internacionalista em formação. Assim, sinto que essa é uma tarefa interminável, isto é, todos os encontros que temos nos oferecem uma nova perspectiva sobre nossa vida e nossos objetivos neste mundo. Por isso, serei eternamente grata a todos que conheci e conhecerei em minha trajetória.

Começo, portanto, agradecendo às pessoas que me trouxeram a esse mundo, meus pais. Sem vocês, seus sacrifícios e seu amor eu não seria a mesma pessoa e não teria chegado aqui em primeiro lugar. Deixo minha eterna gratidão à minha mãe, que sempre esteve presente nessa jornada me impulsionando a dar o meu melhor. Te Amo Muito. Quero agradecer também ao meu pai que sempre me apoiou nas minhas mais loucas ideias, como, por exemplo, fazer uma faculdade de Relações Internacionais.

Gostaria de agradecer, também, aos meus orientadores. Ao Kai Kenkel, muito obrigada por todas as nossas conversas ao longo desses últimos dois anos. Sinto que aprendi tanto que descobri um novo mundo dentro das Operações de Paz cada vez que nos encontrávamos, seja no Zoom/Whereby ou nas aulas que tive o prazer de ser sua aluna. Agradeço também o apoio e o carinho nos tempos difíceis que enfrentei nesses últimos meses, eu não poderia ter tido um melhor orientador!

Além disso, dedico uma imensa gratidão ao Pablo Fontes, meu co-orientador e amigo, que conheci em 2018 (parece tão distante a gente trocar ideias na L542 antes da aula começar). De lá para cá, ganhei uma amizade para vida com essa pessoa incrível e tenho certeza que essa pandemia só cria uma distância temporária. Muito obrigada por todo o carinho e pela amizade, tenho certeza que teremos ainda muitas ligações (algumas de mais de uma hora) trocando ideias, rindo, chorando e nos apoiando nos mais diversos desafios que a vida nos apresentará.

Agradeço ao Instituto de Relações Internacionais pelo enorme aprendizado, que abriu meus olhos para o mundo e me ensinou a questionar como realmente queremos construir nosso futuro. Sou muito grata aos anos de monitoria com os

professores Felipe de Rosa, Ricardo Oliveira, Sérgio Veloso e Kai Kenkel, que me ensinaram um amor pela Academia e pela Pesquisa Científica, o caminho que busco seguir profissionalmente. Deixo um agradecimento especial também a outros professores que marcaram minha trajetória e, portanto, os “culpados” pelo meu amor a debates teóricos: Fernando Maia, João Nogueira e Paulinho. Apesar de breves encontros, gostaria também de agradecer à Jéssica de Oliveira e à Fernanda Aves que lecionaram mini-cursos ao longo da minha Graduação os quais mudaram minha forma de entender o mundo.

Mas esses últimos quatro anos não foram feitos somente de estudo. Assim, quero agradecer aos meus amigos que impediram ou compartilharam os “surtos”/desesperos/“como assim a prova é de múltipla escolha?” nessa faculdade e tornaram nosso cotidiano bem mais divertido. À Daniela Artusi, uma amizade de longa data, com quem compartilhei meus estudos sobre Bourdieu (às vezes até de madrugada) e à Gabriela Carvalho, com todas as nossas discussões (e memes) sobre Foucault, sou grata por termos criado o Grupo de Estudos de Teorias de RI que alegraram minhas sextas-feiras nessa quarentena. Afinal de contas, nem tudo acaba em pizza, porém coisas maravilhosas podem começar desses momentos perfeitos.

Gostaria de agradecer também a Cleyton Lima, Maria Eduarda França, Lucas Dantas, Lucas Rocha e Ronaldo Raposo por todas as risadas, guacamoles e coquinhas. Com certeza, esses quatro anos só foram possíveis com essas amigas. Quando for seguro, tenho certeza que nos encontraremos no “Bar das Freiras” ou no nosso restaurante mexicano favorito para colocar a conversa em dia!

Deixo também meu agradecimento ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Sem vocês, jamais teria entrado em contato com meu objeto de pesquisa e não estaria estudando as Operações de Paz da ONU nesta monografia. Sou grata aos cursos oferecidos pelo Centro, a oportunidade de apresentar minha pesquisa na REBRAPAZ e pela experiência profissional enquanto pesquisadora que me ensinaram muito sobre as Forças Armadas deste país e como funciona na prática uma Operação de Paz

Por último, quero agradecer à professora Flávia Guerra e a equipe do Debates Pós-coloniais e Decoloniais, Ayzar, Badra, Luany, Luisa, Leandro, Monik e Shakila. Apesar de terem chegado quase no final da “festa”, foram grandes amigos nessa pandemia e me instigaram a decolonizar todas as nossas relações.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

A presente monografia busca refletir sobre as violências simbólicas presentes no cotidiano dos Assistentes de Ligação Comunitária (CLA) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). O objeto central desta pesquisa, os CLAs, são profissionais congolezes contratados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para realizar a mediação entre a população local e os *peacekeepers*, já que possuem uma *expertise* linguístico-cultural capaz de (des)conectar essas partes. Desse modo, ao mesmo tempo que os CLAs conectam o local e o global em processos de mediação, eles não impossibilitam que desconexões possam ser realizadas, uma vez que é necessário de um terceiro para se “comunicar”. Assim, por meio de uma combinação teórica entre a sociologia proposta por Pierre Bourdieu, a virada prática nas Relações Internacionais e os Estudos Pós-coloniais, argumenta-se que o campo transnacional de Operações de Paz funciona como uma assemblagem global, na qual o CLA atua, conscientemente ou não, como cúmplice de um projeto ocidental para a imposição de ideais (neo)modernizantes presentes no discurso da Paz Liberal. A partir da praxiografia, esta monografia faz uso dos manuais escritos pela ONU acerca das “boas práticas” e “lições aprendidas” no emprego desses profissionais, ou seja, a *doxa* transformada em *habitus* para esse campo, a fim de refletir como eles sofrem e (re)produzem uma violência de teor colonial em suas práticas profissionais.

## PALAVRAS-CHAVE

Assistente de Ligação Comunitária; MONUSCO; mediação; virada prática; pós-colonialismo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2. A VIRADA PRÁTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PROBLEMATIZANDO O CAMPO DAS OPERAÇÕES DE PAZ VIA O ASSISTENTE DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA.....</b>	<b>12</b>
2.1 UM BREVE MAPEAMENTO SOBRE A VIRADA PRÁTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	14
2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU E O CAMPO DA TEORIA PRÁTICA INTERNACIONAL.....	19
2.3 OS (DES)ENCONTROS ENTRE PIERRE BOURDIEU, PÓS- COLONIALISMO E OS ESTUDOS SOBRE OPERAÇÕES DE PAZ .....	28
2.4 O CAMPO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E A FIGURA DO ASSISTENTE DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA .....	35
<b>3. LINGUAGEM E COLONIALISMO: DESCOLONIZANDO AS NARRATIVAS A PARTIR DOS MANUAIS SOBRE OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA .....</b>	<b>38</b>
3.1. O COLONIALISMO E A REPRESENTAÇÃO DOS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NAS OPERAÇÕES DE PAZ .....	39
3.2. UMA ECONOMIA DA LINGUAGEM SOBRE OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA: A (RE)PRODUÇÃO DAS LÓGICAS DE EQUIVALÊNCIA/ASSIMILAÇÃO E DIFERENÇA/ANIQUILAÇÃO .....	45
3.3. OS MANUAIS SOBRE OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA: NARRATIVAS, CAMPO E EXCLUSÕES .....	52
<b>4. O PAPEL DO ASSISTENTE DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NA NATURALIZAÇÃO E NA NORMATIZAÇÃO DE VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DA MONUSCO .....</b>	<b>60</b>
4.1 O MOSAICO CONGOLÊS: UM BALANÇO HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES EXTERNAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO .....	60

4.2 OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NA MONUSCO: CONCEPÇÃO, (DES)CONEXÃO E VIOLÊNCIAS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS .....	68
4.3 OS MANUAIS COMO UMA POSSIBILIDADE DE TRADUÇÃO DAS PRÁTICAS DOS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA .....	75
4.4 AS ASSEMBLAGENS GLOBAIS E OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NA MONUSCO.....	80
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>88</b>

## LISTA DE ABREVIACOES

AGNU .....	Assembleia Geral das Naoes Unidas
CLA .....	Assistente de Ligaao Comunitária
CSNU .....	Conselho de Segurana das Naoes Unidas
FIB .....	Brigada de Intervenao da Fora
HRW .....	<i>Human Rights Watch</i>
JPT .....	<i>Joint Protection Teams</i>
MONUC .....	Missão das Naoes Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO .....	Missão das Naoes Unidas para a Estabilizaao na República Democrática do Congo
ONU .....	Organizaao das Naoes Unidas
ONUC .....	Operaao das Naoes Unidas no Congo
RDC .....	República Democrática do Congo
RI .....	Relaoes Internacionais
TWB .....	<i>Translators Without Borders</i>
UN-DPO .....	<i>United Nations Department of Peace Operations</i>
UN-DPKO/DFS .....	<i>United Nations Department of Peacekeeping Operations/Department of Field Support</i>



## 1. INTRODUÇÃO

Those global economic and political processes invariably give rise to cultural links. The evolution of the present global order over the last five hundred years has seen the world being dominated by a handful of languages; European languages of course and the cultures these have carried will have shaped the dominated in similar ways (Thiong'o, 1993, p. 31).

Thus English and the African languages never met as equals, under conditions of equality, independence, and democracy, and this is the root of all subsequent distortions. They met with English as the language of the conquering nation, and ours as the language of the vanquished. An oppressor language inevitably carries racist and negative images of the conquered nation, particularly in its literature, and English is no exception (Thiong'o, 1993, p. 52).

Observa-se que as Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) são marcadas por barreiras linguístico-culturais, onde múltiplos são os idiomas instrumentalizados, ainda que na sua maioria seja o Ocidente (com idiomas como o inglês, francês e português, por exemplo) que interpela os processos de mediação sobre a população local. Diante das diversas barreiras linguísticas, a “comunidade internacional” pretende, por meio de sua influência no campo, fazer com que o discurso da “paz sustentável”, baseado nos preceitos da Paz Liberal, torne-se a *doxa* e, conseqüentemente, o *habitus*. Essa visão (neo)liberal sobre a produção da paz, por sua vez, reitera formas que enalteçam o “progresso” e a “modernidade” ocidental.

Para realizar a “comunicação” (Wolton, 2010) entre os *peacekeepers* e a comunidade local, a ONU decidiu empregar os Assistentes de Ligação Comunitária (CLA), que serão objeto de estudo desta monografia. Eles são profissionais locais que mediam as interações entre esses atores, buscado romper as fronteiras da linguagem e da cultura, devido à sua *expertise* sobre esses dois diferentes “mundos”. Desse modo, ao mesmo tempo que os CLAs conectam essas duas partes, por meio da mediação, eles não impossibilitam que desconexões possam realizadas, uma vez que é necessário de um terceiro para se “comunicar”.

Diante desse contexto, os CLAs atuam na (re)produção de ideais anglo-europeus de “modernidade” violentos em suas práticas cotidianas, na medida em que sua profissão consiste em apoiar o projeto (neo)liberal da ONU no terreno. Dessa forma, esta monografia entende os CLAs como *experts* em um campo, o das Operações de Paz, em que ele é infantilizado ao mesmo tempo que é, de certa forma, valorizado pelo grupo dominante por ser cúmplice na MONUSCO. Cabe destacar

que esta monografia conta com um estudo de caso, a Operação de Paz em curso na República Democrática do Congo (RDC). Criada em 2010, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO) é o mosaico explorado nesta monografia, uma vez que é onde essa função foi primeiramente empregada e onde ela possui um “conceito” mais holístico e complexo (UN-DPKO/DFS, 2016).

Destaco que, nos estudos de Operações de Paz, limitadas foram as produções acerca do papel dos CLAs. É neste sentido que pretendo, em alguma medida, preencher a limitada produção e reflexão sobre este ator. Assim, busco nesta monografia considerar a seguinte questão: *como refletir sobre as violências simbólicas inerentes às práticas cotidianas das Operações de Paz a partir do Assistente de Ligação Comunitária no caso da MONUSCO?*

A hipótese/reflexão defendida nesta pesquisa é que as violências simbólicas presentes no cotidiano do CLA na MONUSCO remetem ao passado colonial vivido na República Democrática do Congo, uma vez que há a imposição de práticas (neo)modernizantes (Inayatullah & Blaney, 2004) sobre a população congoleza. Para acessar essas práticas, esta monografia propõe a reflexão sobre os manuais escritos pela ONU sobre esses profissionais, sendo, portanto, a fonte primária deste estudo. De acordo com Bueger e Gadinger (2018), esse tipo de documento é essencial para se entender como funciona um campo, uma vez que é a “cola” que une os atores e detém explicitamente o conhecimento implícito que informa o *habitus*.

No entanto, a fim de complementar e complexificar a minha análise sobre o papel dos CLAs na MONUSCO e as violências simbólicas (re)produzidas, faço uso nesta monografia também de uma análise pós-colonial que me oferece as ferramentas para compreender as disputas no campo por meio das práticas cotidianas enquanto uma prática colonial. Assim, destaco que esta monografia faz uso da combinação teórica-metodológica entre a contribuição de Bourdieu, sua aplicação na virada prática das RI e os estudos pós-coloniais enquanto uma forma inovadora na produção de conhecimento sobre os estudos de Operações de Paz.

A estrutura geral da monografia é constituída por três capítulos. Primeiramente, busco apontar a contribuição da sociologia de Pierre Bourdieu e sua adaptação na virada prática nas RI. Assim, seguimos para uma reflexão sobre as interseções dessas vertentes para o campo de Operações de Operações de Paz e o

pós-colonialismo. Ademais, discuto brevemente a inserção do Assistente de Ligação Comunitária no campo da MONUSCO.

No segundo capítulo, é abordada a discussão sobre linguagem e colonialidade, a partir da narrativa da figura do CLA e seu papel de mediação nos manuais. Argumento, em seguida, como esses documentos são um epistemicídio dos profissionais e analiso a dominação colonial implícita no discurso “neuro” sobre as expectativas para os CLAs no terreno que (re)produzem as lógicas de equivalência/assimilação e diferença/aniquiação (Doty, 1996, pp. 11-12; Inayatullah & Blaney, 2004). Além disso, reflito sobre o lugar desses manuais no campo transnacional das Operações de Paz para acessar as violências explícitas sofridas pelos CLAs.

O terceiro e último capítulo analisa a naturalização e a normatização da violência simbólica na República Democrática do Congo resgatando as questões históricas do período colonial até a atualidade, com a MONUSCO. Nesse sentido, proponho uma digressão histórica sobre a interferência estrangeira no Congo para, posteriormente, entendermos como a profissão de Assistente de Ligação Comunitária surgiu. Finalmente, discuto sobre a metodologia aplicada neste estudo, focando nos manuais como uma possibilidade de acesso às práticas cotidianas e o entendimento de assemblagem que perpassa a monografia.

Por fim, esta monografia possui como fontes primárias os manuais redigidos pela ONU a respeito dos Assistentes de Ligação Comunitária, meu objeto de estudo. Já as fontes secundárias são a literatura de Bourdieu, dos estudos pós-coloniais e os conceitos da virada prática nas Relações Internacionais. Isso tudo me permite construir um mosaico, onde independentemente da forma, composição, estilo, o que importa é o seu conteúdo que não necessariamente tem um início e/ou fim, mas um processo em si, isto é, uma assemblagem. O processo, em meio às suas intempéries, como contradições e ambiguidades, é que me interessa nesta monografia.

## 2. A VIRADA PRÁTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: PROBLEMATIZANDO O CAMPO DAS OPERAÇÕES DE PAZ VIA O ASSISTENTE DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA

Quando consideramos as Operações de Paz<sup>1</sup> mais recentes da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (*Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République démocratique du Congo*, MONUSCO), observamos uma assemblagem de atores nas ações cotidianas. Podemos destacar, por exemplo, o governo do país anfitrião, as diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, bem como as próprias agências especializadas, policiais e tropas (atores militares) atuando sob a bandeira da ONU. Com isso, a própria organização reconhece um desafio em se conectar com a parte receptora da ajuda, a população local.

Nesse sentido, o projeto de “paz sustentável” defendido pela ONU, que almeja a “estabilização” do país anfitrião (de acordo com o próprio nome da Operação de Paz), encontra dificuldades para ser posto em prática. Nesse contexto, marcado por idiosincrasias das mais diversas, destaco a função de Assistente de Ligação Comunitária (*Community Liaison Assistant*, CLA), que foi criada na MONUSCO em 2010 com o objetivo de aproximar os *peacekeepers* e a população local, facilitando a interação desses atores ao tentar diminuir barreiras (leia-se fronteiras) linguísticas e culturais.

Esta monografia busca, nesse sentido, refletir sobre os Assistentes de Ligação Comunitária na MONUSCO, profissionais fundamentais para que o projeto de paz da ONU possa ser operacionalizado. Por ser a origem dessa ideia, considero a MONUSCO como o estudo de caso mais relevante para minha reflexão. Outro fator relevante é a percepção de que a MONUSCO tem uma visão mais holística e complexa sobre os CLAs em relação a outras missões onde sua presença é marcada. Vale ressaltar que, desde a criação da missão, a ONU vem considerando

---

<sup>1</sup> Apesar de este estudo focar nas Operações de Paz conduzidas pelas Nações Unidas, cumpre ressaltar que esse não é o única Organização Internacional que realiza esse tipo de missão. De aqui em diante, esse termo será utilizado para se referir exclusivamente as missões autorizadas pela ONU.

essa profissão como um “instrumento eficaz” para a implementação de seus mandatos de Proteção de Civis e vem expandindo sua atuação para outras missões no continente africano (UN-DPKO/DFS, 2016).

Todavia, essa história de “sucesso” mascara uma estrutura social de dominação violenta, que remete ao passado colonial vivenciado pela República Democrática do Congo (RDC) com o imperialismo belga e outras interferências estrangeiras pós-independência (1960). Assim, faz-se necessária uma lente teórico-metodológica que nos permita refletir sobre essas relações sociais e como o Assistente de Ligação Comunitária se insere nesse contexto calcado em práticas-pós-coloniais cuja linguagem se torna uma das principais formas de manutenção destas relações (direta/indireta). Opto por utilizar, nessa perspectiva, a contribuição de Pierre Bourdieu, sua aplicação nas Relações Internacionais (a virada prática) e os estudos pós-coloniais, como nos trabalhos de Thiong’o (1994), Moreno et al. (2012) e Inayatullah e Blaney (2004), já que permitem refletir sobre a problemática na qual o meu objeto de estudo está inserido, o Assistente de Ligação Comunitária, na medida em que (re)produz práticas pós-coloniais rotineiramente nas Operações de Paz.

Essa combinação de diferentes vertentes se torna fundamental para se refletir sobre o objeto desta monografia (os Assistentes de Ligação Comunitária), uma vez que busco entender as dinâmicas de poder e dominação (re)produzidas no cotidiano das Operações de Paz na MONUSCO. Nesse sentido, o arcabouço teórico de Bourdieu nos proporciona, por um lado, observar uma série de ferramentas de análise que, ao serem introduzidas para as Relações Internacionais (RI) com a virada prática, nos abrem os olhos para o domínio sutil e invisível presente nas relações sociais no dia-a-dia da MONUSCO. Entretanto, esta reflexão fica inacabada sem questionamentos pós-coloniais, porque vejo nas práticas cotidianas um vínculo com um passado colonial, ao ser reiterado por meio das práticas de dominação linguística e política a partir de violências simbólicas.

Assim, este capítulo tem como objetivo refletir sobre as influências teórico-metodológicas empregas nesta monografia ao tecer indagações sobre o Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO, sendo dividido em quatro seções. Primeiramente, há uma apresentação da virada prática nas Relações Internacionais, seguida, então, de uma avaliação mais aprofundada da abordagem proposta por Bourdieu. Em terceiro lugar, buscamos estabelecer conexões entre a lente teórico-

conceitual exposta com o pós-colonialismo e os Estudos sobre Operações de Paz. Por fim, há uma breve reflexão sobre o papel do Assistente de Ligação Comunitária no campo de Operações de Paz, especialmente a MONUSCO.

## 2.1 UM BREVE MAPEAMENTO SOBRE A VIRADA PRÁTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

The international relations discipline seems to be in crisis (...). Some argue that theory has always been the “lodestone” of the discipline. They therefore lament the lack of new grand theories, “big ideas” and “big questions” (...). From this perspective, the end of the great debates era structured by a few major isms, combined with the recent proliferation of minor theories and “turns” explains the current fragmentation into inward-looking theoretical “camps” that do not engage with each other (Kristensen, 2018, p. 245).

A disciplina de Relações Internacionais foi criada em 1919 em *Aberystwyth* a fim de conter um novo conflito tão devastador quanto a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Desde aquela época, houve a incorporação de valores como neutralidade científica e distanciamento do objeto de pesquisa, que persistem em ser enaltecidos pelas perspectivas *mainstream* (a visão dominante da disciplina<sup>2</sup>) atualmente.

Após vários debates de cunho epistemológico, ontológico e metodológico<sup>3</sup>, as contribuições teóricas mais críticas de Relações Internacionais realizaram um movimento de “importação” de reflexões originárias de diferentes vertentes das mais diversas outras disciplinas de modo interdisciplinar. O objetivo desses movimentos teóricos era questionar o conhecimento considerado “dado” nas abordagens tradicionais das RI. No entanto, o que se concretizou foi uma divisão entre dois grandes polos<sup>4</sup> que pouco dialogam atualmente.

<sup>2</sup> Ao utilizar o termo *mainstream*, refiro-me à visão dominante das RI, que é marcada por pesquisas racionalistas com métodos positivistas, fortemente influenciada por trabalhos como o de Kenneth Waltz (1979), bem como Keohane e Nye (2012). Para uma explicação mais aprofundada, ver Wæver (1996) e Keohane (1988).

<sup>3</sup> Para uma análise acerca dos quatro principais debates que marcam a disciplina de Relações Internacionais e reflexões sobre o futuro da disciplina, ver Wæver (1996) e Lake (2013).

<sup>4</sup> Há diferentes formas de identificar essa divisão teórica na disciplina de Relações Internacionais. A mais conhecida pode ser encontrada no discurso presidencial da *International Studies Association* (ISA) em 1988, por Robert Keohane. O discurso organizava o pensamento sobre instituições internacionais e, consequentemente, as Relações Internacionais, em duas abordagens. A primeira, a racionalista, referia-se aos programas de pesquisa neorealistas e neoliberais, do qual ele próprio é um dos principais expoentes. Os racionalistas, portanto, defendiam um paradigma científico que preza pela neutralidade, com métodos positivistas. Por outro lado, Keohane reconheceu a ascensão de outro grupo, o qual ele rotulou como “refletivistas” (posteriormente reflexivistas). Esse grupo

É nesse contexto que surgiram as “viradas” teóricas, segundo Kristensen (2018). Considera-se uma virada um momento de inflexão que objetiva mostrar algo vital despercebido pelo *mainstream* teórico (Bueger & Gadinger, 2018, p. 2). Dessa forma, ao afirmar que utilizo a virada prática combinada com reflexões pós-coloniais nesta monografia, quero dizer que meu foco está nas relações cotidianas internacionais estabelecidas entre atores em um campo específico (a MONUSCO) onde há uma relação de hierarquia e violência que remete a um passado colonial, em que pretende reiterar cotidianamente a dominação estrangeira a partir de visões anglo-eurocêntricas que o Ocidente legitima.

Faço essa combinação, porque a reflexão dessas práticas parece incompleta se ignorarmos o teor colonial exemplificados nas relações de poder (re)estabelecidas ao longo do tempo-espaço, sobretudo, nas Operações de Paz, principalmente a MONUSCO, via o Assistente de Ligação Comunitária. Dessa forma, busco focalizar o que é vivido por alguns diariamente, porém esquecido ou até mesmo ignorado por outros que estão no mesmo lugar.

Além disso, esse ator é fundamental para que o campo das Operações de Paz atue com legitimidade de acordo com o seu discurso e prática de promover a paz. Eles cumprem o papel de ligar o internacional (a ONU, os *peacekeepers*) e a população local, que recebe a ajuda internacional. Assim, vale ressaltar que esse elo é tanto linguístico quanto cultural, contudo o esforço e o conhecimento privilegiados dos CLAs nem sempre lhes garantem uma posição poderosa no campo.

Essas interações, portanto, passariam despercebidas por uma vertente como o realismo estrutural de Waltz (1979) e outros ou a interdependência complexa de Keohane e Nye (2012) e variações, que priorizam as relações sistêmicas entre Estados em sua análise (Adler-Nissen, 2013). Consequentemente, pode-se esquecer que o modelo de análise deve sempre estar ancorado na realidade empírica e não na realidade convencionalizada pelo modelo analítico (Bourdieu, 2013, p. 29; Pouliot & Mérand, 2013).

---

ênfatizava a intersubjetividade (natureza auto reflexiva) que a ciência deveria ter, priorizando métodos pós-positivistas e abordagens construtivistas. Para mais informações, ver Wæver (1996) e Keohane (1988).

Assim, a virada prática, ou Teoria Prática Internacional (Bueger & Gadinger, 2018), inspirada principalmente (mas não somente<sup>5</sup>) nas contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu, busca refletir sobre as interações entre agentes em um determinado espaço social, dando valor à pesquisa empírica teórico e metodologicamente. Procura-se compreender as relações de poder e as hierarquias subentendidas nas ações mundanas do cotidiano. As práticas, desse modo, são entendidas para além de meros comportamentos de atores, chamando atenção para o caráter relacional da análise, visualizados nos Assistentes de Ligação Comunitária na medida em que (re)produzem as relações (as práticas cotidianas) que esses atores desenvolvem na MONUSCO.

De uma maneira geral, entende-se que cada ação (comportamento dotado de propósito) tomada por um ator em sociedade pode se tornar uma prática com o estabelecimento de padrões, incorporados em contextos organizacionais específicos, desenvolvidos socialmente por meio de aprendizado e treinamento, que compilam dimensões discursivas e materiais (Adler & Pouliot, 2011, p. 6; Bueger, 2015) que os Assistentes de Ligação Comunitária reafirmam no seu dia a dia. Sistemáticamente, as práticas dependem de três aspectos: (1) formas de atividades corporais e mentais; (2) artefatos ou “coisas” para seu uso e (3) um conhecimento de base, implícito ou tácito que organiza a prática e lhe fornece sentido (Bueger, 2014a, p. 387).

Por conseguinte, ao adotar um foco nas práticas, abandona-se suposições fixas sobre os atores em um campo, sua racionalidade e seus comportamentos, bem como dicotomias como agente/estrutura e razão/emoção tão caras às RI. Em vez disso, o foco reside na forma que esses atores se relacionam e como suas ações são parte de um arranjo mais complexo, ou seja, há uma centralidade no processo, deixando de lado percepções estáticas. Dessa forma, entende-se que nenhum indivíduo pode ser analisado por si só, mas sempre dentro de um contexto temporal e espacial de suas relações com outros atores (Pouliot & Mérand, 2013).

Nesse sentido, rejeita-se a visão da Teoria da Escolha Racional (uma das premissas do *mainstream*), na qual um indivíduo ao tomar uma decisão realiza um

---

<sup>5</sup> Uma das principais críticas à virada prática nas Relações Internacionais é o ofuscamento das contribuições de outros teóricos, como por exemplo Goffman, Boltanski, Knorr-Cetina e Searle, que produziram trabalhos com foco nas relações sociais entre indivíduos. No entanto, vários autores de RI produzem reflexões a partir de diferentes abordagens sobre a teoria prática. Sem querer ser exaustiva, ver Leander (2011), Adler (2019) e Bueger (2015).



cálculo de custo e benefício, isto é, adota um posicionamento estratégico consciente (Bigo, 2011; Adler-Nissen, 2013, p. 8). Há também uma ruptura com a suposição dos “níveis de análise”, na medida em que não há uma preocupação com a distinção desses níveis, mas sim no âmbito da estrutura do campo onde se dá as interações dos atores (Bueger & Gadinger, 2018, p. 2; Bueger, 2015). Como afirma Isabel Rocha de Siqueira (2019, p. 96),

A teoria da prática costuma oferecer a possibilidade de estudar instâncias difusas e sutis de poder. Isto não quer dizer que essas formas de poder sejam menos relevantes ou estejam relacionadas a aspectos menos danosos da política; pelo contrário, assim como no dilema apresentado acima, a teoria da prática é uma lente potencialmente interessante para quem se angustia a respeito de grandes questões, mas por várias razões, quer um olhar nem para baixo, nem para cima, nem dentro, nem fora, mas um olhar que existe em uma cumplicidade ontológica entre todos esses comuns dualismos das RI. Este seria um olhar para os processos sociológicos mundanos, mas que são também estruturais e estruturantes em diversos aspectos: em sua coletividade, no conhecimento implícito de que dependem e que é corporificado, burocratizado e dogmatizado e na intrínseca relação com uma comunidade cujas categorias de percepção trabalham no sentido de constantemente reforçar esses processos, ou seja, em uma comunidade que de certa forma fala a mesma língua, entendida aqui no amplo senso sociológico de certa forma de pensar e fazer.

A virada prática ainda procura contribuir para as Relações Internacionais com propostas metodológicas, sendo uma delas a “praxiografia” que é empregada nesta monografia. Toma-se como partida um campo em disputa e, a partir de um ferramental teórico-conceitual, busca-se adentrar esse espaço e observar como se dão as relações entre os atores. Como afirma Salter (2013, p. 86),

This method places a great deal of emphasis on commonsensical or tacit and informal knowledges, those attitudes and beliefs that are a necessary supplement to the formal or explicit rules about a particular social field. We could not understand the lifeworld of an academic, for example, without understanding what is meant by the multiple discourses about professionalism, in terms of behaviour at conferences, mentoring and graduate training, teaching, publication, or the processes and norms of peer review. Rules police the limits of behaviour, and sometimes the best practices, but it is the soft-knowledge of the field that accomplishes a great deal of the work for the institution of the profession (...). Similarly, in professional circles, there are a set of exemplars – both positive and negative – that the community shares, a kind of short-hand, that structures what is sayable, what is actionable, what gains social, cultural, or symbolic capital.

A praxiografia é uma proposta de agenda metodológica sobre “*the practice of doing practice research*” (Bueger, 2014a, p. 385). Assim sendo, ela se apresenta como um método que engloba as diferentes formas de se investigar as relações de

poder por meio da prática. Semelhante à etnografia, entende-se essa concepção apresentada como a reconstrução de significados nas relações sociais, recaindo, portanto, em uma abordagem de pesquisa interpretativa e qualitativa, porém se diverge em foco e perspectivas (Bueger, 2014a, pp. 385-388).

Ademais, a praxiografia é frequentemente associada com a noção de se “olhar para baixo”, ou seja, procurar em um nível micro as dinâmicas de dominação não explícitas de um campo específico. Enquanto o *mainstream* das RI está se preocupando em “olhar para cima” em uma busca de congruência e regularidade, ou seja, encontrar padrões para explicar fenômenos em um nível macro (Bueger, 2014a, pp. 389-390).

Essa visão vai ao encontro das discussões sobre metodologia e métodos nos Estudos Críticos de Segurança, uma vez que ameaças e (in)seguranças são entendidas não simplesmente como objetos a serem estudados ou problemas a serem resolvidos, mas como o produto de práticas sociais e políticas (Aradau et al., 2015, pp. 7-8). Ao seguir essa proposta, este estudo visa a entender como essas práticas atuam e suas implicações sociais e políticas, tendo como objeto os Assistentes de Ligação Comunitária na MONUSCO que compõe os estudos sobre conflitos contemporâneos.

Ao mesmo tempo, os autores reconhecem a bricolagem, isto é, concentrar-se em experimentar a combinação de teorias, conceitos, métodos e dados de maneiras desconhecidas para trazer à tona relações que, de outra forma, permanecem amplamente invisíveis (Aradau et al., 2015, pp. 7-8). Esta pesquisa, portanto, busca investigar o campo de Operações de Paz (um subcampo dos Estudos de Segurança<sup>6</sup>) sob o viés prático, e segundo os estudos pós-coloniais, por meio de métodos combinados.

Bueger (2014a) ainda reconhece três focos ao executar uma pesquisa, podendo então se dedicar a (1) construção de sítios, (2) momentos de crises e/ou controvérsias e (3) seguindo objetos. A partir desta escolha, ele considera os seguintes métodos: observação participante, entrevistas (com *experts*) e documentos. *“Whatever the reason, most of the time researchers need to be*

---

<sup>6</sup> Dentro dos Estudos sobre Conflitos Internacionais, há diversas formas de analisar e problematizar a violência, dentre elas, destaco as Operações de Paz, Estudos sobre Limpeza Étnica e Genocídio, bem como os Estudos para Paz. Apesar de serem áreas de conhecimento bem estabelecidas, elas estão interligadas do ponto de vista teórico e metodológico, compondo, portanto, os Estudos sobre Segurança Internacional. Ver Buzan e Hansen (2009).

*creative and look for proxies to direct observation. The rationale is that, even when practices cannot be ‘seen’ they may be ‘talked about’ through interviews or ‘read’ thanks to textual analysis”* (Pouliot, 2013, p. 49). Ao levar em consideração as peculiaridades desta pesquisa sobre os Assistentes de Ligação Comunitária, como por exemplo a impossibilidade de uma pesquisa de campo, optamos por seguir, então, os manuais (documentos), porque eles imprimem expectativas sobre o Assistente de Ligação Comunitária.

Nessa perspectiva, documentos como “*CLA Best Practice Review*” (MONUSCO Civil Affairs Section Ops East, 2014) e “*Community Liaison Assistants in United Nations Peacekeeping Operations: Survey of Practice*” (UN-DPKO/DFS, 2016), por exemplo, serão entendidos neste estudo como manuais, uma vez que relatam as “boas práticas”, as “lições aprendidas” e a função esperada dos CLAs no terreno, bem como indicam de que forma eles devem ser “instrumentalizados” pelos *peacekeepers* em uma estratégia de engajamento com a população local. Assim sendo, esses documentos são uma peça-chave para se entender como as relações entre os CLAs e os demais atores na MONUSCO são idealizadas e reguladas pelo ator dominante, a ONU. Seguir esses manuais, portanto, significa seguir as relações de poder em uma Operação de Paz.

Adicionalmente, Bueger (2014a, p. 398) identifica que os documentos são fundamentais para a organização das ações dos agentes de um campo, como uma “cola” que junta as pessoas e organiza suas atividades. Ele ainda considera três tipos de documentos, que podem compor as análises de uma pesquisa, sendo que esta monografia focará no primeiro. Eles são: manuais (apresentam como os agentes devem agir), “ego-documentos” (biografias e cartas que mostram a opinião de alguém presente na situação) e documentos visuais (Bueger, 2014a, p. 402).

## **2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU E O CAMPO DA TEORIA PRÁTICA INTERNACIONAL**

Como começa Rebecca Adler-Nissen (2013, p. 1) em uma das principais obras sobre a contribuição de Bourdieu para as Relações Internacionais, precisamos da contribuição de “mais um pensador francês morto” para as RI, porque ele nos oferece diversas oportunidades para reconsiderar e ir além do principal objeto de estudo das teorias *mainstream*, o Estado-Nação. Na mesma obra, Pouliot e Mérand

(2013, p. 25) o consideram como um “animal estranho” para as RI, porque seu trabalho tem como premissa a rejeição *a priori* de todos os debates que dominam a disciplina.

Seu foco nas lutas históricas a partir de uma “caixa de ferramentas” (Goetze, 2017) nos permite olhar para a agência de atores “não convencionais” na produção da política internacional (Adler-Nissen, 2013, pp. 1-2). Anna Leander nos oferece uma reflexão sobre as críticas da abordagem *à la* Bourdieu nas Relações Internacionais e como superá-las. Em seu trabalho, ela demonstra que conceitos como campo, *habitus* e *doxa*; a integração de objetos e o estruturalismo reflexivo de Bourdieu (1989) oferecem novos caminhos para a disciplina, apesar de algumas dificuldades da transposição das ideias do autor para as RI (Leander, 2011).

Nesse sentido, talvez a maior contribuição de Bourdieu para a produção de conhecimento seja a noção de reflexivismo que o pesquisador deve adotar. Crítico da sua própria posição como acadêmico, Bourdieu reconhece que não devemos utilizar sua visão sobre o campo e as práticas de dominação somente nas pesquisas que conduzimos, mas também sobre a nossa própria posição, ou seja, uma autocrítica da nossa capacidade e interesse em produzir “conhecimento” e dar voz aos objetos estudados. Ao propor essa problematização reflexivista, busca-se compreender as implicações das pesquisas que realizamos (Bourdieu, 1989; Siqueira, 2019). Trata-se, portanto, de um movimento para “objetivação do sujeito objetivizante” (Leander, 2006, p. 16-18; Pouliot & Mérand, 2013, pp. 26-27; Thirty-Cherques, 2006).

While many scholars resist reflexivity about their dualist oppositions between theory and practice, and about their assumptions about history, this is not because they are completely unconscious of the intellectual problem of the separation between theory, methods, and empirical research. Rather, it is because academic politics are involved in this construction of the instruments through which realities are constructed as if these oppositions are simultaneously descriptive and prescriptive, with one side always being considered to be positive and the one negative. This is a formulation that easily permits an academic war of positions, a framing of a convenient opposition between “us” and “them” (...). Most often, scholars do not practice this vigilance and believe the dogmas they are taught in their youth—especially about the distinction between theory as consisting of a series of terminologies that explain everything, and practice as the experience of fieldwork for testing hypotheses. In doing so, they also affirm the neutrality of social science, hiding the political dimension of academic life under the discourse of science as the “observation of facts” (Bigo, 2011, pp. 229-230).

Nesse sentido, esta seção tem como finalidade, portanto, apresentar e aprofundar alguns dos principais conceitos da sociologia de Bourdieu para esta monografia<sup>7</sup>. Pierre Bourdieu foi um sociólogo de grande reconhecimento popular e acadêmico na França, porém pouco discutido em outros países por conta de uma barreira linguística, que diminuiu em certa medida nos Estados Unidos e no Reino Unido nos anos 1980 após a tradução de alguns de seus trabalhos para o inglês (Go, 2013).

Mesmo assim, alguns de seus conceitos se tornam vocabulário cotidiano na academia internacional. Sua contribuição, apesar de iniciada na Antropologia e na Sociologia, atinge também áreas como Filosofia, Linguística, Política, Educação, Literatura e Arte (Vasconcellos, 2002, p. 78). Nas RI, no entanto, a dificuldade e as limitações sobre este autor persistem, logo, esta pesquisa busca contribuir para um melhor entendimento da aplicação da visão de Bourdieu para temáticas relacionadas à disciplina.

Uma das principais marcas de seu trabalho foi a insistência, até considerada por alguns uma “obsessão” (Pouliot & Mérand, 2013, p. 25), do caráter empírico que toda a pesquisa deve ter, ou seja, um olhar voltado para as práticas. Para o autor, não é possível realizar uma pesquisa sociológica sem que ela esteja fundamentada na empiria (Bourdieu, 2008b). Esse é um dos motivos, portanto, da virada prática nas RI o considerar uma fonte relevante. Bourdieu (2013; 1992) busca fugir do dualismo objetividade/subjetividade que fazia parte do debate sociológico da época, propondo um “esquema generativo”.

Nesse sentido, em vez de uma abordagem determinista (que aponta a supremacia da teoria sobre a empiria), ele está recorrendo ao encontro dialético entre o indivíduo e a sociedade, o que pode ser melhor observado nas práticas cotidianas. Trata-se, nessa perspectiva, de um processo “internalização da externalidade e externalização da internalidade” da prática (Bourdieu, 2013, p. 72).

Practical sense, social necessity turned into nature, converted into motor schemes and body automatisms, is what causes practices, in and through what makes them obscure to the eyes of their producers, to be *sensible*, that is, informed by a common sense (Bourdieu, 1992, p. 69, grifo no original).

---

<sup>7</sup> Entende-se que a “caixa de ferramentas” conceitual de Bourdieu é bem vasta e vai além do que é abordado nesta pesquisa. No entanto, buscamos apresentar e explicar somente os conceitos de Bourdieu relevantes para esta proposta de monografia. Dentre eles, posteriormente, será apontado o foco nas práticas e na violência simbólica, porém uma compreensão mais geral é necessária para chegarmos ao cerne da questão.

Cabe ressaltar, também, que esta pesquisa busca refletir sobre micro práticas. Na medida em que se especifica que tipo de relação social, entre quais agentes, em que contexto e em quais circunstâncias, cada vez mais há um “zoom” sendo aplicado ao objeto de estudo. Isso se difere, por exemplo, de práticas mais ampliadas, como as decisões tomadas por atores em um órgão multilateral, como a ONU e a OTAN nas reflexões de Pouliot (2016). Aqui o foco reside no objeto de estudo, as práticas mundanas inerentes à profissão do Assistente de Ligação Comunitária dentro do campo de Operações de Paz, principalmente, na MONUSCO.

Ao construir sua visão construtivista estrutural (ele mesmo a denomina assim) a partir de conceitos-chave, Bourdieu evidencia uma aproximação e ao mesmo tempo uma ruptura com o estruturalismo francês de Saussure e de Lévi-Strauss. Por um lado, aceita a existência de estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, por outro, sustenta que essas estruturas são produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Thiry-Cherques, 2006, pp. 28-29; Pouliot & Mérand, 2013). Assim, o início de seus trabalhos sociológicos se deu durante o cumprimento do serviço militar na Argélia, quando começou a desenvolver os conceitos de *habitus* e campo (Bourdieu, 1961; Vasconcellos, 2002).

Esses dois conceitos são peças-chave para o entendimento dos seguintes nesta reflexão. Para o autor, eles se encontram entrelaçados, ou seja, um constrói e estrutura o outro. O campo é a percepção de um espaço no qual há atores que compartilham um entendimento e um objetivo geral, dando um direcionamento para a pesquisa sem recorrer a reducionismos (Bourdieu, 1989, p. 69). A partir da socialização dos atores em um campo, eles dispõem de um sistema de disposições, modos de pensar e fazer, que os levam a agir inconscientemente de determinada forma em uma circunstância, ou seja, um *habitus* (Bourdieu, 2013, p. 72; 1989, pp. 61-63).

Thiry-Cherques (2006, p. 31) evidencia o caráter sistêmico da análise a seguir:

A dinâmica social se dá no interior de um /campo/, um segmento do social, cujos /agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, a que ele denomina /habitus/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes

procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /habitus/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /habitus/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /habitus/.

Uma leitura pouco aprofundada pode nos levar a pensar que o *habitus* é uma “força maior” que determina como se dá o comportamento dos atores, sem que eles possam se “defender” ou incidir. No entanto, essas dimensões da reflexão de Bourdieu são elásticas e abertas a contestações e resistências dentro das “regras do jogo” do campo. Bourdieu adota, desse modo, uma abordagem de ontologia relacional, se desvinculando do debate agente/estrutura conhecido nas Relações Internacionais ao definir *habitus* como as possibilidades de agência por meio do conhecimento incorporado por um ator a partir de sua história, memória e posição no campo (Bourdieu, 2008b; Bigo, 2011; Pouliot & Mérand, 2013; Go, 2016).

Como afirma Bigo (2011, p. 242), “[t]he habitus generates ‘disposition’. It is a ‘grammar’ for practices but never the text of the practices or rules imposing themselves automatically. It is a repertoire but not a melody. Thus, it is a generative principle of regulated improvisations”. Dessa forma, cabe ainda ressaltar que “[i]ntersubjective by its very nature, the habitus is the point of dynamic intersection between structure and action, society and individual” (Pouliot & Mérand, 2013, p. 29).

Nesse sentido, o campo é um *locus* de dupla finalidade. Por um lado, é um “campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos”, por outro, é um “campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (Bourdieu, 2008b, p. 50).

Nessa perspectiva, as lutas que ocorrem em um campo são travadas a partir da capacidade de influência de cada ator (seu capital) e tem como finalidade determinar a *doxa* e, conseqüentemente, o *habitus* daquele campo específico (Bourdieu, 2007). Assim, chegamos a dois novos conceitos que adotam um posicionamento secundário nesta reflexão.

Como *doxa*, Bourdieu quer se referir a “verdades” inquestionáveis em relação a temas de relevância para o campo, isto é, o conjunto de ideias, normas e

outros tipos de conhecimento geralmente aceito como axiomático em uma determinada situação social. Ao fazê-lo, a *doxa* reforça uma ortodoxia (visão *mainstream* ou dominante) e, portanto, beneficia os interesses daqueles que são mais poderosos no campo (Pouliot & Mérand, 2013).

The adherence expressed in the doxic relation to the social world is the absolute form of recognition of legitimacy through misrecognition of arbitrariness, since it is unaware of the very question of legitimacy, which arises from competition for legitimacy, and hence from conflict between groups claiming to possess it (Bourdieu, 2013, p. 168).

Já o conceito de capital é derivado de uma herança marxista, na qual Bourdieu (1986, p. 16) busca expandir o conceito de capital de Marx ao considerá-lo não somente o acúmulo de bens e riquezas de caráter econômico, mas todo recurso ou poder que se manifesta nas relações sociais em um campo. Desse modo, ele reconhece três principais formas de influenciar as lutas de um campo (capitais), apesar de afirmar a importância das peculiaridades de cada campo para a atribuição da relevância de cada capital. Vale ressaltar que todos os atores no campo dispõem desses capitais, mesmo que em níveis baixos e/ou desproporcionalmente.

Assim sendo, há primeiramente o capital econômico, que pode ser imediata e diretamente convertível em dinheiro/renda e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade (imóveis e produtos valiosos). Já o capital cultural pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais (diplomas e títulos), enquanto que o capital social se refere a “conexões sociais” que podem ser utilizadas como recursos de dominação. Ademais, é importante considerar que tanto o capital social como o cultural podem ser convertidos em capital econômico, como podem ser derivados desse capital.

O capital simbólico, portanto, surge como uma síntese das diferentes tipologias de capital acima apontadas, percebido pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles as podem reconhecer, entender e lhes atribuir valor (Bourdieu, 1986; 2008b). Ele é a forma pela qual a classe dominante exerce seu poder simbólico, isto é, a autoridade de determinar como se dão as interações no campo (conhecimento implícito e *habitus*) e as regras do jogo (Bourdieu, 2008b, pp. 107-114).

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase



mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force», mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. O poder simbólico, poder subordinado é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (Bourdieu, 2007, pp. 14-15).

É importante, ainda, apontar as trocas linguísticas como uma das formas de se exercer o poder simbólico, por serem um espaço para a atualização das relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos (Bourdieu, 2008a; Pennycook, 2010). Bourdieu se dedicou a analisar as imposições sobre uma língua “padrão”/legítima que objetivava imprimir expectativas de comportamento sobre agentes menos poderosos e cercear comportamentos considerados desviantes. Isso será abordado nesta pesquisa por conta da necessidade de interpretações entre as línguas locais, muitas vezes inferiorizadas como “dialetos” (Bourdieu, 2008a, p. 31), e as estrangeiras (francês e inglês, idiomas ocidentais e do colonizador) em uma Operação de Paz, como a MONUSCO, realizadas/instrumentalizadas pelos Assistentes de Ligação Comunitária.

Ainda no que tange a discussão sobre capital, é possível que, em um campo, um determinado conhecimento seja considerado escasso, porém indispensável, ou seja, poucas pessoas o detém, mesmo que ele seja fundamental para as práticas cotidianas que organizam o campo. Trata-se dos *experts*, um tipo de ator que possui um conhecimento (*expertise*) privilegiado no campo, logo, são capazes de tomar decisões e induzir comportamentos de outros atores (Bueger & Gadinger, 2018, p. 42).

Para a reflexão *à la* Bourdieu de Leander e Wæver (2018, pp. 1-3), o *expert* é alguém que é capaz de criar o elo, que se comunica, representa e transmite conhecimento relevante (ou seja, produz *expertise*) a outras pessoas que não têm as mesmas condições de conhecimento. Dessa forma, há o julgamento envolvido de que essa pessoa é confiável, porque possui um *know-how* melhor a partir do qual consegue julgar uma questão complexa, sendo que esse julgamento é mais qualificado do que o de um não *expert*.

Nesse sentido, as diferentes *expertises* compartilham a estrutura de reivindicar alguma base de conhecimento privilegiada em relação a uma situação específica (seja a compreensão holística do local, habilidades práticas de resolução de problemas, conhecimento acadêmico abstrato, epifania divina ou alguma outra forma). No entanto, é igualmente importante considerar que esse conhecimento específico pode não ser uma condicionante suficiente para conferir aos *experts* uma posição de ator poderoso no campo (Leander & Wæver, 2018, pp. 1-3).

Como o leitor já deve imaginar, essas lutas sociais que demarcam um campo não são travadas pacificamente. Isso também é válido para a forma que a classe dominante exerce poder e busca manter sua posição. De fato, quando se trata de violência nas RI, é comum considerar em primeiro (e, às vezes, único) lugar sua dimensão física. No entanto, para além desse entendimento, esta monografia busca refletir sobre a violência simbólica, a partir do entendimento de Bourdieu:

A violência simbólica é essa violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las (Bourdieu, 2008b, p. 171).

Como afirmam Silva e Oliveira (2017, p. 163), “[o] termo ‘violência simbólica’ é definido pelas relações de poder que se formam entre indivíduos (e/ou instituições), que se situam em sistemas/estruturas de poder que se tornam instrumentos para ajudar a assegurar que uma classe domina outra”. A título de exemplo, o autor discute o monopólio da violência simbólica legítima ao se referir ao Estado como um ator dominante, um trocadilho com a noção de monopólio legítimo do uso da força de Weber (Bourdieu, 1989, p. 146).

A dominação é, em geral, não-evidente, não-explícita, mas sutil e violenta. Uma violência simbólica que é julgada legítima dentro de cada campo; que é inerente ao sistema, cujas instituições e práticas revertem, inexoravelmente, os ganhos de todos os tipos de capital para os agentes dominantes (Thiry-Cherques, 2006, p. 37).

Bourdieu ainda reconhece o que os grupos oprimidos exercem cumplicidade nessa relação, que se baseia em um sistema de subjugação e submissão, portanto, invisível e silenciosa, na qual alguns ideais (*doxa*) são tomados como naturais naquele campo, típicas do pós-colonialismo. “Por depender da cumplicidade de

*quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesmo”* (Silva & Oliveira, 2017, p. 165).

Nesse sentido, ao considerar a função dos Assistentes de Ligação Comunitária de “construir relacionamentos” com a comunidade local (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014), percebo que eles estão inseridos em um contexto calcado em uma cultura da dominação onde são reiteradas as hierarquias advindas do período colonial e que se mantém no presente, já que eles atuam como facilitadores do projeto Ocidental e moderno no terreno. No caso da MONUSCO, há um sistema de interferência estrangeira pelas línguas da missão (inglês e francês – línguas ocidentais que foram impostas pelo Ocidente na África) e pela determinação de valores liberais e ocidentais como um pressuposto para paz.

Como duas imagens sobrepostas, o retrato do passado colonial é apresentado atualmente com um nome diferente e uma mudança sutil na paleta de cores (agora usando azul e branco, as cores da ONU). Meu objeto de estudo, o Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO, portanto, está preso na fronteira desses dois “mundos”, obrigado a fazer a ligação entre eles, sem pertencer plenamente a nenhum deles. No próximo capítulo, busco aprofundar essa reflexão.

Nessa perspectiva, a visão de Bourdieu me leva a imaginar um triângulo, no qual é esquematizada a relação entre os conceitos *habitus*, violência simbólica e práticas dentro de um campo (Figura 01). Esta pesquisa, no entanto, busca focar em uma das arestas desse modelo, a violência simbólica ↔ práticas, podendo se dedicar a outras dinâmicas posteriormente em outros projetos.

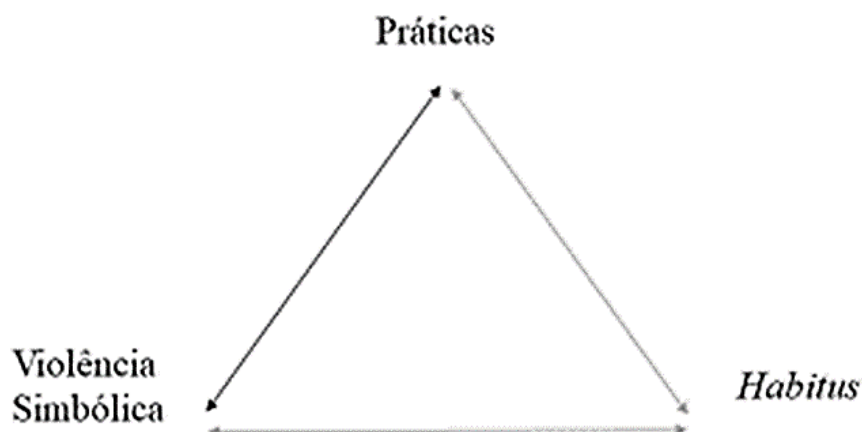


Figura 01: Representação do foco da proposta teórico-metodológica  
Fonte: Elaboração própria, 2020.

### **2.3 OS (DES)ENCONTROS ENTRE PIERRE BOURDIEU, PÓS-COLONIALISMO E OS ESTUDOS SOBRE OPERAÇÕES DE PAZ**

Esta seção busca realizar um movimento de convergência entre diferentes áreas de conhecimento. Contudo, me deparo com um agravante: a contribuição de Bourdieu às RI é pouco presente e, quando presente, é mal interpretada (Goetze, 2017), o que dificulta ainda mais ao ser combinada com uma literatura pós-colonial, de acordo com Julian Go (2013).

O que se encontra na primeira seção deste capítulo é uma falácia na qual busco encontrar afliências entre os autores da virada prática tentando ser fiel ao que o próprio Bourdieu quis dizer quando são empregados seus conceitos (mesmo que a virada não se inspire exclusivamente no autor). Cada vez mais essa “caixa de ferramentas” é importada e ressignificada ao bel prazer dos teóricos de RI, surgindo divergências sobre conceitos básicos do autor, o que só prejudica o entendimento e legitimidade do próprio movimento teórico.

Um exemplo disso é a discussão trazida por Goetze (2017) sobre a definição de práticas de Adler e Pouliot (2011, p. 6), uma vez que ela incorpora o sentido de “competência” às práticas. Segundo Goetze (2017, p. 25), essa abordagem não é verdadeira ao sentido proposto por Bourdieu (1992; 2008b; 2013), já que tem como dada a discussão sobre o que torna uma prática “competente” (leia-se a distribuição de capital no campo), logo excluindo uma parte de práticas consideradas relevantes para a análise.

Com isso em mente, é importante ressaltar que meu esforço em procurar combinar essas áreas do conhecimento considera suas contribuições, bem como suas limitações. O que impulsiona a reflexão sobre os Assistentes de Ligação Comunitária na MONUSCO, portanto, não seria possível sem um empenho em conciliar essas formas de conhecimento. Dessa forma, proponho para a continuação desta seção o estabelecimento das Operações de Paz como um campo de lutas sociais em termos de Bourdieu e a associação da violência simbólica inerente a esse campo com práticas pós-coloniais.

Assim, as Operações de Paz são um dos instrumentos mais conhecidos das Nações Unidas, apesar de não constarem no documento fundacional da organização, a Carta de São Francisco (ONU, 1945). Desde sua primeira atuação no final da década de 1940, essas missões passaram por desafios, debates

normativos, lições aprendidas e reestruturações de seu *habitus*. Desse modo, a legalidade de suas ações se dá a partir da identificação de uma ameaça à paz e à (in)segurança internacional pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Por meio de suas resoluções em Nova York, o CSNU determina o envio de tropas (originárias de países contribuintes<sup>8</sup>), os capacetes azuis<sup>9</sup>, bem como de policiais e civis para realizar uma série de tarefas descritas no mandato em várias partes do mundo (Koops et al., 2015).

Além do nível estratégico representado acima, onde são tomadas as decisões relativas a doutrina e logística, há mais dois níveis na cadeia de comando, que estão presentes no terreno, isto é, onde ocorre cada missão<sup>10</sup>. No nível operacional, estão presentes o Chefe da Missão (geralmente com o título de Representante Especial do Secretário-Geral), seu time e os representantes dos três componentes (civil, policial e militar). Por fim, o nível tático compõe as tropas, policiais e civis desdobrados que constituem a “linha de frente” da ONU no terreno, ou seja, quem terá mais contato com a população local (ONU, 2008, pp. 66-69).

Para além dos atores sob a “bandeira da ONU”, isto é, os citados acima, mas também agências especializadas da ONU no terreno (como por exemplo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF), há outras organizações humanitárias (internacionais ou não) envolvidas. Destaco, por exemplo, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e o Médico Sem Fronteiras. Outros agentes relevantes no terreno que não fazem parte da “família ONU” (visões de uma “comunidade internacional”), porém essenciais para as lutas no campo, são o Estado-hospedeiro (ou Estado-anfitrião), a mídia internacional e as outras partes em conflito, como grupos considerados rebeldes e/ou hostis. A partir desse desenho<sup>11</sup>, entende-se que o campo de uma Operação de Paz (como a MONUSCO), além de ser transnacional, é também composto por atores com diferentes objetivos e

---

<sup>8</sup> É importante considerar que a ONU não possui um exército próprio. Dessa forma, todos os *peacekeepers*, aqui entendidos como militares presentes nas Operações de Paz, são oriundos das forças nacionais de cada Estado-Membro.

<sup>9</sup> A referência do capacete azul é direcionada aos militares que atuam em missões de paz e os policiais desdobrados para essas missões são associados ao termo “boinas azuis”.

<sup>10</sup> Ver ONU (2008, p. 67) para uma apresentação visual dos três níveis e seus principais componentes.

<sup>11</sup> É importante notar que a realidade é bem mais complexa em relação ao que foi apresentado nos parágrafos anteriores. Aqui busco apresentar os principais atores do campo de uma Operação de Paz, considerando sua relação mais próxima com o Assistente de Ligação Comunitária

capacidades. Esse mosaico é estruturado, portanto, pelo mandato da missão determinado por uma resolução do Conselho de Segurança.

Para além do mandato e com o objetivo de sintetizar as ações realizadas pela ONU em Operações de Paz, foi elaborada a Doutrina Capstone em 2008, a qual aponta um espectro de atividades de paz e segurança realizadas. São elas: prevenção de conflitos, estabelecimento da paz (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*), imposição da paz (*peace enforcement*), consolidação/construção da paz (*peacebuilding*). As diferenças entre os tipos-ideais derivam do momento do conflito (antes, durante e/ou após), bem como o nível de força autorizada (ONU, 2008, pp. 17-20).

Outro ponto consolidado nesse documento foi a popularmente denominada “Trindade Santa” das Operações de Paz, isto é, os princípios da ONU no terreno: consentimento do Estado-hospedeiro (ou Estado-anfitrião), não uso da força (com exceção de casos como autodefesa e defesa do mandato) e imparcialidade (ONU, 2008).

Além disso, a ONU busca atualmente adotar um foco na Proteção de Civis, principalmente após os casos de Somália, Ruanda e Bósnia nos anos 1990 (Foley, 2017). Nesse cenário, os mandatos não autorizaram o uso da força suficiente para proteger as vítimas dos conflitos, somente a autodefesa dos capacetes azuis, o que resultou em um grande número de baixas civis. Esses acontecimentos colocaram a existência e o propósito da ONU em crise e foram seguidos de diversos painéis e debates para reformar sua atuação, como a criação da própria Doutrina Capstone.

Outro conceito relevante para o campo de Operações de Paz é a Paz Liberal. Ao se dedicar a tarefas do *peacebuilding* (como desminagem humanitária, assistência eleitoral, proteção e promoção de Direitos Humanos e Reforma do Setor de Segurança do Estado-anfitrião), adota-se uma lente (neo)liberal, especialmente no que se refere à democracia e à economia de mercado (Doyle, 2012; Paris, 1997; 2006).

Apesar de parecerem verdades incontestáveis no campo (refiro-me, portanto, à *doxa*), todo o arcabouço conceitual acima compõe a visão do grupo dominante no contexto de uma Operação de Paz. Dessa forma, busco elencar esses conceitos a fim de mostrar como os atores mais poderosos do campo estruturam sua dominação enquanto uma forma de (re)produção da violência pós-colonial. Assim, vale ressaltar, primeiramente, momentos de discussão e críticas a alguns desses

conceitos, como por exemplo a Paz Liberal, porém eles ocorreram a partir das regras de contestação e resistência delimitadas pelo *habitus*.

This constant mutual ontological conditioning of field and habitus is expressed in the dialogues and struggles over the practical, institutional, organizational, discursive, and normative forms that the field and habitus should take. These commonly concern the questions of the right thing to do to say, or the right manner to do or say. Yet these struggles and dialogues are rarely intentional and conscious strategic interactions. Rather, they have to be seen as naturalized, social, and relational processes of tuning into each other within the realms of a social field (Goetze, 2017, p. 30).

A respeito da Paz Liberal, por exemplo, há uma série de críticas que são apontadas, tendo em vista que esse modelo, por exemplo, não engloba uma forte participação da população local, ou seja, é *top-down*, o modelo de paz é imposto de cima (comunidade internacional) para baixo (Estado-hospedeiro) (Richmond, 2004; 2006; 2010). Isso se contrapõe a uma visão defendida, por exemplo, por Roger Mac Ginty (2012) de uma paz híbrida, que também considera o movimento *bottom-up* nos esforços de produzir uma paz sustentável. Pode-se afirmar que essas considerações foram acatadas pela ONU, já que há uma promoção do discurso de “*local ownership*”, isto é, devolver as ferramentas da paz para e com a população local, cada vez mais presente no campo.

Entretanto, há uma outra gama de autores que tecem críticas às práticas relacionadas à Paz Liberal e à maneira que a ONU conduz suas ações no terreno, principalmente quando consideramos que esse senso comum é fruto de um discurso de poder (Epstein, 2008, p. 10) que é mais rejeitada pelo grupo dominante. Esses autores articulam que essa proposta de paz não está desvinculada de um processo violento e colonial orquestrado pelo Ocidente, que visa novamente subjugar o “outro”. Pelo contrário, ela reforça esse tipo de hierarquia (Doty, 1996; Moreno, 2011; Moreno et al., 2012).

Podemos atribuir dois fatores fundamentais às práticas da ONU, reconhecendo um logocentrismo (centralidade do pensamento ocidental) para além da Paz Liberal. Ou seja, há um teor teleológico<sup>12</sup> das teorias (neo)modernizantes, como apontam Inayatullah e Blaney (2004), bem como as percepções e heranças

---

<sup>12</sup> A partir do entendimento de *telos* como “fim” no grego, o teor teleológico presente nas teorias de modernização está associado à noção de progresso. A partir dessa gramática, adota-se o discurso de que sociedades “atrasadas” podem chegar ao patamar mais “evoluído” ao trarem o caminho apontado pelas potências mais “modernas” como o “certo”.

dos processos coloniais de Thiong’o (1994) que são naturalizadas e normatizadas nas Operações de Paz via suas *expertises*. Aqui, novamente observo o como e o quanto as práticas pós-coloniais são mantidas enquanto regra.

Por teorias (neo)modernizantes, entende-se que as ações da ONU, que são baseadas em preceitos da Paz Liberal, continuam a exercer violentamente pressões sobre a população local a fim de atingir um modelo de modernidade, no qual os estrangeiros possuem o fardo (ou como o discurso é estruturado atualmente, uma “responsabilidade internacional”) de agir em prol da paz e segurança internacional (Inayatullah & Blaney, 2004; Moreno, 2011; Moreno et al., 2012).

Esta pesquisa entende que as heranças<sup>13</sup> do colonialismo, especialmente as relacionadas com a linguagem, continuam a exercer essa subjugação da população local em uma Operação de Paz. É por isso, portanto, que é possível atrelar a violência simbólica a uma temporalidade que coloca uma linha de evolução, um modelo a ser seguido e alcançado no futuro (Inayatullah & Blaney, 2004, pp. 106-107, Jahn, 2007a; Jahn, 2007b; Moreno, 2011). Nessa perspectiva, estabeleço uma conexão em meio a desconexões do ferramental conceitual de Bourdieu e o pós-colonialismo ao refletir sobre as Operações de Paz da ONU.

Those to whom difference is attributed must be taught, and, if unwilling, they must be forced to recognize that assimilating to the “sameness” of Europeans is good for them. This remains the white man’s pedagogical burden — a burden carried by the politics of a particular type of comparison (Inayatullah & Blaney, 2004, p. 92).

A dimensão da linguagem também ocupa um papel fundamental nessa dominação. Por um lado, as línguas mais utilizadas em Operações de Paz e Ajuda Humanitária são o francês, inglês e português (Tran, 2012). Por outro, a maior parte da população que recebe essa ajuda não é fluente nesses idiomas (anglo-eurocêntricos, ou seja, do colonizador), logo, há uma barreira sendo imposta nessa relação (Thiong’o, 1993). A língua francesa interpretada pelo CLA, nesse sentido, retoma uma lógica de dependência, uma vez que ela é necessária para se falar com a autoridade estrangeira, no caso da MONUSCO. Como afirma Ngũgĩ Thiong’o (1994, p. 9) em relação às políticas de poder colonial:

---

<sup>13</sup> Apesar da pesquisa não seguir esse caminho, é importante ressaltar que há uma forte relação entre a produção de violências simbólicas por meio do idioma do colonizador e a política de lembrar/esquecer (traumas) em um contexto pós-colonial. Para uma fundamentação sobre o assunto, ver Zehfuss (2006).



Berlin of 1884 was effected through the sword and the bullet. But the night of the sword and the bullet was followed by the morning of the chalk and ‘the blackboard’. The physical violence of the battlefield was followed by the psychological violence of the classroom. But where the former was visibly brutal, the latter was visibly gentle (...). In my view language was the most important vehicle through which that power fascinated and held the soul prisoner. The bullet was the means of the physical subjugation. Language was the means of the spiritual subjugation.

Ao leitor desatento, pode parecer que Bourdieu não contribuiu para o pós-colonialismo em suas obras. Alguns críticos pós-coloniais do trabalho de Bourdieu apontam que suas reflexões sobre a Argélia, por exemplo, ignoram o caráter colonial das relações sociais (Go, 2016; 2018, Puwar, 2008). Porém, como defende Julian Go (2013, p. 55), Bourdieu (1961) se destacou de teóricos pós-coloniais da época como Fanon e Monnoni ao propor uma visão sociológica sem romantizar uma revolução na Argélia, seu principal objeto de estudo inicialmente.

A marca do colonialismo no pensamento de Bourdieu se torna visível em sua teorização sobre como os atores interiorizam as regras do poder, suas possibilidades de agência e constrangimento devido à estrutura fornecida pelo *habitus* (Daello, 2016). Ele considera o colonialismo como um sistema social pautado pela violência do racismo e, portanto, podemos aplicar seus pensamentos para investigar um campo com uma estrutura de dominação pós-colonial (Bourdieu, 1961).

To put it rather bluntly, he is presented primarily and overwhelmingly as a theorist of class per se. He is placed in a particular camp of sociology, however solid it might be, that does not tend to consider class, colonialism/postcolonialism and racism together. (...) In sociology or cultural studies – the chief disciplines of most scholars or ‘fans’ of Bourdieu – students are likely to be more accustomed to the concepts of cultural and social capital than to racism or Algeria and certainly not to postcolonialism. Some of this limited reception is no doubt linked to the fact that a considerable number of works on racism in France, written by Bourdieu and his colleagues, have not been translated into English. The key reason, however, has more to do with the predominance of class in British sociology and its treatment of racism – even to this day – despite the battles fought in *Empire Strikes Back* as an epiphenomenon (Punwar, 2008).

Dessa forma, este estudo busca apontar o teor pós-colonial do campo de Operações de Paz ao tecer reflexões sobre o Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO. Moreno et al. (2012, p. 379) apontam como as Operações de Paz são regidas por binarismos como “moderno” *versus* “tradicional/não moderno/primitivo”, “liberal” *versus* “não liberal” e “pacífico” *versus* “violento”

ao realizar as ações cotidianas do campo, reiterando a lógica “Eu” *versus* “outro”. Assim, esse sistema de classificação e ordenação das práticas sociais cumpre o papel de estigmatizar o Estado (pós-colonial) anfitrião e de (re)forçar a autoridade do Ocidente no terreno, podendo estimular o reconhecimento do “outro” internalizado na identidade do “Eu” ocidental:

By mobilizing their own colonial past, they emphasize their familiarity with the experiences of the host (post-colonial) country, blurring the distinction between ‘Self’ and ‘Other’. In this regard, post-colonial countries may be understood as operating in a ‘loose’ space of ambiguity, which destabilizes the logocentrism that informs the liberal peace model of peacekeeping operations (Moreno et al., 2012, p. 379).

O projeto de paz da MONUSCO, portanto, possibilita novas práticas de controle dentro de uma economia geral de poder nas relações ONU ↔ população congoleza. Assim, a presença estrangeira dominante é marcada pelas resoluções (sendo que o *penholdship*<sup>14</sup> para Operações de Paz é na maior parte das vezes francês) e pela contribuição orçamentária (ou seja, um trabalho político, que ordena). Assim, uma visão especificamente liberal-ocidental *top-down* (a Paz Liberal) é reproduzida no terreno (geralmente países africanos e asiáticos), sendo operacionalizada por/nos países do Sul Global, que mais contribuem com tropas (ou seja, um trabalho físico, que segue ordens). Já no terreno, a população do país-anfitrião se encontra subordinada às determinações desses atores.

Logo, ao considerarmos as relações pós-coloniais estabelecidas pela determinação do *habitus* do campo, entende-se que a violência simbólica produzida nesse contexto também possui um teor pós-colonial. Por isso, é possível afirmar que as Operações de Paz das Nações Unidas (re)stabelecem práticas coloniais no terreno. Nesse contexto, como veremos na próxima seção, o Assistente de Ligação Comunitária participa e sustenta as ações pós-coloniais da ONU, mesmo que não intencionalmente.

---

<sup>14</sup> Esse termo faz parte do linguajar específico do campo de organizações multilaterais, como a ONU, que não é o objeto de reflexão desta pesquisa. Dessa forma, o funcionamento das discussões é marcado pela criação de documentos, as resoluções, que contém as decisões dos órgãos para uma temática específica. Assim, nota-se que geralmente há uma delegação responsável pela redação dessa resolução, recebendo esse nome. No caso de uma resolução que concerne a criação, a manutenção ou a alteração do mandato de uma Operação de Paz no Conselho de Segurança, é perceptível o interesse francês em escrever as resoluções de Operações de Paz que concernem territórios das antigas colônias francesas, o que, neste estudo, será considerado como uma forma de exercer poder pós-colonial obre esses países.

## 2.4 O CAMPO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU E A FIGURA DO ASSISTENTE DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA

O campo de Operações de Paz é composto por diversos atores, como busquei mostrar na seção anterior. Diversas nacionalidades, formas de se ver o mundo e expectativas sobre o processo de paz entram em choque, principalmente quando focamos nas ações no terreno, como nesta monografia. A partir dessa bricolagem, busco focar nas relações sociais estabelecidas com ou mediante a presença do Assistente de Ligação Comunitária e outros atores na MONUSCO.

Com a substituição da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) pela MONUSCO em 2010, a ONU adotou um posicionamento mais proativo em relação ao uso da força (CSNU, 2010). No caso da MONUC, apesar do aumento gradual de tropas desdobradas no terreno, constava-se uma relutância da ONU e do próprio Secretário-Geral da época em tratar a missão com sua devida proporção do uso da força, uma vez que deveria atuar a partir do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas de acordo com Edström e Gyllensporre (2013).

A mudança de mandato também proporcionou ao Departamento de Assuntos Cíveis uma revisão de suas práticas, principalmente no que consta o projeto de Proteção de Cíveis. Havia uma preocupação em estabelecer um elo mais forte com a população local e ampliar sua legitimidade, principalmente após as críticas de incapacidade da ONU em proteger civis no massacre de Kiwanja<sup>15</sup> em 2008. Desse modo, decidiram expandir<sup>16</sup> a função de intérprete (Assistente de

---

<sup>15</sup> Esse massacre representa um momento emblemático na literatura sobre a criação dos Assistentes de Ligação Comunitária nas Operações de Paz, segundo a narrativa dos manuais apesar de esse tipo de violência ser algo constante (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014). Ele já foi narrado por diversos autores e das mais diversas formas (livros, notícias de jornal, entrevistas com humanitários que trabalhavam na RDC, entrevistas com sobreviventes, por exemplo) para demonstrar a falta de preparação da ONU em realizar o que ela mesma prezava: proteger civis. O que torna esse caso “paradigmático” é o fato de que um contingente da ONU (com cerca de 100 *peacekeepers*) estava a menos de 1 quilômetro do local, porém não agiu, porque não havia um intérprete/Assistente de Linguagem que pudesse transmitir a mensagem de que ocorria um massacre (HRW, 2008). Vale notar, entretanto, que casos como esse são rotina na RDC, como por exemplo, os ataques ocorridos em Bukavu em 2004 que são relatados por Séverine Autesserre (2010, p. 41) em seu livro *The Trouble with the Congo*, um dos principais livros da literatura sobre a MONUC. Essa questão será abordada com maior profundidade no capítulo 3 desta monografia.

<sup>16</sup> É importante apontar, entretanto, que a ONU não acabou com a função de Assistente de Linguagem. O que busco apontar é a origem do CLA nas ações de interpretação.

Linguagem) para a de Assistente de Ligação Comunitária (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 10; Kullenberg, 2016).

Primeiramente, é importante ressaltar que é esperado desses profissionais a capacidade de mediar<sup>17</sup> as interações entre a população local e os capacetes azuis, uma vez que dispõem do capital linguístico e cultural<sup>18</sup> escasso que permite essa interação. Para isso, eles devem ser capazes de se comunicar nas línguas oficiais da missão, bem como em alguns dos idiomas locais (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; Tull, 2015). No caso da República Democrática do Congo, as línguas utilizadas no dia-a-dia da missão são o francês e o inglês, enquanto que localmente há, de acordo com linguistas<sup>19</sup>, mais de 210 idiomas, mas podemos destacar o suaíli como predominante na região Leste do Congo, área de maior destaque para a utilização dos CLA (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 4).

Entretanto, diferente de intérpretes não profissionais<sup>20</sup> como os Assistentes de Linguagem, os CLAs têm suas funções ampliadas, que não conseguem ser realizadas por outro agente no campo de forma tão eficiente. Podem ser identificados três eixos para sua atuação: (1) contato com a comunidade (envolvimento da comunidade, sensibilização, disseminação de mensagens, construção de confiança, construção de relacionamento entre missão e população, organização e facilitação de reuniões e gestão de expectativas); (2) coleta e relatório de informações (aviso prévio/*early warning*, conscientização da situação, informar o planejamento e as operações, identificar necessidades da comunidade e satisfazer

---

<sup>17</sup> Este estudo adota uma visão mais crítica sobre o conceito de mediação, seguindo os apontamentos de Debrix (2003). Tradicionalmente, a mediação é um método de negociação em que uma terceira parte (o mediador) atua como o “canal” que possibilita a comunicação e, por conseguinte, uma negociação entre duas partes sobre um determinado contencioso. Nessa vertente, a agência do moderador não é considerada nem problematizada, além de não considerar outras formas de mediar, ou seja, possibilitar a (des)conexão entre duas partes. Para esta monografia, são empregados dois exemplos de mediação que não são vistos pela forma tradicional: a linguagem e documentos escritos, como os manuais.

<sup>18</sup> Ngugi wa Thiong’o (1994, pp. 13-16) aponta uma dupla finalidade para qualquer língua, que será adotada nesta monografia. O autor reconhece que essa separação é para fins didáticos, uma vez que cada finalidade opera fazendo uso da outra. Por um lado, ela atua como um meio de comunicação, seja escrita e/ou oral, permitindo uma forma de interação entre seres humanos. Já por outro, ela é uma portadora de cultura. Aqui, esse idioma carrega consigo a história os hábitos e costumes de um ou mais povos, ou seja, sua identidade. É esperado dos Assistentes de Ligação Comunitária a capacidade de mediar os encontros entre os *peacekeepers* e a população local no que tange ambos os aspectos da linguagem.

<sup>19</sup> Para um mapa da distribuição dos idiomas presentes na República Democrática do Congo, ver TWB (2020) e Mutuezikin (2007).

<sup>20</sup> A discussão acerca de intérpretes que não possuem o treinamento profissional para a profissão é recente na área de Tradução e Interpretação. Ver Antonini et al. (2017).

requisitos de informações específicas) e (3) implementação de programas (capacitação das comunidades e instituições locais) (UN-DPKO/DFS, 2016, p. 6).

Nessa perspectiva, este estudo compreende os Assistentes de Ligação Comunitária como *experts* no campo. Seu posicionamento e conhecimento excepcional perante o campo lhes conferem esse “*status*”, porém como já vimos, ele não é suficiente para garantir poder simbólico suficiente para mudar o *habitus* do campo (Leander & Wæver, 2018). No caso dos CLAs, eles continuam subordinados ao Departamento de Assuntos Cívicos (no nível operacional e tático) e aos militares que lhes solicitam informações (no nível tático). Ademais, vale considerar que muitas das análises (re)produzidas pelos *experts* advêm das visões do mundo Ocidental, frutos da “Modernidade”, e que no cotidiano são reiteradas enquanto práticas pós-coloniais tendo em vista suas hierarquias, exclusões e silêncios perpetrados ao longo de suas análises através dos seus campos de conhecimento (Said, 1997).

Dessa forma, enquanto “olhos” e “ouvidos” da MONUSCO (UN-DPKO/DFS, 2016, p. 8), eles dispõem de um posicionamento privilegiado no campo para auxiliar a classe dominante (representada pela ONU) em seu projeto. Como cúmplices, eles podem ser rejeitados pela população local, contudo jamais serão reconhecidos como iguais perante o Ocidente. Nesse sentido, eles se encontram perdidos/presos entre esses dois “mundos”, sem pertencer a nenhum deles propriamente (Bourdieu, 1961, p. 144; Go, 2013).

Assim, as hierarquias construídas no campo, orquestradas pelo Ocidente e operacionalizadas pela ONU, oprimem o Assistente de Ligação Comunitária em suas ações cotidianas, as quais ele mesmo reproduz por estar dentro da Operação de Paz, seguindo seu *habitus* e defendendo sua *doxa*. Entende-se, dessa forma, que no caso da MONUSCO, o cotidiano das Operações de Paz permite a normalização e a naturalização da violência simbólica que reitera o passado colonial da República Democrática do Congo. O próximo capítulo busca, portanto, refletir sobre a posição do Assistentes de Ligação Comunitária no campo e a (re)produção de violência simbólica nas práticas pós-coloniais cotidianas da MONUSCO com base nos manuais da ONU sobre esses profissionais.

### 3. LINGUAGEM E COLONIALISMO: DESCOLONIZANDO AS NARRATIVAS A PARTIR DOS MANUAIS SOBRE OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA

O capítulo anterior buscou mostrar como os Assistentes de Ligação Comunitária podem ser entendidos como *experts* pouco influentes no campo das Operações de Paz, por conhecer melhor a realidade local e algumas das línguas faladas. Como vimos, a MONUSCO, enquanto uma Operação de Paz da ONU, se torna um espaço para a (re)produção de violências coloniais físicas e simbólicas nas relações cotidianas entre a população local e a comunidade internacional (a ONU, representada pelos *peacekeepers*). Ademais, aponte que meu objeto de reflexão nesta monografia, os CLAs, cumpre o papel de (des)conectar esses dois “mundos”, seja pela interpretação (*expertise* linguística) ou pela interposição cultural (*expertise* de hábitos e costumes).

Nesse sentido, este capítulo procura se debruçar sobre a continuidade do projeto colonial na República Democrática do Congo, por meio da atuação dos Assistentes de Ligação Comunitária na MONUSCO, uma vez que eles são a “ponte” para a implementação das Operações de Paz no imaginário da população local. Para acessar as práticas cotidianas desses profissionais, utilizarei os manuais da ONU sobre os CLAs, já que constituem uma das fontes primárias desta pesquisa.

Bueger (2014a) afirma que estudar esse tipo de documento é relevante para a praxiografia, a prática de se fazer uma pesquisa voltada para as práticas cotidianas, uma vez que ele permite homogeneizar as ações dos atores, ou seja, esses manuais tornam o campo mais coeso. Isso acontece, porque esses artefatos sobre os CLAs apontam as “verdades” sobre os assuntos relevantes do/sobre o campo, a *doxa*, e imprimem sobre os agentes uma expectativa de comportamento, o *habitus*.

Ao focar nos manuais nesta monografia, busco uma forma de acessar a “narrativa oficial” criada e sustentada pelo grupo dominante nas Operações de Paz, via o Ocidente tendo em vista o nosso objeto de estudo, o Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO. Vale lembrar, entretanto, já que os CLAs não escrevem os manuais sobre si mesmo, o que lemos nesses documentos é uma representação, um imaginário, sobre essas pessoas, que se tornam personagens nesta narração. Dessa forma, podemos afirmar que suas vozes são interpretadas pelo

Ocidente por meio da confecção dos manuais, podendo silenciar os CLAs e a população local.

Nesse sentido, este capítulo apresenta como a *doxa* presente nesses artefatos oprime os Assistentes de Ligação Comunitária em suas práticas cotidianas, ou seja, os manuais, escritos por e para o Ocidente reforçam o poder dominante e (re)produzem violências simbólicas, que atingem tanto o CLA como a população local. Nesse caso, portanto, esse profissional pode inconscientemente ou não as reforçar em sua interface com esses dois “mundos”, os *peacekeepers* e a população local. Nesta pesquisa, entretanto, estaremos focando na violência sofrida pelos CLAs.

Nessa perspectiva, faz-se necessário também refletir sobre o papel de mediação realizado pela Assistente de Ligação Comunitária, ou seja, como sua expertise linguística e cultural consegue (des)conectar os *peacekeepers* e a população local para auxiliar na imposição do projeto colonial da ONU na RDC. Com isso, é importante recordar como os encontros linguísticos foram operacionalizados para o projeto de dominação no período colonial e, ao mesmo tempo, questionar como isso pode estar sendo revivido, tendo em vista o emprego do francês e do inglês pela ONU na MONUSCO e a função de “ligação” exercida pelo CLA.

Desse modo, este capítulo está dividido em três seções. Primeiramente, continuaremos o caminho apontado pelo capítulo que o antecede, considerando as práticas coloniais presente no cotidiano do Assistente de Ligação Comunitária, aqui focando nos manuais sobre esses profissionais. Em seguida, partiremos para uma reflexão sobre a relação entre a linguagem e as lógicas de equivalência/diferença presentes via os Assistentes de Ligação Comunitária, para, por fim, tecer questionamentos acerca de narrativas, imaginários e as formas de inclusão/exclusão presentes nesses manuais.

### **3.1 O COLONIALISMO E A REPRESENTAÇÃO DOS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NAS OPERAÇÕES DE PAZ**

Para mergulharmos de fato na reflexão proposta para esta seção, as práticas pós-coloniais do cotidiano do Assistente de Ligação Comunitária com um foco nos

manuais, é importante considerar de onde e para onde realizamos nossas indagações. Isso quer dizer, portanto, que é necessário ponderar como as Relações Internacionais, de uma maneira geral, bem como os Estudos sobre Operações de Paz, mais especificamente, são estabelecidos como áreas de conhecimento por/para interesse que reforçam as práticas coloniais e detém, portanto, na sua *doxa* naturalizações enquanto formas de reiteração de hierarquias e sistemas de dominação de um grupo sobre o outro.

A *doxa* (e conseqüentemente o *habitus*), portanto, se torna inquestionável com a construção de uma narrativa, isto é, um mito de origem, uma forma de se compreender aquele conhecimento, que se torna única leitura possível sobre a realidade para os atores do campo. Essa história é enaltecida pela escolha estratégica de palavras, que nos remetem a momentos ou figuras gloriosas do passado. Como destacou Bourdieu: “[p]or conseguinte, não existem mais palavras inocentes. Esse efeito objetivo de desvelamento rompe a unidade aparente da linguagem comum” (Bourdieu, 2008a, p. 27).

Este capítulo busca apontar que as narrativas podem ser entendidas como formações discursivas que apontam uma série de reivindicações políticas ao assunto disputado (Moulin, 2016). No nosso caso, já que a pesquisa se propõe a refletir sobre micro práticas, aplicaremos três “zooms” nesta seção: as RI, os Estudos sobre Operações e, por fim, os Assistentes de Ligação Comunitária. É preciso ressaltar, também, que as narrativas se baseiam em suposições sobre quem pode ser o narrador e, portanto, sobre quem pode falar de certos temas/eventos e sobre/para alguém (Moulin, 2016, p. 138).

Ao longo deste capítulo aponto que o grupo dominante, seja o *mainstream* das RI (neorrealismos e neoliberalismos) ou o Ocidente nas Operações de Paz, perpetua sua posição hierárquica ao contar essa história, sendo que eles mesmos a escrevem. No caso dos manuais sobre os Assistentes de Ligação Comunitária na MONUSCO, o objeto de estudo desta monografia, vemos que o narrador (supostamente invisível e neutro) reitera seu poder e a posição subordinada do CLA no contexto das Operações de Paz.

Aqui cabe uma pequena digressão sobre as Relações Internacionais e que me permitirá complexificar *a posteriori* os mitos/imaginários frutos de violências simbólica enquanto práticas coloniais a partir dos CLAs nas Operações de Paz. Entendo que as narrativas sobre o Assistente de Ligação Comunitária fazem parte



de uma história única maior do que o “zoom” que aplico nesta monografia. Portanto, proponho primeiramente refletir sobre os mitos de origem da disciplina de Relações Internacionais (macro) para melhor refletir sobre as dinâmicas de poder de um campo de Operações de Paz como a MONUSCO (micro).

Nessa perspectiva, a narrativa oficial, ou seja, o que foi consolidado como “verdade” no campo das RI, aponta para a Paz de Vestfália (1648) como o marco inicial para a disciplina. Enquanto um mito, os acordos assinados entre as potências europeias da época não só colocavam fim aos principais conflitos armados europeus dos últimos anos, como também consolidavam o princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros países, a soberania. Esse momento é mistificado como a inauguração do Sistema Internacional Moderno, uma vez que as unidades estatais (os países europeus) começam a se relacionar em uma disputa de poder para além de valores religiosos (Inayatullah & Blaney, 2004; Moulin, 2016; Fernández, 2019).

Concomitantemente, uma série de filósofos europeus, denominados os “contratualistas”, como por exemplo Thomas Hobbes, começavam a escrever obras que contemplavam a fundação do Estado moderno. Nesse sentido, o ponto comum em suas narrativas era a passagem do “estado de natureza” (um estado de incertezas e inseguranças) para o “contrato social” (o Estado Moderno), na qual um grupo de pessoas delegava voluntariamente parte de sua liberdade em troca da garantia de proteção por um soberano, o Leviatã em Hobbes (1988).

Posteriormente, essas duas histórias são incorporadas como premissa para a disciplina, com uma percepção de que não há uma entidade supranacional que contenha os Estados, logo, as Relações Internacionais estudam um sistema de atores em anarquia ou algo como um estado de natureza, enquanto as relações dentro dos Estados são hierárquicas. Isso é encontrado nos trabalhos de Kenneth Waltz (1979) por exemplo. Uma consequência direta dessa história única e simplificada sobre os acontecimentos e a disciplina é argumentada a partir de uma visão pós-colonial e decolonial:

A internalização do pensamento hobbesiano nas ciências sociais e, mais particularmente, na área das Relações Internacionais, nos condicionou a pensar que, na ausência do Estado soberano, não nos restaria outra alternativa a não ser o estado de natureza. A partir dessa imaginação dicotômica que opõe ordem/Estado à desordem/anarquia/estado de natureza, quaisquer formas de organização política, econômica e cultural alternativas ao Estado passam a ser reduzidas à categoria de não Estado e conseqüentemente de anarquia. O Estado soberano vestfaliano passa a ser visto pelas Relações Internacionais como a única

expressão de ordem política possível e legítima, enquanto outras formas de comunidade política e de vida, que fogem às prescrições modernas, são invisibilizadas, depreciadas e/ou perseguidas (Fernández, 2019, p. 462).

Nessa perspectiva, a autora, ao seguir vertentes pós-coloniais e decoloniais, aponta que as teorias de RI construíram uma narrativa que exclui diversas outras visões sobre os acontecimentos relevantes à disciplina, ou seja, há um epistemicídio nas Relações Internacionais (Fernández, 2019). Apesar de não fazer uso da literatura decolonial nesta monografia, é importante refletir sobre movimentos de contestação à universalidade do *mainstream* sobre as RI.

Essa visão vai ao encontro da proposta de Moulin (2016) sobre narrativas, ao passo que, ao contar uma história de uma forma específica, seleciona-se eventos e gêneros literários, categoriza-se ações e organiza-se o desdobramento de fatos e percepções sobre esses fatos. Nesse sentido, pode-se afirmar que há uma violência simbólica sendo operacionalizada na medida em que silencia outras visões e vertentes sobre as RI.

Desse modo, a narrativa “oficial” das RI conta com diversas ramificações que reiteram o imaginário do Estado Moderno europeu, dentre elas, há os Estudos de Operações de Paz. A continuação dessa *doxa* pode ser encontrada ao considerar que as intervenções pela ONU são realizadas nesses “não Estados”, considerados falidos, frágeis e desviantes da norma. Marta Fernández (2019, p. 466) argumenta que a zona do ser não estatal está associada a um discurso sobre a incapacidade de um Estado alcançar um modelo Ocidental de modernidade, condenando os países a uma subcategoria.

Essa visão, por sua vez, é normatizada e naturalizada com a Carta de São Francisco, documento fundacional da ONU, que reforça a narrativa sobre a soberania dos Estados, reconhecendo o propósito da organização em manter a paz e a segurança internacionais a partir desses valores (ONU, 1945). Para atingir esse objetivo, principalmente no pós-Guerra Fria (1945-1989), as Operações de Paz, como a MONUSCO, são operacionalizadas para resolver “ameaças” (como a fragilidade estatal) com a imposição dos ideais de “modernidade” anglo-europeus (Moreno, 2011).

Nesse sentido, como fruto dessas estratégias, a Paz Liberal, entendida como uma teoria (neo)modernizante (Inayatullah & Blaney, 2004) e como princípio

norteador dos valores ocidentais enraizados no campo das Operações de Paz, opera como uma violência simbólica nas práticas cotidianas, como vimos no capítulo anterior. Beate Jahn (2007a; 2007b) busca apontar uma contradição nas teorias de modernização, já que são baseadas por princípios liberais (como a própria liberdade individual), por um lado, mas identificaram a própria existência de estados não liberais como uma ameaça potencial à segurança que deveria ser tratada, “ajudando-os” (leia-se forçando-os) a se tornarem estados liberais por outro.

Moreno (2011) ainda aponta como a Paz Liberal está vinculada a noções racistas, tendo em vista que ao Ocidente é associado qualidades de nações “avançadas”/desenvolvidas em oposição às “deficiências”/subdesenvolvimento/“problemas” intrínsecos dos Estados mais pobres. Além disso, o contato com o Ocidente, como em uma Operação de Paz da ONU, sempre é considerado benéfico para o “atraso” no desenvolvimento do país-anfitrião, ou seja, ao se deparar com um grupo “mais civilizado”, o grupo “inferior” tende a assimilar os traços de “modernidade” para si e “evoluir”/“avançar”.

Nessa perspectiva, países, como a República Democrática do Congo, têm suas histórias negadas e apagadas, sendo considerados *tabula rasa* para a introdução desses valores. Cada país é, dessa forma, universalizado como *terra nullis*, vazio de “civilização”, porém cheio de “bárbaros”, passíveis de, futuramente, alcançar o “desenvolvimento” (Mills, 1999; Moreno, 2011; Inayatullah & Blaney, 2004). Nesse sentido, o “fardo do homem branco” (re)apresentado no discurso como “responsabilidade internacional” oprime rotineira e violentamente uma população local no contexto de uma Operação de Paz como a MONUSCO.

É nesse contexto, portanto, que está inserido o Assistente de Ligação Comunitária. Como vimos no capítulo anterior, esse funcionário congolês trabalha para a ONU com o objetivo de estabelecer uma comunicação<sup>21</sup> entre os

---

<sup>21</sup> A visão acerca desse conceito adotada neste estudo busca criar uma cisão com o conceito de informação, que, no senso comum, podem parecer sinônimos. Nesse sentido, a capacidade de informar é proveniente de um histórico hierárquico nas relações humanas, na qual uma figura de autoridade ordena (informa) ações de súditos. Wolton (2010), argumenta que a comunicação é como um tipo de “informação relacional”, isto é, dá a mesma importância a quem fala e ao receptor, bem como à mensagem. Partindo do pressuposto que o ser humano precisa se relacionar para sobreviver, ela apresenta o argumento que chegamos a uma sociedade que se comunica com o objetivo de sobrevivência, isto é, negociamos e convivemos. A autora ainda discute que vivemos em uma era tecnológica que consegue operacionalizar a comunicação, mas estamos cercados da “incomunicação”, como se todos falássemos sozinhos, ou seja, somente um avanço tecnológico não é condição suficiente para nos comunicarmos. Isso mostra que há dimensão cultural inerente à cada

*peacekeepers* e a população local. Esses profissionais atuam como mediadores, não só linguísticos e culturais, ao tentar interpretar as falas de ambos os lados e transmitir informações vitais para os *peacekeepers* (Debrix, 2003).

A visão sobre mediação adotada nesta pesquisa vai ao encontro das críticas ao conceito tradicional de mediação segundo François Debrix (2003). Dessa forma, estamos propondo que um documento como os manuais, bem como as interpretações e as representações possibilitadas pela figura intermediária do CLA possam acessar as diferentes cosmologias de grupos em uma Operação de Paz, nominalmente os *peacekeepers* e a população local, e produzir uma (des)conexão entre eles. Entende-se, portanto, que a posição de mediador ocupada pelo CLA pode “ligar” esses dois atores ao mesmo tempo que os separa: é “necessária” sua presença para a comunicação, mas o CLA pode também atrapalhar, quando, por exemplo, o CLA não consegue interpretar a fala de um dos dois grupos.

A mediação, portanto, vai além da resolução de conflitos internacionais protagonizada pela ONU e ultrapassa a interpretação no sentido da Linguística, em que o significado de uma mensagem é transposto de um idioma para outro. A proposta da mensagem, ou melhor, a subjugação das (ex)colônias vem do idioma, opera pelo idioma e atinge o idioma.

Dessa forma, sua *expertise* sobre as línguas locais e a dinâmica comunitária, combinado com sua capacidade de engajamento com a população local tornam o CLA uma “ponte” entre esses dois “mundos”. Como é visto em manuais da ONU sobre sua *performance*, “*the value of CLAs lies in the trust they build with communities, making the integrity of their message and a two-way dialogue with populations of overarching importance*” (UN-DPKO/DFS, 2016, p. 10).

Esses manuais, portanto, imprimem expectativas de comportamento sobre os Assistentes de Ligação Comunitária que reiteram o passado colonial e que nesta pesquisa são entendidas como violências simbólicas. Desse modo, as práticas cotidianas dos CLAs (e dos outros agentes) no terreno são imaginadas e representadas de uma forma específica que não é neutra e tampouco condiz com a realidade necessariamente.

Nesse sentido, elas são parte de uma sistematização das hierarquias do campo de Operações de Paz onde reiteram o poder do grupo dominante (Ocidente)

---

tentativa de comunicação (sendo que Wolton busca fugir do dualismo boa/má comunicação). Nesta pesquisa, a dimensão cultural terá um papel-chave na reflexão sobre hierarquias entres locutários.

sobre os “outros”. Dessa forma, os manuais (re)produzem um epistemicídio dos CLAs, retirando-lhes sua história e parte de sua agência, colocando no lugar um imaginário sobre esses profissionais que lhes torna cúmplice do projeto (neo)liberal da ONU na República Democrática do Congo.

### **3.2 UMA ECONOMIA DA LINGUAGEM SOBRE OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA: A (RE)PRODUÇÃO DAS LÓGICAS DE EQUIVALÊNCIA/ASSIMILAÇÃO E DIFERENÇA/ANIQUILAÇÃO**

Esta seção se propõe refletir sobre as práticas por trás das trocas linguísticas no caso do Assistente de Ligação Comunitária a partir da (re)criação da lógica de equivalência e diferença (Doty, 1996, pp. 11-12) e da assimilação e aniquilação (Inayatullah & Blaney, 2004) presente no projeto colonial e suas reverberações nas práticas cotidianas na MONUSCO. Entende-se que a lógica da equivalência revela a contingência e a instabilidade da natureza do sistema de diferenças e subverte uma identidade positiva, criando por sua vez as diferenças. Já a lógica da diferença fixa as posições dos agentes sociais como estáveis e com positivas diferenças. Ambas as lógicas são faces da moeda, portanto, operam separados e mutualmente diante de determinadas conjunturas históricas. (Doty, 1996, pp. 11-12).

No que tange os movimentos de assimilação e aniquilação, vejo que essas duas lógicas são oriundas dos pensamentos de Todorov (1984, pp. 240-250 *apud* Inayatullah & Blaney, 2004, p. 92), ao refletir sobre as ações europeias na América. Parte-se a dicotomia “Nós” (europeus) e o “eles” (os ameríndios), sendo este último percebido como uma entidade “inferior” para, em seguida, equalizar a diferença pela assimilação ou aniquilação do “outro” e de tudo que ele representa (Inayatullah & Blaney, 2004, pp. 87-88).

Mesmo em um contexto específico, essa sistematização de pensamento constitui o embasamento teórico racista das teorias (neo)modernizantes como pontuam Inayatullah e Blaney (2004). Para a realização desse movimento, é necessário, em primeiro lugar, recordar o mito do contrato social apresentado na seção anterior. Não só porque ele atribui uma história única sobre a construção dos

Estados europeus, mas também cria pontes para os “encontros” entre o Ocidente e o “outro” (Doty, 1996; Mills, 1999; Moreno, 2011).

É importante recordar que o imaginário sobre o estado de natureza tem como algumas de suas fontes primárias os relatos de viajantes dos séculos XIV e XV que seguiam para, principalmente, o continente americano. Dessa forma, a percepção dos teóricos contratualistas quando discutem suas visões sobre esse conceito estão baseadas nas descrições fantásticas e épicas de outros e, portanto, constituem uma narrativa uma sobreposta à outra. A partir desse contexto, um dos grandes debates da época, condizentes com o poder da religião cristã no imaginário social, que discutia a possibilidade de os nativos americanos possuírem alma (digna de salvação) e capacidade racional (Mills, 1999; Moreno, 2011).

Essa lógica dual se refere ao argumento defendido por Francisco de Vitória, um teólogo dominicano da época, que conferia a faculdade da razão aos ameríndios, não obstante os relegava a um estágio “atrasado” de “conhecimento” em uma escala de desenvolvimento espaço-temporal, separando-os dos europeus, que eram “civilizados”. Uma outra parte da lógica da diferença também é derivada da percepção dos autores contratualistas de que as sociedades “rudimentares” americanas não possuíam uma organização estatal como a europeia, logo estavam ‘atrás” em uma “linha do tempo rumo à civilização” (Doty, 1996; Inayatullah & Blaney, 2004).

Assim, esses filósofos formularam uma representação da modernidade com a metáfora de uma linha evolutiva, um *telos*, que passava por organizações pouco “especializadas”, como as dos ameríndios e dos povos africanos, para alcançar o ápice, isto é, ideal de “civilização” europeia que somente existia em teoria (Mills, 1999; Moreno, 2011).

Os índios aparecem, portanto, como uma visão atrasada do *self* europeu, cujo potencial de razão dormente precisa ser ativado. Todavia, Vitória nos mostra que os próprios esforços dos índios para realizarem tal potencial falharam; o que significa que eles precisavam da intervenção de tutores para salvá-los de uma educação bárbara (...). Fica claro, deste modo, que Vitória concebe a possibilidade de progresso e de atualização da razão dos índios desde que sujeitos à tutela dos espanhóis (...). De acordo com tal raciocínio, a tutela europeia é vista como uma agência de ordem e progresso conduzida pelo pedagogo (Moreno, 2011, pp. 70-71).

O que nós vemos com essa citação é uma derivação dessas lógicas, na qual o “outro” é infantilizado, enquanto que o europeu detém o “conhecimento” (leia-se

o capital simbólico em termos de Bourdieu), por conseguinte possui o “fardo” de transmitir a “civilização” aos povos “bárbaros” (Inayatullah & Blaney, 2004; Bessa, 2018). Ao transbordar essa percepção para as teorias (neo)modernizantes, como a Paz Liberal, o teor pós-colonial, isto é, as presunções sobre o ideal de “modernidade” em uma escala espaço-temporal, é normatizado, naturalizado e operacionalizado nas práticas das Operações de Paz como a MONUSCO que impõe esse ideal de “modernidade” à RDC e sua população.

Como aponta Charlotte Epstein (2012), a socialização de normas é um discurso que mascara a imposição de padrões de comportamento e valores a atores menos influentes no campo, como no caso desta pesquisa ao refletir sobre os Assistentes de Ligação Comunitária na MONUSCO. A autora desenvolve seu argumento tencionando a narrativa em 3 pontos: a socialização da norma não é benéfica para seus alvos, tampouco engloba as perspectivas de atores mais fracos e, por fim, ela infantiliza o socializado. Ao considerar meu objeto de pesquisa, vejo que a Paz Liberal não beneficia a RDC ou a população local, só reitera os interesses e valores do Ocidente. Finalmente, ela repudia as manifestações do “outro”, rotulando-as como ilegítimas e os força a se enquadrar a uma moldura institucional ocidentalizada.

Sob a representação de uma “criança imatura”, tanto o aparato estatal da República Democrática Congo como os próprios cidadãos congolese necessitam da “ajuda internacional”, porque são “desobedientes” e “desviantes” de um padrão estabelecido, o da “modernidade” de acordo com o Ocidente (Bessa, 2018). Como um Estado “falido”, a RDC se vê sucessivamente em situações de interferência externa com práticas cotidianas violentas desde sua independência em 1960 (Nzongola-Ntalaja, 2007), dentre elas diversas Operações de Paz, sendo a MONUSCO, portanto, só o acrônimo mais recente.

Um dos focos dessa “tutela”, isto é, uma das formas de se “transmitir os conhecimentos da “civilização” (ou seja, a *doxa*), e a mais importante no estabelecimento da superioridade do homem branco, é a língua do colonizador. Para além disso, a narrativa sobre os povos “atrasados” afirma que só lhes é possível conferir a categoria de humano quando esse “selvagens” “decidem” aprender a língua do colonizador (Thiong’o, 1993, pp. 31-36).

Nesse sentido, o projeto colonial somente detém raízes tão profundas, mesmo com o fim do colonialismo formal na RDC, porque consegue atingir as

mentos dos povos colonizados e ali prosperar seus valores, enquanto todas as outras plantas desta metáfora, as línguas e culturas desses povos, correm o risco de perecer. Assim, o Assistente de Ligação Comunitária reitera a assimilação da língua francesa e a aniquilação das visões de mundo congoleesas ao mediar as relações *peacekeepers* ↔ população local.

Essa dimensão da dominação é explorada por Ngugi wa Thiong'o (1994) em seu livro "*Decolonizing the Mind*", no qual ele aponta que qualquer idioma detém duas características principais: por um lado, possibilita a interação, a comunicação, dos seres humanos e, por outro lado, carrega consigo a cultura, a história e os valores de um povo, possível a partir da comunicação continuada. Ele argumenta que essas características do idioma alimentam uma a outra, mas podemos entendê-las separadamente ao considerarmos o propósito de sua utilização (Thiong'o, 1994, pp. 13-16).

Ademias, ele discute em "*Moving the Centre The Struggle for Cultural Freedoms*" a questão da língua inglesa sendo percebida como a "língua universal", hegemônica, a partir da década de 1990. Thiong'o (1993) aponta que países escandinavos, por exemplo, que possuem outros idiomas como oficiais, fazem uso do inglês como um incentivo aos negócios e ao turismo, aumentando a riqueza desses países, enquanto que a Inglaterra emprega o inglês tanto como língua para a comunicação, como para a transmissão da cultura (música, livro e peças de teatro, por exemplo).

Ao mesmo tempo, o autor mobiliza uma discussão sobre duas possibilidades encontros linguísticos, que reiteram ou não posições poder. Por um lado, quando duas pessoas que possuem línguas maternas diferentes se relacionam, suas expressões linguísticas podem se encontrar em um patamar de igualdade/independência, como o exemplo retratado acima dos países escandinavos. Já o segundo caso aponta uma opressão, quando uma língua, que pode representar um determinado povo, uma (antiga) metrópole, dominando outro, uma (antiga) colônia. "*The quality of the encounter between languages both in the past and in the world today, and hence the dominance of one aspect over the other at a given time, has been determined by the presence or absence of independence and quality between the nations involved*" (Thiong'o, 1993, p. 48).

Assim, quando nacionais escandinavos falam inglês, eles não estão apagando sua identidade, trata-se somente de um meio para a comunicação com o



“mundo externo”. Em contraposição, no contexto do colonialismo e, posteriormente, em Estados pós-coloniais como a RDC, as práticas de dominação europeia contavam com o dispositivo da língua para “*entrincheirar-se na nação oprimida*” (Thiong’o, 1993, p. 49, tradução livre). Nesse segundo caso, portanto, o que está em questão quando o Assistente de Ligação Comunitária realiza uma mediação entre a ONU e a população local é a linguagem para além da sua comunicabilidade.

English, French, and Portuguese came to the Third World to announce the arrival of the Bible and the sword. They came clamouring for gold, black gold in chains, or gold that shines as sweat in factories and plantations. If it was the gun which made possible the mining of this gold and which effected the political captivity of their owners, it was language which held captive their cultures, their values, and hence their minds (Thiong’o, 1993, p. 49).

É possível também entender a citação acima a partir de um duplo movimento que já apresentei, a lógica da assimilação e aniquilação ou a da igualdade e da diferença (Inayatullah & Blaney, 2004; Doty, 1996). Mesmo que utilizando outras palavras, Thiong’o (1993; 1994) demonstra como as línguas locais eram operacionalizadas a partir das culturas de assimilação (aculturar o outro) e aniquilação (matar o outro simbolicamente) para aprisionar o outro de acordo com os valores culturais europeus. Nessa perspectiva, há o estabelecimento de identidades diferentes, o colonizador e o colonizado, mas elas se tornam uma zona cinzenta com a imposição de uma língua comum.

Nesse sentido, há, por um lado, a imposição e a manutenção da linguagem eurocêntrica, com perpetuação do francês na região estudada nesta monografia, a República Democrática do Congo, já que este se torna o idioma oficial do país. Além disso, há também a tentativa de imposição da fala em francês (a retomada do francês) no cotidiano por conta das práticas cotidianas do Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO. Desse modo, há, continuamente, a tentativa de transferir o congolês para o mundo europeu por meio das intervenções externas proporcionadas pela Operações de Paz.

Nesse sentido, percebo que essa imposição é estabelecida no âmbito do cotidiano, em instituições sociais públicas como a escola, o trabalho e a administração pública, por exemplo, que são assuntos das obras de Bourdieu, um dos autores que inspiram a virada prática nas RI. Esse é um dos casos abordados

nas autobiografias de Thiong'o (1993; 1994), quando ele relata como a estrutura social (re)criada no Quênia para inferiorizar e punir quem falava as línguas locais a fim de impor o inglês. Assim, apesar de alguns autores pós-coloniais criticarem as obras de Bourdieu afirmando que este ignora o racismo e a questão colonial, é possível afirmar que a visão construtivista estrutural de Pierre Bourdieu me permite refletir sobre a estrutura do racismo presente nos campos (Go, 2013; 2019). Como aponta Bourdieu (2008a, p. 38):

O traço próprio da dominação simbólica reside precisamente no fato de que ela supõe, da parte de quem a sofre, uma atitude que desafia a alternativa ordinária entre a liberdade e a coerção (...). Tudo leva a crer que as instruções mais determinantes para a construção do habitus se transmitem sem passar pela linguagem e pela consciência, através de sugestões inscritas nos aspectos aparentemente mais insignificantes das coisas, situações ou práticas da existência comum. Logo, a modalidade das práticas, as maneiras de olhar, de se aprumar, de ficar em silêncio, ou mesmo de falar (“olhares desaprovadores”, “tons” ou “ares de censura” etc.), são carregadas de injunções tão poderosas e tão difíceis de revogar por serem silenciosas e insidiosas, insistentes e insinuantes.

Bourdieu (2008a) ainda busca refletir sobre a “lei linguística”, isto é, o poder que os governos de um país possuem<sup>22</sup> ao denominar suas línguas oficiais, a “norma padrão” e “dialetos”. Ao apontar uma “norma padrão”, isto é, a forma “correta” de se expressar, esses governos determinam quais são as manifestações legítimas e quais serão consideradas desviantes, menos valorizadas. Já o dialeto é entendido como um outro instrumento de poder do grupo dominante, o Estado, para inferiorizar outros tipos de fala, excluindo um grupo de falantes específicos. Nesse sentido, em oposição ao dialeto,

[a] língua se beneficiou das condições institucionais necessárias à sua codificação e à sua imposição generalizadas. Assim conhecida e reconhecida (mais ou menos completamente) em toda a jurisdição de certa autoridade política, ela contribui, por sua vez, para reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação: ela assegura de fato entre todos os membros da “comunidade linguística”, tradicionalmente definida, desde Bloomfield, como um “grupo de pessoas que utilizam o mesmo sistema de signos linguísticos” o mínimo de comunicação que é a condição da produção econômica e mesmo da dominação simbólica (Bourdieu, 2008a, p. 31).

Desse modo, ao consideramos um Estado pós-colonial como a República Democrática do Congo, a língua francesa foi (e ainda se mantém) a forma como o

---

<sup>22</sup> Bourdieu inclusive discute o monopólio legítimo do uso da violência simbólica. Ver Bourdieu 1989, p. 146).

colonizador impôs sua dominação e seus valores, com o objetivo de apagar a memória<sup>23</sup> dos diversos povos da região. A herança “tribal”/“selvagem” congoleza é conscientemente apagada para a construção da identidade congoleza “civilizada” pelo Ocidente no processo de colonização. Dessa forma as dimensões violentas dessas trocas linguísticas podem ser observadas na MONUSCO quando há processos de interpretação e mediação realizados por meio dos CLAs.

Da mesma forma que o governo do Congo foi infantilizado e enquadrado como Estado falido (logo temos intervenções a MONUC e a MONUSCO), a população congoleza, neste momento incluindo o Assistente de Ligação Comunitária, também é vista como incapaz de resolver seus próprios problemas (mesmo que não explicitamente), sendo necessária a Paz Liberal e para trazer (impor) a “estabilização” da RDC, como o nome da missão. No entanto, o novo discurso de paz sustentável da ONU pretende não ser mais *top-down*, ou seja, busca a participação popular no projeto (*local ownership*).

Desse modo, pode-se afirmar que o CLA atua como a legitimação da presença da ONU no terreno, isto é, ele justifica esse discurso de *local ownership*, algo reiterado nos manuais (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016). Entendo que ele rotineiramente se vê tentando realizar a mediação entre a população local e os *peacekeepers*, a fim de facilitar as ações da ONU no terreno, que, como já apresentei, buscam (re)forçar um ideal ocidental de organização social, o Estado Moderno europeu, que acaba por silenciar e infantilizar as visões de mundo congolezas. Nessa perspectiva, os Assistentes de Ligação Comunitária atuam como cúmplices deste projeto.

Como pontua Bourdieu (2008a, p. 37), a coparticipação em um projeto de dominação por meio da língua, ou seja, uma dominação que faz uso da violência simbólica, não é derivada de uma decisão voluntária entre os agredidos. Ao mesmo tempo que uma estrutura, representada pelo *habitus*, constrange um ator, ele também detém agência para contestar as relações de poder, tendo sua influência “medida” a partir de seus capitais simbólicos. No caso do Assistente de Ligação Comunitária, contudo, já aponte que sua *expertise* não lhe garante poder suficiente,

---

<sup>23</sup> É importante ressaltar a existência de uma vasta literatura sobre as políticas de memória/esquecimento como um projeto de poder por Estados, entretanto este não é o foco da pesquisa. Para uma fundamentação sobre o assunto, ver Zehfuss (2006).

tendo em vista a narração dos manuais, já que ele permanece “preso” como o personagem “grande ajudante do processo de paz no Congo”.

Assim, novamente questiono: o que essa (des)conexão significa para esses dois “mundos” e para o próprio CLA, tendo em vista que eles são cúmplices do projeto ocidental da ONU? Para o Ocidente, são vistos como aliados mesmo que infantilizados. Aqui eles são percebidos como “bons garotos”, porém jamais como um igual pelo *peacekeeper*. Contudo, a população local, principalmente quando ela apoia os grupos insurgentes à autoridade governamental (quem a ONU apoia), pode vê-lo como um traidor, logo o rejeita como parte do grupo. Nesse sentido, para compreendermos o lugar que ocupa CLA entre essas fronteiras, podemos traçar paralelos com a situação dos argelinos estudados por Bourdieu (1961, p. 144):

[c]onstantly being faced with alternative ways of behavior by reason of the intrusion of new values, and therefore compelled to make a conscious examination of the implicit premises or the unconscious patterns of his own tradition, this man, cast between two worlds and rejected by both, lives a sort of double inner life, is a prey to frustration and inner conflict.

Nessa perspectiva, ressalto que refletir sobre os manuais como uma fonte para acessarmos as violências simbólicas contidas nas práticas cotidianas do campo de Operação de Paz. A próxima seção, portanto, busco tecer questionamentos acerca das representações de diversos atores do processo de paz no terreno, tendo como foco o objeto de estudo desta monografia, os Assistentes de Ligação Comunitária.

### **3.3 OS MANUAIS SOBRE OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA: NARRATIVAS, CAMPO E EXCLUSÕES**

Documents are artefacts that are shipped, flown or sent around the planet via post or electronic media. Documents are circulated to reach different sites. Large organizations are highly dependent on circulation to ensure the flow of information between various sites. Physically disconnected sites – an office around the corner, an office in a different continent and time zone, a library, an archive, or assemblies and court rooms – become connected by documents. At such sites documents are sometimes read, sometimes processed, sometimes admired, sometimes shelved, and sometimes immediately discarded. Then they become sorted, classified and stored in dusty archives and libraries. Once their life span has come to an end they are destroyed or eventually recycled and turned into new documents and books, or, if less fortunate, into cartons and park benches (Bueger, 2014a, p. 398).

Esta seção busca refletir sobre as violências simbólicas presentes nos manuais da ONU sobre os Assistentes de Ligação Comunitária. Como afirma Bueger (2014a, p. 398), esses artefatos são a “cola básica” pela qual aos atores de um campo se relacionam e organizam suas atividades. Como vimos, o campo das Operações de Paz é transnacional e possui uma rede de comunicação complexa, logo os manuais permitem uma rápida e concisa transmissão de (des)informação entre os mais diversos atores do campo, desde *policy-makers* em Nova York, como agentes atuando no terreno sob a bandeira da ONU. Esses documentos, portanto, são relevantes para a reflexão sobre a violência simbólica nas práticas cotidianas do Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO, uma vez que me permite acessar o *habitus* e as *doxas* do campo, bem como o discurso oficial/dominante feito pelo Ocidente.

Desse modo, esses manuais constituem a fonte primária para a reflexão de meu objeto de estudo, contudo não se pode ofuscar que os CLAs representados nesses manuais são personagens e respondem ao interesse do eu-lírico ao narrar sua história. Apesar de ausente, tentando se esconder por trás de um ideal de neutralidade e calcado na lógica de *problem-solving*, o narrador, o Ocidente, pressiona violentamente os Assistentes de Ligação Comunitária ao lhes impor um certo ideal de comportamento dentro do campo, que compactua com o projeto (neo)modernizante da ONU na MONUSCO.

Nessa perspectiva, é necessário entender, em primeiro lugar, como o Sistema ONU<sup>24</sup> organiza a confecção de manuais no campo de Operações de Paz. Assim, vale ressaltar a criação do Departamento de Operações de Paz (*Department of Peace Operations*) em 2018, com o objetivo de substituir o “Departamento de Operações de Manutenção da Paz” (*Department of Peacekeeping Operations*) (AGNU, 2018). Além de uma mudança orçamentária, há um entendimento mais holístico do papel da ONU na promoção da paz, ou seja, que abrange mais forma de atuação que a manutenção da paz (*peacekeeping*). Isso vai ao encontro, por

---

<sup>24</sup> Esse termo é utilizado para se referir à estrutura organizacional da Organização das Nações Unidas. Dentro desse sistema, encontramos seis sub-órgãos principais: Assembleia-Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Secretariado, Corte Internacional de Justiça e o Conselho de Tutela. Além disso, é importante ressaltar a existência de agências especializadas no Sistema ONU que se dedicam a temáticas relevantes para o cumprimento dos objetivos da organização. O Departamento de Operações de Paz, uma das entidades relevantes para esta pesquisa, se encontra subordinado ao Secretariado. Para uma representação visual do Sistema ONU, ver United Nations Department of Global Communications (2019).

exemplo, do espectro de Operações de Paz prevista na Doutrina Capstone apontado no capítulo anterior (ONU, 2008).

A proposta de paz da ONU, dessa forma, conta com a promoção de reflexões sobre ações do passado e estimula revisões, isto é, “lições aprendidas” em sua Divisão de Política, Avaliação e Treinamento (subordinada ao Departamento de Operações de Paz<sup>25</sup>) que apontam “boas práticas” a serem (re)produzidas pelos agentes no terreno. É nesse contexto, portanto, que são produzidos manuais como o “*Community Liaison Assistants in United Nations Peacekeeping Operations: Survey of Practice*” (UN-DPKO/DFS, 2016).

Já o outro manual empregado nesta monografia como fonte primária, “*CLA Best Practice Review*” (MONUSCO Civil Affairs Section Ops East, 2014), deriva de empreendimentos do próprio Departamento de Assuntos Cívicos da MONUSCO a fim de refletir sobre os Assistentes de Ligação Comunitária na República Democrática do Congo. Nesse sentido, refletir sobre o caso da MONUSCO com esses dois tipos de “zoom” nos permite uma compreensão mais holística das violências simbólicas originárias da *doxa* apresentada por esses materiais.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que esses artefatos possuem um narrador específico, isto é, eles não são produzidos “do nada”, há sempre alguém que os escreve, logo os “fatos” apresentados e as avaliações sobre esses acontecimentos (se são uma “boa prática”, por exemplo) não são neutros. Esta pesquisa compreende, portanto, que quem confecciona esses documentos reitera a *doxa* pós-colonial da Modernidade presente no projeto racista das Operações de Paz. Assim, a visão narrativa impressa nos manuais possui um caráter violento ao delimitar como devem se dar as relações dos CLAs com os *peacekeepers* e com a população local.

Com isso em mente, procuro questionar: onde estão os Assistentes de Ligação Comunitária em um manual sobre eles mesmos? Em outras palavras, de que forma esses profissionais participam da criação do personagem “CLA” na narrativa contida nesses manuais? A leitura desses documentos aponta que eles são reconhecidos como parte do projeto, uma vez que concederam entrevistas sobre seu cotidiano que supostamente influíram na percepção dos escritores (MONUSCO Civil Affairs Section Ops East, 2014, pp. 8-9; UN-DPKO/DFS, 2016, p. 5),

---

<sup>25</sup> Para uma esquematização do Departamento de Operações de Paz, ver UN-DPO (2019).

entretanto pontuo que eles são sempre (re)imaginados pelo narrador, como nos casos dos “perfis” de CLAs apresentados nas “*text boxes*” e as “histórias de sucesso” no manual específico da MONUSCO (MONUSCO Civil Affairs Section Ops East, 2014).

Desse modo, as expressões dos CLAs ficam restritas a enquadramentos, focos e edições (leia-se ao interesse) dos narradores, que no âmbito do discurso pretendem otimizar o emprego (leia-se a exploração) desses profissionais para alcançar a “estabilização” da República Democrática do Congo. Logo, o restante deste capítulo tem como objetivo apresentar alguns exemplos desse caráter violento presente nas nossas fontes primárias, os manuais sobre os CLAs (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016).

Assim sendo, nos manuais essas práticas cotidianas são distribuídas em seis eixos: (1) coleta de informações sobre ameaças de segurança e alerta a autoridades (nacionais e a ONU); (2) auxílio no estabelecimento de redes de alerta; (3) apoio operacional a visitas oficiais e missões conjuntas; (4) avaliação da percepção local sobre sua segurança; (5) conscientização da população local sobre o mandato da MONUSCO e (6) desenvolvimento de capacidades locais para prevenir, gerenciar e resolver conflitos (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014).

Para exercer essas funções, a maior parte dos Assistentes de Ligação Comunitária da MONUSCO, apesar de serem recrutados pelo nível operacional na seção de Assuntos Cívicos, são desdobrados em áreas isoladas. Nesses casos, eles costumam ser a única presença civil da ONU naquela localidade, atuando em diálogo direto com os contingentes militares (e, às vezes, com policiais) da ONU, os *peacekeepers*. Assim, o local de concentração dessas bases é principalmente no Leste do Congo, principal área em conflito onde a principal língua falada é suaíli, sendo recomendado pelos manuais no mínimo dois CLAs por batalhão a fim de garantir uma rotação e evitar casos como o massacre em Kiwanja (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016; TWB, 2020).

Dessa forma, enquanto os contingentes passam por uma rotação das tropas (geralmente há uma troca do batalhão a cada ano), os CLAs permanecem no terreno e recolhem de informações privilegiadas sobre a rotina da população e possíveis ameaças de segurança. Seu trabalho no terreno de mediação dos *peacekeepers* com a comunidade local é combinado com a produção de relatórios para o Departamento de Assuntos Cívicos com avaliações da situação e sugestões para implementação do

mandato de Proteção de Civis, logo, atuando também em duas frentes (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016).

Nessa modalidade de atuação, os Assistentes de Ligação Comunitária estão vulneráveis a violências simbólicas pelos *peacekeepers*, mas também podem, inconscientemente ou não, as (re)produzir em suas interações com a população local. O *habitus* do campo de Operações de Paz, que é evidenciado nesta monografia pela *doxa* contida nos manuais, que tanto constriem a agência desses atores, como lhes conferem capacidade para impactar o campo, mesmo que essas ações sejam restringidas pelas expectativas do manual em primeiro lugar.

É possível observar como essas práticas são violentas no eixo *peacekeepers* ↔ CLAs quando os manuais pontuam que a *expertise* necessária para a profissão, entretanto, não deve ser confundida (ou como o manual leva a pensar, inferiorizada) com as funções de Assistente de Linguagem<sup>26</sup> ou até os “*fixers*”<sup>27</sup>, como se ser um CLA significasse uma elevação do patamar de um local nos olhos do grupo dominante (UN-DPKO/DFS, 2016, p. 8). Se, por um lado “valorizados”, os CLAs são inferiorizados, por outro, ao longo dos manuais como “instrumentos” relevantes para a condução do mandato da Operação de Paz, especialmente em relação à Proteção de Civis (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016).

Como já apontei nesta pesquisa, o *habitus* do campo funciona como uma gramática (Bigo, 2011, p. 242) sobre o comportamento dos atores e, apesar de imprimir expectativas, eles possuem certa agência para resistir e/ou contestar essa estrutura. Além disso, as lutas violentas do campo são constituídas a partir dos capitais dos agentes e que o Assistente de Ligação Comunitária dispõe de pouco

---

<sup>26</sup> Os Assistentes de Linguagem atuam de forma distinta em relação aos Assistentes de Comunicação Comunitária, uma vez que sua atuação, apesar de ter um potencial para uma mediação cultural, foca mais no aspecto linguístico. Dessa forma, este estudo entende que essa potencialidade foi identificada e “instrumentalizada” pela ONU ao criar a profissão de Assistente de Ligação Comunitária. Para uma reflexão maior sobre os Assistentes de Linguagem, ver Souza Júnior (2016) e França (2020) para Haiti e Baker (2010a; 2010b; 2012; 2014) e Kelly e Baker (2013) para Bósnia.

<sup>27</sup> Esse termo pode ser entendido como a origem da ideia para a criação da profissão do Assistente de Ligação Comunitária. Um ponto de convergência entre as duas funções reside na capacidade do profissional de facilitar o contato entre os componentes da missão e a população local. No entanto, enquanto *a/o fixer* atua mais na informalidade, sendo o “guia turístico” de um jornalista no terreno, o CLA desfruta de uma formalidade maior em seus contratos e possui tarefas mais relacionadas com a transmissão e execução do mandato da Operação de Paz (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016). Para uma reflexão sobre a participação de *fixers* em Operações de Paz, ver Kawaguti (2006) no Haiti e Peres (2010) na Bósnia.



capital para influir sobre a *doxa* e, conseqüentemente, o *habitus*. Assim, a citação a seguir objetiva refletir como a violência simbólica está contida nos manuais:

The perceptions and expectations of local populations are shaped by the CLAs' relationship with the Force. On the one hand, this relationship may enhance the CLAs' authority and respect vis-à-vis the population. On the other hand, the CLAs' proximity to the Force can also confine them to an outsider's role. It is imperative that the CLAs avoid unrealistically raising the expectations of the community regarding the CLAs' power and influence, as this might lead to disappointment and frustration (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 17).

Já no eixo população local ↔ CLA vemos que o CLA costuma ter uma influência maior no campo. Ele tem acesso a informações privilegiadas e participa ativamente do processo de paz, logo pode dispor também do poder da ONU ao representá-la. Dessa forma, o CLA, mesmo que não intencionalmente, acaba por espelhar a violência que ele sofre nas comunidades onde trabalha, uma vez que sua função engloba a conscientização do mandato da ONU (leia-se a imposição dos valores ocidentais) e o compartilhamento de (des)informações sobre as pessoas da área que trabalha, por exemplo (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016).

Em contraposição, a população local pode ser fonte de violência para o CLA, de acordo com os manuais, porque a associação desses locais com a ONU lhes coloca em uma posição de traidor por ajudar a ONU em detrimento de seus compatriotas. O CLA pode ser visto como um ajudante da ONU na medida em que atua contra uma determinada etnia/grupo no terreno, portanto, pode ser morto<sup>28</sup> ou torturado (para obtenção de informação). Os próprios manuais consideram que a segurança desses profissionais não pode ser garantida, principalmente os que trabalham em “áreas vermelhas”, consideradas de alta periculosidade para a presença da ONU em geral (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016). Assim, civis sem treinamento militar são postos em condições de trabalho adversas para apoiar um projeto de paz que reitera violências simbólicas em suas práticas cotidianas.

---

<sup>28</sup> Um caso semelhante é analisado por França (2020, pp. 50-51) ao refletir sobre os Assistente de Linguagem atuando no Haiti. Especificamente, um dos entrevistados pela autora aponta que seu um grupo armado contrário à presença da ONU no terreno confundiu o profissional local da ONU com outra pessoa, que posteriormente foi assassinada.

Um exemplo disso é a ampla discussão dos manuais sobre os arranjos de moradia para os Assistentes de Ligação Comunitária, já que a ONU não possui um padrão sobre a modalidade de alojamento para os CLAs, deixando para eles a “decisão”. Além disso, é preciso considerar que as bases militares são abertas e fechadas com frequência, dessa maneira, eles são obrigados a se acostumarem a não ter um lugar de trabalho fixo em seu país. Assim, os Assistentes de Ligação Comunitária da MONUSCO dispõem de duas opções: morar nas bases ou alugar uma moradia na comunidade onde trabalham. Ambas as opções expõem o CLA a diversas violências (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016).

No que tange alojar-se em uma base, como civis, eles se transformam em “corpos estranhos”<sup>29</sup>: não fazem parte do sistema de hierarquias militares e desorganizam a estrutura local (Baker, 2010a). É preciso também considerar as questões culturais entre os batalhões dos países contribuintes de tropas e os CLAs, ou seja, os hábitos e costumes desses dois grupos podem ser tão diferentes que isso pode atrapalhar a convivência nas bases e no trabalho dos CLAs, como, por exemplo, a recusa da presença de mulheres trabalhando como CLAs por batalhões indianos e paquistaneses (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 14). Desse modo, os manuais relatam casos de profissionais que foram alocados em áreas pouco utilizadas (e seguras) das bases, bem como materiais e barracas (sem proteção para vento e chuva) danificados, conseqüentemente, ausência de privacidade e impossibilidade de cumprir a função (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 16-18; UN-DPKO/DFS, 2016, pp. 12-14).

Por outro lado, os manuais consideram positivo quando o Assistente de Ligação Comunitária opta por alugar uma moradia dentro da comunidade, tendo em vista que sua presença aumenta sua capacidade de interagir com a população local e pode ajudar na dissociação entre o CLA e a ONU, o que, por conseguinte,

---

<sup>29</sup> Apesar de não ser o foco desta pesquisa, é importante considerar questões relacionadas ao gênero nesse caso. A ONU vem tentando lidar com uma baixa paridade de gênero em seus componentes militares e policiais e a incorporação de uma visão de gênero em suas Operações de Paz. Entretanto, o que vemos é a baixa presença de mulheres nesses dois componentes e a dificuldade de CLAs mulheres exercerem a profissão, que já estão em minoria. Os manuais já relatam uma dificuldade em contratar CLAs mulheres e reforçam relações conflituosas entre batalhões e a presença feminina na base (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016). Para uma análise sobre a situação nas Operações de Paz no continente africano, ver Solhjell e Gjelsvik (2013). Além disso, recomendo também uma reflexão sobre intérpretes em bases militares na Bósnia (Baker, 2010a; 2010b; 2012; 2014).

aumenta as chances do CLA adquirir informações relevantes para a ONU (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016). Contudo, esses profissionais ao elegerem essa opção podem se tornar alvos mais fáceis para grupos armados que buscam sequestrá-los para obter informações consideradas sigilosas sobre as ações da MONUSCO. Apesar de os documentos reconhecerem essa questão, há um foco maior em não estimular o compartilhamento de informações confidenciais do que uma preocupação com a vida dos CLAs e seus familiares.

Assim sendo, caminha-se para o próximo capítulo a fim de refletir sobre os processos de naturalização e normatização dessas práticas cotidianas nas Operações de Paz. Nesse sentido, busco compreender como o Assistente de Ligação Comunitária (re)constrói os ideais de “modernidade” do Ocidente em suas práticas cotidianas a partir da assemblagem da MONUSCO.

## **4. O PAPEL DO ASSISTENTE DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NA NATURALIZAÇÃO E NA NORMATIZAÇÃO DE VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS DA MONUSCO**

O último capítulo desta monografia tem como principal objetivo apontar como a naturalização e a normatização das violências simbólicas com base nas hierarquias coloniais estabelecidas e mantidas nas práticas cotidianas da MONUSCO ao focar no Assistente de Ligação Comunitária. Desse modo, este capítulo se encontra dividido em quatro partes. Primeiramente, proponho um percurso histórico para refletirmos como se organizou e se mantém os processos de dominação (aqui entendida em diversas modalidades como analisado no capítulo anterior) na República Democrática do Congo.

Em segundo lugar, parto para o entendimento da função de Assistente de Ligação Comunitária, considerando sua gênese, as violências simbólicas que perpassam seu cotidiano e seu potencial para (re)produzi-las. Em seguida, busco mostrar como essas práticas podem ser extraídas por meio dos manuais, fonte primária para esta pesquisa. Por fim, reflito sobre o conceito de assemblagem aplicado às Relações Internacionais que organiza esta monografia a fim de compreender como ele se conecta à minha pesquisa sobre os CLAs na MONUSCO.

### **4.1. O MOSAICO CONGOLÊS: UM BALANÇO HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES EXTERNAS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO**

Esta seção busca apresentar um panorama histórico da presença da ONU na República Democrática do Congo, a fim de entender o estabelecimento da MONUSCO e seu mandato atual. Como um mosaico, cada intervenção realizada pelo Ocidente e, por sua vez, sofrida no território congolês compõe um pequeno pedaço do cenário atual da MONUSCO, que proporciona a criação da função “Assistente de Ligação Comunitária”. Para tal, proponho discutir o colonialismo belga, bem como identifico duas missões de paz que ocorreram no país que se tornam antecedentes: Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) entre 1960-

1964 e a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) entre 1999-2010. Nesse sentido, esse movimento é fundamental para entender o contexto em que todas essas relações sociais acontecem a fim de refletir sobre as violências simbólicas inerentes às práticas cotidianas dos CLAs na MONUSCO.

Como já mencionado, o território que hoje compreende a República Democrática do Congo<sup>30</sup> foi alvo de duas grandes intervenções coloniais antes de sua independência em 1960: como uma propriedade privada do rei Leopoldo II da Bélgica, denominado “Estado Livre do Congo” (1885–1908), e colonizado pela Bélgica, “Congo Belga”<sup>31</sup> (1908–1960). Ambos os momentos são arraigados por um discurso “humanitário” circunscrito a práticas de cunho racista, afirmando que a justificativa europeia para sua presença na região era trazer a “civilização” para o Congo (Nzongola-Ntalaja, 2007; Bessa, 2018). Por trás desse ideal de modernidade, a população sofreu um processo violento de colonização: “[v]ale lembrar que as estruturas deste território foram desmanteladas para o estabelecimento de um Estado de molde ocidental, visando à exploração de seus recursos – naturais e humanos” (Bessa, 2018, pp. 80-81).

Nesse primeiro momento, o rei Leopoldo obteve certa legitimidade e reconhecimento tácito de suas posses territoriais na Conferência de Berlim (1884-1885), que contou com a reunião das principais potências europeias e ocidentais para discutir a exploração e navegação na bacia do Rio Congo. Desse modo, Leopoldo buscou em seguida explorar as riquezas do território, como minérios, borracha e marfim, com destaque para a região de Katanga, no sudeste da futura RDC. Seu reinado no Congo<sup>32</sup> foi marcado pela exploração dos recursos congolezes

---

<sup>30</sup> A atual República Democrática do Congo possuiu diversos nomes enquanto independente: República do Congo-Leopoldville (1960-1971), Zaire (1971-1997) e República Democrática do Congo (1997-). Neste trabalho, apesar das mudanças de nomenclatura, a fim de não causar confusões, o território em questão será sempre referido como RDC ou Congo.

<sup>31</sup> A denominação “Congo Belga” buscava separar o território de domínio francês em relação à área colonizada pelos belgas. Essa separação possui consequências atualmente com a existência de dois países, o Congo-Brazzaville (anteriormente colonizado pelos franceses) e o Congo-Kinshasa (anteriormente colonizados pelos belgas). Este último, também conhecido como a República Democrática do Congo é o estudo de caso abordado nesta monografia.

<sup>32</sup> É importante ressaltar que a lei belga foi alterada na época para permitir que o Leopoldo fosse o monarca de dois países simultaneamente. Nesse momento da história, portanto, o Estado Livre do Congo é considerado como um país, porém a população não era soberana, porque nunca foi consultada sobre esse arranjo político (Nzongola-Ntalaja, 2007, p. 18).

a partir de trabalho escravo para atender aos interesses econômicos da Coroa e do Estado (Nzongola-Ntalaja, 2007, p. 20; Bessa, 2018, p. 79).

Enquanto o discurso na Europa era de pautado pela “civilização” em contraposição à “barbárie” congoleza, os congolezes escravizados que não atingiam a quota de produtos para a exportação estavam sujeitos a diversas violências. Desse modo, as práticas cotidianas da época contavam com mutilação corporal, estupro, tortura e assassinato (Bessa, 2018). É estimado em 10 milhões de pessoas o número de mortes em decorrência da exploração de recursos no período colonial (Nzongola-Ntalaja, 2007, p. 22).

Pressionado por grupos que denunciam as atrocidades belgas, como a Associação de Reforma do Congo (*Congo Reform Association*), o Congo passou para o *status* formal de colônia a ser controlada pelo Estado belga em 1908 (Silva, 2012). Essa mudança é apontada por Nzongola-Ntalaja (2007, pp. 26-27) mais como uma estratégia de melhorar a imagem belga para a Europa e para os Estados Unidos do que uma mudança em si, enquanto que Bessa (2018, p. 81) chama atenção para um refinamento do domínio colonial. Assim, entende-se que o legado leopoldino se manteve forte no colonialismo estatal, marcado pela exploração econômica, a repressão política e a opressão cultural (Nzongola-Ntalaja, 2007).

Vale notar que o período colonial foi marcado por diversos movimentos de resistência, porém eles foram fortemente reprimidos por oficiais belgas. Logo, já havia na década de 1950 debates sobre a independência congoleza, porém ela só foi consolidada em 1960, a partir de um “acordo” arquitetado em Bruxelas com a instalação de um governo composto por lideranças congolezas. Uma narrativa comum sobre esse momento afirma que o Congo foi “mal preparado” para a independência propositalmente pela Bélgica, a fim de justificar a retomada do controle quando o novo país “colapsasse” (Nzongola-Ntalaja, 2007; Bessa, 2018).

Contudo, como apontado por Bessa (2018, p. 86), essa visão sobre o Estado congolês é eurocêntrica, fortemente baseada em uma percepção vestfaliana. Logo, vemos que o imaginário de “modernidade” é novamente mobilizado para silenciar as experiências políticas que existiram no território da atual RDC, impondo valores anglo-europeus e oprimindo violentamente a população local no dia-a-dia. Desse modo, a independência congoleza foi seguida por um dos momentos mais sangrentos da história do país, conhecido como a Crise do Congo (1960-1965).

Esse evento contou com a presença militar belga no Congo independente a fim de apoiar o movimento separatista da província de Katanga, uma vez que seus interesses não estavam sendo representados pelo governo central. Além disso, havia disputas políticas entre o presidente (Joseph Kasavubu) e o primeiro-ministro (Patrice Lumumba), sendo que este era visto como uma ameaça para os interesses ocidentais e, conseqüentemente, foi entregue aos mercenários belgas para ser executado. Por fim, também havia os interesses do bloco capitalista e do socialista em um contexto da Guerra Fria (1945-1989)<sup>33</sup>. É nesse cenário, portanto, que a primeira Operação de Paz no Congo, a ONUC, foi criada e atuou (Nzongola-Ntalaja, 2007; Goezte, 2017).

Desse modo, o mandato da ONUC contou com três pilares: (1) retirada das tropas belgas, (2) retirada dos mercenários e (3) garantia da lei e da ordem a fim de conter uma guerra civil. Em relação ao uso da força, o Conselho de Segurança da ONU concedeu a cooperação militar técnica, porém os *peacekeepers* da época dispunham de uma restrição maior para atacar ou pelo menos se defender, sendo autorizada, se necessária, somente como último recurso (Boulden, 2015).

O cenário apresentado da ONUC, portanto, me permite questionar, desde os primeiros anos da Operação de Paz, a aplicabilidade da Trindade Santa (imparcialidade, consentimento do Estado-hospedeiro e uso mínimo da força) como princípios ordenadores para a condução das ações no terreno. Segundo Boulden (2015, p. 163), a ONU se viu no meio de uma guerra civil, sem um governo central que lhe pudesse conferir legitimidade para atuação, sendo atacada pelas diversas partes do conflito e atuando de forma imparcial nas tentativas de paz.

Visões mais críticas sobre o papel da ONUC na resolução/agravamento da Crise do Congo apontam que a própria ONU, por meio da figura influente de seu Secretário-Geral, Dag Hammarskjöld, adotou um posicionamento paternalista em relação à independência congoleza, isto é, objetivava “conduzir”, como uma figura

---

<sup>33</sup> Especialmente no continente africano, a Guerra Fria, um conflito indireto entre Estados Unidos e União Soviética, atuou como financiadora de diferentes grupos que buscavam chegar ao poder, principalmente com os movimentos de libertação nacional. Assim, quando um país conquistava sua independência, era comum que os ânimos da disputa capitalista/socialista desembocassem em guerras civis e no estabelecimento de um regime autoritário do lado vencedor. A República Democrática do Congo se enquadra nesse contexto. Ao conseguir sua independência em 1960, os interesses estadunidenses eram contrários à permanência de Lumumba no poder, o que, aliado ao interesse colonial belga, agravou os conflitos congolezes e acarretou na Crise do Congo. Com a derrubada de Lumumba, o Congo passa a ser governado por Mobutu em um regime ditatorial apoiado pelos Estados Unidos. Ver Nzongola-Ntalaja (2007).

paterna, os congolese infantilizado ao grupo de Estados considerado “adultos” (Nzongola-Ntalaja, 2007, p. 95).

Nessa perspectiva, Goetze (2017, p. 49) argumenta que o discurso da época construiu a população congolese como incapaz de solucionar seus próprios problemas, muito menos governar seu próprio país. Nessa perspectiva, Hammarskjöld buscou configurar a ONU a partir da supremacia da autoridade da ONU em relação à soberania do Congo. Assim, esse posicionamento caminhava ao encontro dos interesses ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, não obstante contrariava a jurisprudência do Direito Internacional.

Desse modo, o fim da ONU proporcionou o fim da influência velada do Ocidente no Congo, que foi rapidamente substituída por um governo ditatorial comandado por Mobutu Seko em 1965. Já que atendia diretamente aos interesses estadunidenses e belgas, a RDC viveu sobre esse regime autoritário até 1997, com a morte de Mobutu. Bessa (2018), a partir de Silva (2012), argumenta que o governo Mobutu teve como principal característica a tentativa de erguer um aparato estatal nos moldes vestfalianos, a fim de criar uma imagem externa que garantisse a permanência de Mobutu no poder, porque temia que seu governo sofresse um golpe militar, destino comum de países vizinhos da época.

Antes de avançar para a MONUC, contudo, é importante apontar como outros países africanos contribuíram diretamente para o fim do governo Mobutu e a ascensão de Laurent Kabila, entendida como a Primeira Guerra do Congo (1996-1997). Estados como Uganda, Ruanda, Burundi e Angola organizaram uma frente contra Mobutu contrária ao seu regime autoritário e anticomunista. O estopim que levou à guerra foi o apoio e acolhimento de Mobutu aos *hutus* (um dos principais atores do genocídio de Ruanda em 1994) (Nzongola-Ntalaja, 2007; Bessa, 2018).

Assim sendo, a ascensão de Kabila ao poder contava com a expectativa frustrada de que os interesses de seus vizinhos fossem atendidos. Dessa forma, o posicionamento adotado pelo novo governante era mais alinhado com o nacionalismo, valorizando a soberania popular congolese em detrimento dos interesses econômicos dos Estados limítrofes (Nzongola-Ntalaja, 2007). Isso se desdobrou em uma nova invasão do território congolês, iniciando a Segunda Guerra do Congo (1998-2003). Esse evento também ficou conhecido como a Guerra Mundial Africana, devido à participação de vários países, ao grande número de



mortes (3,8 milhões) e às políticas de genocídio conduzidas pelas partes (Bessa, 2018; Silva, 2012).

Para além da presença externa, é importante considerar a participação de grupos não estatais, como mercenários, o que tornava o conflito mais complexo, com elementos de guerra regular a irregular (Silva, 2012, p. 149). A República Democrática chegou a ser dividida em três territórios, um controlado pelo governo de Kinshasa, um por Uganda e outro por Ruanda em 1999 (Nzongola-Ntalaja, 2007; Bessa, 2018).

No mesmo ano, essas partes estatais que estavam envolvidas no conflito assinaram o Acordo de Paz de Lusaka, que previa um cessar-fogo, contudo ele não foi respeitado. Já em 2001, Laurent Kabila foi assassinado e a presidência foi assumida por seu filho, Joseph Kabila, que adotou uma postura mais diplomática e assinou um número considerável de acordos de paz (Doss, 2015a; Silva, 2012). Dessa forma, a comunidade internacional, aqui liderada pelos interesses Ocidentais e materializada no Conselho de Segurança da ONU, interpretou o contexto como propício para a criação de mais uma Operação de Paz na RDC, a MONUC.

Diferente da ONU na década de 1960, a MONUC apresentou um mandato com diversas tarefas focadas na Proteção de Civis e nos preceitos da Paz Liberal. Além disso, a missão contava com a realização de eleições, que ocorreram em 2006, após a aprovação de uma nova Constituição em 2005 por referendo, consolidando Joseph Kabila no poder. Ademais, os anos finais da MONUC (2006-2010) foram marcados pela mudança de foco para as ações da ONU de Ituri e Katanga para Kivu, por conta de operações de grupos rebeldes.

Vale ressaltar que a missão foi autorizada pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas a utilizar todos os meios possíveis (“*all necessary means*”) para proteger a população civil em face de ameaças físicas eminentes, contando também com um contingente da União Europeia para auxiliar na questão de segurança. Entretanto, as tropas no terreno não conseguiram impedir diversos ataques à população, mesmo com as resoluções subsequentes à criação da missão aumentando o nível do uso da força e especificando os grupos a serem protegidos, como crianças e refugiados (Doss, 2015a, p. 661). A próxima seção explorará esse assunto, uma vez que ele é um dos motivos para a criação da função de Assistente de Ligação Comunitária.

Diante do contexto supracitado, Silva (2012) argumenta, a partir de conceitos formulados por Frédéric Gros, que a RDC vive um “estado de violência” após 2003. Assim, nem a guerra nem a paz formal existem, mas uma instância de violência no cotidiano. Logo, esses atos violentos são cometidos de forma unilateral e frequentemente dirigidos a alvos desarmados, bem como não há uma distinção clara entre o “interno” (doméstico) e o “externo” (internacional), o que só aumenta com a presença da ONU no terreno. Vale pontuar, contudo, que a visão desses autores sobre violência não é a mesma abordada nesta monografia, já que refleti sobre o Assistente de Ligação Comunitária a partir dos conceitos de Bourdieu combinados com os estudos pós-coloniais.

Já Séverine Autesserre (2006; 2007; 2010) busca mostrar a partir de uma pesquisa etnográfica que as dinâmicas do conflito em uma escala local (disputas por poder e acesso à terra, por exemplo) permaneceram, apesar de esforços de resolução do conflito no nível nacional e regional. Logo, sendo incapazes de lidar com as causas raízes, não há como findar as hostilidades. A autora ainda aponta sobre como a solução para o conflito no Congo é construída discursiva e narrativamente a partir da noção de centralização do poder nas mãos do Estado (Autesserre, 2012).

Nessa perspectiva, muitos dos problemas vivenciados pela MONUC ainda estão presentes na MONUSCO, o estudo de caso abordado nesta monografia. Além disso, a realidade desta Operação de Paz é complexa, logo, é necessário entender primeiramente o mosaico de intervenções externas anteriormente sofrido pela RDC, sendo alguns deles até operacionalizados pela ONU. Apesar de parecer uma digressão, esta seção é fundamental para entendermos de que formas e por que motivos a ONU decidiu criar a função do Assistente de Ligação Comunitária, meu objeto de estudo.

Desse modo, em 2010 (nota-se os 50 anos da independência do Congo), houve uma mudança na missão da ONU, devido à “nova fase” que foi “alcançada” no Congo: da MONUC, passamos para a MONUSCO (CSNU, 2010, p. 3). Como mencionado anteriormente, havia uma percepção de que a ONU relutava em fazer uso da força para executar seu mandato na MONUC e a mudança de nome, e conseqüentemente de missão, poderia ser uma forma de tentar dar uma “cara nova” à presença da ONU na RDC (Edström & Gyllensporre, 2013).

Apesar de não ser o foco desta pesquisa, é importante mencionar que há um debate<sup>34</sup> nos Estudos sobre Operações de Paz que questiona a nomenclatura “estabilização” adotada, por exemplo, na MONUSCO e as consequências da (in)definição do conceito nos mandatos e na doutrina da ONU. Assim, para fins desta pesquisa, entretanto, a mudança da missão não acarreta em uma alteração do projeto (neo)modernizante (Inayatullah & Blaney, 2004) que venho abordando nos capítulos anteriores para além de um maior emprego da força pela ONU.

Nesse sentido, com a resolução 1925, o mandato de capítulo VII da MONUSCO objetiva ampliar as atividades conduzidas na MONUC, focando na proteção de civis, dos funcionários humanitários e de defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física, bem como ações de “estabilização” da região leste do país (CSNU, 2010). Isso quer dizer que há um deslocamento dos esforços do oeste (onde é localizada a capital e se objetivava construir uma união nacional durante a MONUC) para o leste do país (região onde ainda há conflitos e onde atuam principalmente os CLAs). Além disso, busca-se transferir algumas atividades exercidas pela ONU para o governo (que recebe apoio da ONU) e parceiros da organização (Doss, 2015b).

Condizente com o discurso de ampliação do esforço da ONU na Proteção de Civis, a MONUSCO gradativamente adotou uma postura mais robusta no seu cotidiano, culminando na criação da Brigada de Intervenção da Força em 2013 (FIB, sigla em inglês) por meio da resolução 2098. O mandato da FIB, visto na resolução como sem precedentes e único, engloba a realização de operações ofensivas direcionadas para a “neutralização e desarmamento” de “grupos rebeldes”, fazendo uso de todos os meios necessários (leia-se grande uso da força), em conjunto com o governo da RDC ou até unilateralmente (CSNU, 2013).

Nessa perspectiva, Koddenbrock (2012) busca chamar atenção para a construção do imaginário ocidental sobre a República Democrática do Congo como um Estado “falido”, “colapsado”. Segundo o autor, os *policy papers* sobre o assunto criam uma narrativa sobre o Congo que defende as intervenções humanitárias, como por exemplo a MONUSCO, uma vez que reconhecem “benefícios” para a população local. Assim, a RDC é reduzida, por meio da “patologia funcional”, a

---

<sup>34</sup> Esta nota de rodapé não se pretende findar a discussão sobre “estabilização”, mas recomendar algumas leituras como, por exemplo, De Coning (2018), Gorur, (2016), Hunt (2017) e Mac Ginty (2012).

um país “doente”, com uma economia criminosa e ilegal (advinda da exploração de minérios), um Estado incapaz de governar e uma sociedade dominada pela violência sexual.

Assim, Koddenbrock (2012, pp. 550-551) pontua que há uma (re)produção de uma “história” por atores ocidentais e/ou pró-Occidente, que engloba um paradigma de patologias para descrever a RDC, apesar de não pretender fazer uso de vertentes pós-coloniais na sua análise. Nesse discurso, portanto, a intervenção se torna uma saída, um remédio, portanto, uma solução de problemas. Nesse caso, acadêmicos, tomadores de decisão e ONGs ao refletirem sobre uma ausência de efetividade das Operações de Paz no Congo e recomendarem melhorias acabam reiterando a legitimidade desse tipo de ação. Como um acadêmico, podemos afirmar que o autor exerce o reflexivismo proposto por Bourdieu (1989).

Nesse sentido, como discutido no capítulo anterior a partir de reflexões como as apontadas por Moreno (2011), o discurso de Estado falido é mobilizado e reestruturado a fim de legitimar as interferências externas que reiteram hierarquias advindas das práticas coloniais. A MONUSCO em seu mandato, e consequentemente a FIB, identificam ameaças que desafiam o *self* estatal vestafaliano, apontando a Paz Liberal como um pacote de soluções a serem empregadas. Desse modo, o mosaico de intervenções na RDC é remodelado pelo discurso, mas encontramos a mesma lógica violenta no seu cotidiano. A próxima seção busca inserir o Assistente de Ligação Comunitária nesse contexto.

#### **4.2. OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NA MONUSCO: CONCEPÇÃO, (DES)CONEXÃO E VIOLÊNCIAS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS**

To argue that UN peacekeeping is about ‘peace’ is an analytical dead-end, but it will also and always be a strong normative position that is easily defended on moral, humanitarian or legal ground. No matter how strong such normative standpoints can be, or appear to be, they demand critical engagements in order to determine ‘whose peace’ is being kept and under what conditions, which are essential questions for any critical analysis of the international politics of peacekeeping (...). UN peacekeeping is said to be in a state of ‘existential crisis’ and the UN, arguably, ‘at war’. This newest crisis is only partly about the UN’s inability to bring or keep the ‘peace’ and to protect civilians (Charbonneau, 2019, p. 1).

Esta seção dialoga diretamente com a anterior, ao passo que objetiva refletir sobre a ascensão da profissão “Assistente de Ligação Comunitária” no contexto da MONUSCO. Será necessário, portanto, acessar a narrativa criada pela ONU, por meio de seus manuais, principalmente o que foca na missão no RDC (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016), sobre o contexto da transição MONUC/MONUSCO para entender, em seguida, a relação entre o CLA e seu ambiente de trabalho que reitera violências físicas e simbólicas nas práticas do cotidiano.

Em primeiro lugar, é importante considerar o quadro normativo das Operações de Paz, principalmente seu foco em proteger civis. Como já abordado anteriormente, a década de 1990 contou com um aumento expressivo do número de missões autorizadas pelo Conselho de Segurança, justificado, principalmente, por conta do fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, o fim do congelamento do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, esse “boom” acarretou na incapacidade da ONU em *de facto* proteger civis em situações de conflito e “pós-conflito”, com destaque para os casos de Somália, Bósnia e Ruanda. Dessa forma, em 1999, foi criado um quadro legal e normativo de Proteção de Civis (Foley, 2017).

Mesmo que a ONU já possuísse uma tradição normativa em salvaguardar civis em conflitos segundo Foley (2017), seja pela própria Carta de São Francisco ou por resoluções e decisões como as da Corte Internacional de Justiça, esses eventos impulsionaram um foco maior na condução das ações no terreno. A doutrina da ONU passou a ser mais adepta ao aumento do uso da força, antes somente para autodefesa das tropas, passando agora para, por exemplo, a permissão de usar a força para a execução do mandato por todos os meios necessários.

A partir desse cenário, o que é visto na realidade é que, mesmo com o mandato da MONUC incluindo a terminologia de proteção de civis, os *peacekeepers* eram constantemente criticados por não conseguirem executá-lo. Como aponta Foley (2017, p. 3), é impossível proteger todos os civis em todos os lugares e em todas as circunstâncias. Contudo, alguns casos de violência generalizada, estupros em massa e pilhagens colocavam a legitimidade da MONUC em cheque, uma vez que aconteciam muito próximos de uma base militar da ONU no terreno, logo, suponha-se que eram mais facilmente evitáveis.

Com o objetivo de ilustrar meu argumento, opto, dessa forma, por apresentar dois casos exemplares, apesar de esses acontecimentos serem recorrentes no cotidiano da MONUC. O primeiro foi um massacre ocorrido em Kiwanja em 2008, já o segundo aconteceu em Bukavu em 2004. Escolhi expor esses dois exemplos, tendo em vista que eles foram mobilizados pelos próprios manuais (fonte primária de acesso às práticas cotidianas nesta monografia) ou pela literatura sobre o assunto, respectivamente, como casos emblemáticos, logo utilizá-los me permite entender como o campo de Operações de Paz se imagina e se reescreve (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016; Autesserre, 2010).

Vale notar, entretanto, que os manuais não se propõem a explicar o ocorrido, somente citam o caso como se quisessem dizer “não queremos Kiwanja novamente”. É comum na literatura de Estudos sobre Operações de Paz, bem como em discurso oficiais de membros da ONU, se referir aos debates internos e externos à ONU após às três grandes falhas da década de 1990 (Bósnia, Somália e Ruanda), por exemplo, como algo a nunca ser repetido. Contudo, o que vemos, em ambos os casos, é a ONU cotidianamente realizando atos violentos (físico e simbolicamente) e falhando em proteger civis.

Nesse sentido, em novembro de 2008, a MONUC continha uma base a uma milha (1,6 quilômetros) de Kiwanja, onde ocorreu o embate entre dois grupos rebeldes, o Congresso Nacional de Defesa do Povo e a milícia Mai Mai. Estima-se que 150 pessoas foram assassinadas em Kiwanja, enquanto a MONUC, tinha somente 120 soldados de paz em uma de suas maiores bases de campo na área. A localidade era considerada pela missão como uma “zona de proteção prioritária”, devido à existência de centros de ajuda humanitária, porém os *peacekeepers* não conseguiram proteger os civis ou impedir a tomada da cidade e a destruição dos campos de deslocados internos (HRW, 2008).

A *Human Rights Watch* (2008) denunciou o caso, buscando apontar que a prioridade da ONU naquela época deveria ser proteger a população civil de Kiwanja, mas os esforços estavam sendo direcionados para assegurar trabalhadores humanitários, um jornalista estrangeiro e um grupo de observadores militares, deixando, portanto, os congolese desprotegidos. Dessa forma, um dos principais “problemas técnicos” apontados para explicar a incapacidade da ONU neste caso foi a ausência de engajamento com a população civil.

Considerou-se que, durante o rodízio de tropas (entre Uruguai e Índia), não havia um intérprete (que falasse francês e/ou suaíli) presente para auxiliar na comunicação entre os *peacekeepers* e a comunidade local. Além disso, a ausência de um contato com os congolese criava uma lacuna nas informações de segurança, logo não foi possível se organizar para conter o ataque (HRW, 2008).

Essas mesmas justificativas retóricas estão presentes no ataque em Bukavu, em maio de 2004. Autesserre (2010) faz uso dessa anedota para argumentar que um dos fatores que agravam a capacidade dos *peacekeepers* de realizarem seus mandatos advém de um problema “de cima para baixo” (*top-down*). Ela crê que para além de um problema linguístico, a comunidade internacional criou uma imagem sobre a sociedade congolese (nesse caso, uma criança congolese), que impede de seguir seu mandato de Proteção de Civis:

In the middle of fighting, bombing, and raping, it seems rather evident that when a boy tries to attract the attention of a UN peacekeeper, whose mandate includes the protection of the population, there is a high chance that the boy is asking for help. However, in this case, the peacekeeper’s ingrained perception of what Congolese children want (cookies or water bottles, for which they often ask when they see foreigners) overcame his common sense. In a similar way, the international peacebuilders’ entrenched understandings of peace, war, and the Congo overcame the commonsense idea that local conflict quite possibly matters (Autesserre, 2010, p. 41).

Nesse contexto, em meio a combates entre o Congresso Nacional de Defesa do Povo e o exército congolês, a cidade de Bukavu foi tomada pelo grupo rebelde que saquearam, estupraram e mataram a população civil. A autora narra que um menino correu em busca de ajuda na base de manutenção da paz da ONU, mas quando chegou ao posto de controle, o *peacekeeper* de plantão não falava suaíli nem francês. Assim, as tentativas frustradas de explicar a violência ocorrendo próxima à base foram respondidas com “um largo sorriso” do soldado que lhe entregou um pacote de biscoitos (Autesserre, 2010, p. 41).

Desse modo, com esses exemplos é possível começar a entender qual era o cenário da MONUC. Por um lado, havia poucos intérpretes, na função de Assistente de Linguagem, que trabalhavam com pares de línguas inglês-francês ou inglês-suaíli principalmente a fim de tentar conectar a população local, receptores da proteção, com os *peacekeepers*, quem deveria provê-la (em cooperação com o

exército congolês<sup>35</sup>). Por outro, as tropas não tinham engajamento com essa comunidade e concentravam esforços na proteção de figuras internacionais, logo, a prática cotidiana não condizia com o discurso visto nos mandatos. Uma consequência disso são as críticas recebidas organizações de proteção dos Direitos Humanos como a *Human Rights Watch*, o que a ONU respondeu tentando dar um mandato mais proativo com a mudança de missão da MONUC para a MONUSCO e, posteriormente, com a criação da FIB.

Dessa forma, a alteração da presença da ONU na República Democrática do Congo foi acompanhada por uma tentativa de estabelecer um maior contato com a população local para além dos *Joint Protection Teams (JPT)*<sup>36</sup>. Primeiramente, buscou-se ampliar timidamente a posição de Assistente de Linguagem, tornando alguns desses profissionais no cargo de Intérpretes de Ligação Comunitária (*Community Liaison Interpreters*). No entanto, o título foi modificado após uma visita de membros do nível operacional para Assistentes de Ligação Comunitária “*in view of additional responsibilities assigned to them and to better reflect the complex nature of their multi-dimensional activities*” (MONUCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 10).

Nessa perspectiva, observo que seu dia-a-dia é marcado pela mediação (linguística e cultural) dos interesses da ONU, traduzidos nos preceitos da Paz Liberal, e a realidade daquela localidade, a partir dos locutores “*peacekeepers*” (principalmente contingentes militares que estão em bases da zona rural do Leste do Congo) e a “população local”. Argumento, dessa forma, que a (des)comunicação (Wolton, 2010) entre as partes da conversa depende da presença do Assistente de Ligação Comunitária, logo, ao mesmo tempo que ele conecta os locutores, eles estão desconectados ao precisarem do CLA em primeiro lugar.

---

<sup>35</sup> É importante considerar que os manuais apontam o governo congolês como responsável primário sobre a segurança da população, mesmo que o mandato da MONUSCO tenha um enfoque na Proteção de Civis (MONUCO Civil Affairs Ops East, 2014).

<sup>36</sup> Vale mencionar, os *Joint Protection Teams (JPT)* foram criados ainda na MONUC. Criados visando uma rápida mobilidade, os JPT eram pequenas missões *ad hoc*, implantadas em locais remotos ou de alto risco para coletar informações sobre desenvolvimentos relevantes à proteção. Mesmo que eles tenham sucedido em aumentar a compreensão da MONUC/MONUSCO dos contextos locais, sua curta duração (normalmente de três a cinco dias) foi considerada insuficiente para alcançar uma análise mais profunda e contínua ou para implementar e acompanhar as recomendações feitas. Nesse sentido, concluiu-se que era necessária uma presença civil mais permanente no terreno e um envolvimento mais próximo com as comunidades e autoridades locais, logo foram criados os CLAs, objeto de estudo desta pesquisa. Ver Tull (2015) para os *Joint Protection Teams* e MONUCO Civil Affairs Ops East (2014).



Essa dupla relação constitui uma violência para o CLA, que cotidianamente cumpre o papel de (re)viver e transmitir os valores ocidentais para a população local. Assim, busco agora me aprofundar nas principais tarefas estipuladas para a função, a fim de mostrar a cumplicidade dos CLAs com o projeto colonial do MONUSCO, que apresentei no capítulo anterior.

Em primeiro lugar, é esperado que o CLA “traduza” as dimensões históricas, socioculturais e políticas de dinâmicas locais e informações sobre desenvolvimentos recentes por meio de relatórios. Os manuais acreditam que, por serem locais, os CLAs (vistos como *experts* nos termos de Bourdieu e da virada prática nas RI) têm uma maior e melhor compreensão sobre os conflitos que podem acontecer no terreno, logo conseguem realizar uma melhor leitura sobre a situação (MONUCO Civil Affairs Ops East, 2014, pp. 20-22).

Apesar de os manuais postularem que o CLA não é um oficial de inteligência, pode-se ler essa tarefa como um dos motivos pelos quais essa profissão possui a fama de “traidor”. Isso acontece, porque ela conta com o compartilhamento de informações sobre a comunidade local para a ONU, atuando como cúmplice do projeto ocidental e contra a suas origens congoleesas. Mesmo que o CLA informe situações de segurança, que podem efetivamente proteger civis, essas informações também permitem um melhor entendimento da população, que pode ser entendido como instrumento para aumentar a efetividade da dominação da população congoleesa.

Outra tarefa dos CLAs é o fortalecimento de sistemas de alerta, as *Community Alert Networks*. Pensando em evitar novos massacres como Kiwanja, a ONU buscou facilitar a comunicação em áreas mais isoladas da RDC, a partir de uma rede de telefones e rádio que é gerenciada pelos CLAs. Ao receberem um alerta, por exemplo, os CLAs informam aos *peacekeepers* que, por sua vez, acionam um contingente de pronto emprego ou avisam às forças nacionais (MONUCO Civil Affairs Ops East, 2014, pp. 22-23). Aqui, fica evidente que a população local sempre se encontra mediada pelos CLAs, ou seja, o contato com a ONU sempre depende de uma terceira parte que jamais conseguirá ser imparcial.

Em terceiro lugar, pode-se considerar um engajamento mais presencial com a população, por meio dos Comitês de Proteção Comunitária e os Planos de Proteção Comunitária. Dessa forma, os CLAs também são encarregados de construir estratégias (apoiadas e aprovadas pela ONU) para as próprias

comunidades, condizente com o “*local ownership*”. Assim, há a promoção de conversas para discutir riscos, prever medidas de mitigação e formular recomendações, que posteriormente se tornam planos tanto para os *peacekeepers* quanto para a comunidade em caso de ameaças nacionais. O que se vê, na prática, é uma ausência de coordenação entre a população civil e a ONU, o que aumenta a vulnerabilidade das comunidades e do próprio CLA (MONUCO Civil Affairs Ops East, 2014, pp. 23-24).

Uma das atividades mais centrais no cotidiano dos CLAs constitui o suporte em missões dos *peacekeepers*, bem como atividades no terreno. Destarte, espera-se que seu conhecimento holístico (*expertise*), denominado assim pelos manuais, sobre a realidade local ofereça recomendações relevantes no planejamento e condução de ações como, por exemplo, operações militares (como as JPT) e missões de conscientização para temáticas como Direitos Humanos, proteção de crianças e violência sexual (MONUCO Civil Affairs Ops East, 2014, pp. 24-25). Semelhante à próxima atribuição, os CLAs cumprem o papel de impor os ideais ocidentais sobre determinadas temáticas ao se relacionarem com a população local, enquanto apoiam e facilitam as ações da ONU.

Nesse sentido, outra responsabilidade está relacionada à imagem da ONU nas comunidades locais. Os manuais apontam que “[i]nformed communities have shown to be more appreciative of MONUSCO’s presence and are less likely to become hostile towards the Mission” (MONUCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 25). Os CLAs, portanto, cuidam de “mal-entendidos” e “rumores”, relacionados a “expectativas inatingíveis” ou “manipulação deliberada”. Argumenta-se nos manuais que os congolese pouco sabem do “verdadeiro” mandato da MONUSCO ou das ações “benéficas” realizadas pela MONUSCO no terreno.

Esse tipo de argumento, por exemplo, nos remete às discussões de Francisco de Vitória (*apud* Moreno, 2011, pp. 70-71) sobre a possibilidade de progresso a partir da intervenção estrangeira (leia-se europeia) que abordei no capítulo anterior. Desse modo, apresentei como os congolese são infantilizados por uma operacionalização do *telos* centrado na “modernidade” ocidental. Essas violências também atuam sobre o Assistente de Ligação Comunitária, que sofre cotidianamente esse paradigma de “civilização” e acaba por, conscientemente ou não, o (re)produzir na população local.

Por fim, faz parte do trabalho do CLA sondar a percepção da comunidade local sobre a capacidade da ONU para proteger civis. Como já apontado, o foco na MONUSCO, principalmente para se distanciar da imagem de missões anteriores no Congo e buscar legitimidade, reside no discurso de Proteção de Civis. Por conseguinte, está expresso nos manuais uma preocupação de entender as prioridades e demandas da população local por segurança. Logo, o CLA, novamente, se coloca com intermediário entre os *peacekeepers* e os locais, com o objetivo de (des)conectar as partes desta conversa.

Mesmo que as tarefas dos CLAs apresentadas possam parecer uma digressão sobre minha pesquisa, procuro mostrar exatamente como os manuais, aqui focando no especializado para a MONUSCO, entendem o Assistente de Ligação Comunitária e apresentar como essas violências operam no dia-a-dia da missão. A próxima seção versará sobre esses documentos, a fim de entender como eles nos permitem acessar as práticas cotidianas dos CLAs, bem como as expectativas do grupo dominante, o Ocidente, oprimem esses profissionais.

#### **4.3. OS MANUAIS COMO UMA POSSIBILIDADE DE TRADUÇÃO DAS PRÁTICAS DOS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA**

Esta seção tem como objetivo reiterar a discussão sobre a fonte primária de acesso às práticas cotidianas dos Assistentes de Ligação Comunitária em Operações de Paz, especificamente a MONUSCO, os manuais sobre os CLAs (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016). Assim, esses documentos estão inseridos na proposta de “melhores práticas” no Departamento de Operações de Paz da ONU e buscam sistematizar como esse profissional (bem como os que trabalham com ou acima dele sob a bandeira da ONU) deve agir no terreno. Para além de considerar as potencialidades e desafios do emprego de CLAs nas Operações de Paz, é válido lembrar que eles (re)produzem valores coloniais a partir de suas expectativas embebidas pelo ideal de “modernidade” ocidental.

Nesse sentido, esta pesquisa vem focando em como o Assistente de Ligação Comunitária se torna o mediador desses dois mundos, representados pelos *peacekeepers* e a população local. No entanto, nesta seção busco discutir como esses artefatos possuem a capacidade de mediar a relação entre os atores no campo de Operações de Paz (Debrix, 2003). Em um primeiro momento, pode parecer

estranho como um documento consegue intermediar as relações entre essas partes, no entanto, é necessário considerar que eles possibilitam o ritual de iniciação e reiteração de valores no/do campo.

Para ser desdobrado para uma Operação de Paz, por exemplo, os contingentes militares dos países contribuintes de tropas passam por um adestramento em relação à doutrina ONU, com o objetivo de informar como funciona uma Operação de Paz, seu mandato, as Regras de Engajamento (documento referente ao uso da força) e como esses *peacekeepers* devem se engajar com outros funcionários da ONU e outros agentes no terreno. Entende-se, desse modo, que ao lhes expor a um treinamento baseado em documentos como a Doutrina Capstone (ONU, 2008), de uma maneira mais geral (como apresentado anteriormente), e a manuais específicos, como os relacionados aos CLAs, essas tropas estão aptas a protegerem civis e atuarem em nome da ONU.

Assim sendo, esses manuais são relevantes, porque permitem, a partir de uma leitura crítica e reflexiva (Bourdieu, 1989) da pesquisadora, acessar o conhecimento implícito do campo. Isso quer dizer, portanto, que eles consolidam as desigualdades de capital inerentes nas lutas entre agentes, uma vez que possibilitam a identificação de entendimentos do campo sobre seus assuntos mais relevantes, ou seja, a *doxa*. Ademais, eles são um instrumento de pesquisa importante, já que apontam a doutrina dominante, que faz parte da visão do grupo mais forte sobre aquele campo, no nosso caso, o Ocidente. Em outras palavras, esses documentos permitem investigar as práticas e as violências simbólicas daquele campo e compõem o mosaico congelado apresentado nas seções anteriores.

Nesse contexto, esta pesquisa argumenta que a relevância desses manuais para uma reflexão sobre as práticas dos CLAs na MONUSCO reside no fato de que eles me possibilitam visualizar a naturalização de violências simbólicas no cotidiano das Operações de Paz. Ademais, como eles são documentos circulados dentro da estrutura organizacional da ONU, eles também fazem parte da doutrina de Operação de Paz, se tornando normas daquele campo.

Como apontam Bueger e Gadinger (2018), a leitura desses documentos deve sempre estar focada nas práticas, isto é, esses artefatos existem como práticas por si mesmos, bem como possibilitam práticas dentro do campo. Por outro lado, Pouliot (2013) sugere que essa interpretação de texto se baseie no “espírito” foucaultiano, que procura evidenciar relações entre a produção de saberes e o poder.

Apesar de ser possível levantar discussões sobre metodologias de análise de discurso e suas diversas abordagens, esta pesquisa reflete sobre esses documentos a fim de extrair as práticas cotidianas e as violências simbólicas que elas (re)produzem. De outra maneira, esta pesquisa nasce e permanece com o foco teórico-metodológico nas práticas sem realizar uma hierarquia entre teoria e metodologia, respeitando a sociologia proposta por Bourdieu. Para esta pesquisa, consideraremos que

The core task of analyzing these texts is then to interpret them in the light of which practices were necessary to produce them, how practical knowledge or means of using these texts are inscribed to them, and what ways of receiving and using these texts are thinkable. The texts and artifacts are an element of practices. They should not be understood as having meaning outside of these practices. Textual analysis in this sense always understands text as part of a practical configuration and uses text to deduce practice and larger configuration (Bueger & Gadinger, 2018, p. 91).

Nessa perspectiva, também é possível realizar uma crítica a partir da importância da empiria nos trabalhos de Bourdieu, uma vez que as práticas cotidianas são refletivas a partir de um papel, um documento. Defensores dessa visão argumentariam que para realmente entender o objeto desta pesquisa, os Assistentes de Ligação Comunitária na MONUSCO, seria imprescindível fazer as malas, pegar um avião e realizar uma imersão no campo de Operações de Paz. Seria o caso, por exemplo, de trabalhar para a ONU em contato com esses profissionais, logo, acessá-los durante suas práticas e possivelmente entrevistá-los, a fim de buscar compreender seu cotidiano e as violências que eles sofrem.

No entanto, devo recordar que a proposta desta pesquisa do ponto de vista teórico-metodológico é realizar uma praxiografia, isto é, a prática de pesquisa sobre práticas, não uma etnografia, por exemplo (Bueger, 2014a). Mesmo assim, não se trata de desvalorizar um trabalho etnográfico, mas de reconhecer que uma reflexão nas *práxis* via documentos é tão válida quanto (Bueger & Gadinger, 2018, p. 138), bem como as impossibilidades de se ir a campo, sejam elas razões financeiras, organizacionais, legais, geográficas, sanitárias ou históricas (Pouliot, 2013). Dessa forma, a praxiografia também considera a reflexão sobre manuais como um possível caminho de aproximação com as práticas. Além disso, é apontado como vantagem o fato de que o conhecimento geralmente implícito nas ações do cotidiano é apresentado de forma explícita e didática nesses artefatos.

At the methodological<sup>37</sup> level, Bourdieu (1990: 25) calls for “a science of the social world that cannot be reduced either to a social phenomenology or to a social physics”. He contends that the practice of sociology contains two main “moments”. In its objectivist moment, sociology is a “social topology”, that is, “an analysis of relative positions and of the objective relations between these positions” (Bourdieu 1989: 16). The idea is to represent a configuration of agents who enter into a variety of relations structured by specific rules and unequally distributed amounts of capital (Pouliot, 2013, pp. 48-49).

Nesse sentido, é importante recordar também que um argumento nessa linha também esquece que o próprio Bourdieu produziu trabalhos<sup>38</sup> a partir do construto teórico-conceitual empregado nesta monografia que consideram documentos como instrumentos para se aproximar das práticas. Assim, quando ele refletiu sobre Martin Heidegger e sua filiação ao nazismo, era impossível “acessar” o campo, uma vez que seria necessária uma “viagem no tempo” (Bourdieu 1996). O mesmo ocorre na obra “*La noblesse d’État*”, uma vez que a etnografia é combinada com documentos históricos e dados estatísticos (Bourdieu, 1998).

Ao mesmo tempo, recorrer a esse tipo de argumento poderia desembocar em uma discussão ontológica e epistemológica para a virada prática, uma vez que o conceito basilar dessa visão permite a atribuição de diversos significados e, conseqüentemente, a forma que produzimos e acessamos o conhecimento sobre essas práticas muda. Esse é o tipo de discussão proposta por Kustermans (2016), por exemplo, ao apontar três possíveis interpretações de “práticas”, baseadas em (1) processos, (2) conhecimento prático e (3) instituições. Para esse autor, cada uma dessas noções de práticas é mobilizada por teóricos da prática e apresenta possibilidades de ampliação da análise condizentes com a proposta do movimento teórico, porém isso também nos leva a pensar em uma confusão entre pesquisadores da virada prática sobre o que o movimento realmente significa.

Apesar de Bueger e Gadinger (2018, pp. 170-174) reconhecerem esse cenário de heterogeneidade, isto é, a Teoria Prática Internacional (TPI) permanece uma rede frouxa de acadêmicos e profissionais interessados em várias facetas da

---

<sup>37</sup> É importante assinalar que o próprio autor desta citação reconhece em um momento anterior do texto que, para Bourdieu, uma separação entre teoria e metodologia como instituições bem estabelecidas do processo de pesquisa é problemática. “*For Bourdieu, the craft of research is, first and foremost, a practice, which rests on various skills developed through actual training and experience. Stylized exposés and abstract standards, according to him, are methodologically useless if not problematic*” (Pouliot, 2013, p. 46).

<sup>38</sup> Gostaria de agradecer à Anna Leander por lançar luz à minha reflexão e permitir um aprofundamento sobre a temática.

“virada prática”, como possível, eles não encaram essa opção como necessariamente negativa. Para eles, essa possibilidade permite o aumento da troca de ideias devido à multiplicação de conexões entre diferentes pesquisadores, ou seja, há um benefício por conta do intensivo debate sobre a teoria da prática e seus desafios, bem como o aprimoramento de combinações de abordagens criativas ou ecléticas.

No entanto, eles apontam que um desdobramento desses debates é a consolidação da TPI como novo paradigma na disciplina de Relações Internacionais, composto por um grupo definido de autores seminais, definições e ferramentas consolidadas, bem como um “estilo de pensamento” comum e um conjunto de questões a serem abordadas claramente definidas (Bueger & Gadinger, 2018, p. 171). Dessa forma, a intensificação do debate sobre as práticas internacionais é o que fundamenta a relevância do movimento atualmente e contribui para a disciplina. É nesse contexto, portanto, que esta monografia se insere.

Nesse sentido, ao utilizar manuais sobre os CLAs para acessar suas práticas cotidianas, me deparo com a estrutura do campo de Operações de Paz a fim de refletir sobre as violências que eles sofrem e podem conscientemente ou não (re)produzir para a comunidade local com quem eles trabalham. Consta-se, por exemplo, como o CLA é rotineiramente mencionado como uma ferramenta para os objetivos da ONU no terreno, sempre tentando lembrar ao leitor, nesse caso trata-se principalmente de *peacekeepers* que utilizaram o serviço dos CLAs, que é preciso ter cuidado com esse profissional para que ele não assuma uma posição mais poderosa no campo (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014, p. 17).

Desse modo, nota-se como o *habitus* do campo de Operação de Paz se preocupa com a subordinação dos CLAs, apesar de considerar sua *expertise* como essencial para o engajamento efetivo com a comunidade local. Percebe-se, portanto, que os Assistentes de Ligação Comunitária persistem relegados a uma categoria infantilizada nos olhos da ONU, uma vez que há uma estrutura colonial sendo reiterada cotidianamente. Contudo, como parte desta estrutura e, de certa forma, com disposições mais poderosas que outros congolese, os CLAs se encontram em uma posição de poder para (re)forçar os interesses ocidentais, via o mandato da Operação de Paz, na população local.

Torna-se mais evidente, em vista disso, que o discurso de “*local ownership*” como pautado por Mac Ginty (2012) ao discutir o hibrismo como uma solução a uma excessiva visão *top-down*, por exemplo, é mais uma *doxa* determinada pelo grupo dominante, o Ocidente, e que ao ser instrumentalizada pela ONU, pretende esconder-se atrás de ideais como a paz e exercer sua hierarquia mais livremente. A suposta participação popular no processo de “paz” contribui para a permanência dos interesses ocidentais na pauta, o que interfere diretamente na exploração de minérios no Leste do Congo e perpetua a (in)segurança e a violência (física e simbólica) na região, por exemplo.

Assim, a visão de “modernidade” defendida pelo Ocidente está sendo reestruturada com as diversas intervenções estrangeiras na RDC, sendo a MONUSCO sua versão mais atualizada. A Paz Liberal, portanto, continua a exercer a subjugação dos povos não europeus, partindo do princípio que lhes trará algum “benefício”. Nesse contexto, o Assistente de Ligação Comunitária, que sofre as pressões do *habitus* das Operações de Paz, busca conectar os *peacekeepers* e a população local, mas acaba deixando sua comunidade ainda mais desconectada. A paz se encontra esquecida no meio da violência simbólica e física em nome da “civilização” e do Estado vestfaliano.

#### **4.4. AS ASSEMBLAGENS GLOBAIS E OS ASSISTENTES DE LIGAÇÃO COMUNITÁRIA NA MONUSCO**

While all theories and concepts are necessarily incomplete and are ideally creative works in motion towards greater explanatory power, it is nevertheless important for scholars working with shared theories and concepts to seek some measure of shared understanding about the foundations that broadly define their approach. This is not only important for forging a common and more refined language, but also for driving scholarship forward through providing analytical structures that can be targeted, challenged and revised (Savage, 2020, p. 321).

A última seção deste capítulo caminha para uma discussão sobre assemblagens. Mesmo que o conceito não tenha sido formalmente discutido ao longo desta monografia, ele perpassa todos os debates já mobilizados, logo, afirmo que a própria pesquisa é uma assemblagem. Não se trata, por exemplo, de seguir um modelo formal-causal de início, meio e fim; primeiro com teoria, depois com metodologia e método, simplesmente é. Nesse sentido, busco apontar como esse



ferramental conceitual é utilizado nesta monografia, sua aplicação na combinação teórico-metodológica proposta neste estudo para, por fim, compreendermos como o Assistente de Ligação Comunitária se insere nesse contexto.

A tradução do conceito de assemblagem em trabalhos de Relações Internacionais, apesar de inspirado em Deleuze e Guattari, ultrapassa a proposta desses filósofos franceses. Antes sendo mobilizados em discussões na Antropologia e na Sociologia, as discussões sobre assemblagem nas RI se inauguram e se consolidam com os trabalhos de Saskia Sassen (2006) e, posteriormente, os de Michael Williams e Rita Abrahamsen (2009, 2010), principalmente com o conceito de assemblagens globais de segurança.

É importante ressaltar que essas obras, principalmente a de Sassen (2006, p. 5), não buscam teorizar esse conceito profundamente *à la* Deleuze e Guattari (como por exemplo esta monografia faz com Bourdieu), utilizando-o mais por seu caráter explicativo. Procura-se ver o que não é tão visível, com um foco para noções de desmontagem (*disassembly*) e remontagem (*reassembly*) de estruturas com diversos tipos de atores e objetos, indo além da centralidade do Estado-Nação tradicional das RI. Sassen (2014, p. 18) ainda aponta que a assemblagem é presente em seu trabalho não como uma metodologia bem estruturada, mas uma ferramenta para refletir sobre as mudanças em escala nacional e global com o processo de globalização.

[A]ssemblages help to understand transformation but also helps me to make visible the disassembling of existing institutional domains and collective understandings. For this reason I do not locate my theorization there in the category assemblage. For me it is a methodological issue: How can I discover? (...) People think that I am a Deleuzian because I use the term 'assemblage'. I am using it more like a 'carpenter' than as a Deleuzian (...) I am doing my own stuff and I am having a lot of fun with it as a kind of ignorant Carpenter (Sassen, 2014, p. 19).

Apesar de críticas importantes (Bueger, 2014b) sobre essa abordagem pouco reflexiva do conceito, esta pesquisa busca seguir o caminho apontado por Sassen. Aqui, a assemblagem ocupa um papel descritivo sobre o contexto de atuação do nosso objeto de estudo, os Assistentes de Ligação Comunitária, uma vez que reconhecemos a estrutura de uma Operação de Paz como mais uma parte do mosaico da presença estrangeira constante no Congo.

Diversos atores militares e humanitários, locais e internacionais, configuram uma assemblagem que ultrapassa as fronteiras territoriais da República

Democrática do Congo, entretanto operam diretamente no território nacional (re)forçando hierarquias coloniais para a população congoleza. Nesse cenário, argumento como o CLA possui o papel de percorrer esses “mundos”, mediando as interações entre eles.

Ao mesmo tempo, metodologicamente, entende-se que o emprego específico de assemblagem nesta monografia também possui conexões com a visão de praxiografia aqui utilizada. Nesse sentido, como um “carpinteiro ignorante”, proponho uma combinação teórico-conceitual-metodológica para refletir sobre um objeto tão ambíguo e singular, o Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO. Assim, a partir de narrativas extraídas de documentos muito específicos, os manuais sobre os CLAs, acessamos a *doxa*, e conseqüentemente, o *habitus* do campo de Operações de Paz a fim de refletir sobre as violências inerentes às práticas cotidianas desse profissional na República Democrática do Congo.

I think that in fact assemblage as a concept is better than assemblage as a ‘theory’. I think very few people today believe in metatheories of any kind because they are so aware of the kind of unfoldings and different kinds of variety of trajectories of social change. So assemblage as a concept is particularly useful because it is actually much more modest and honest, but also at the same time highlights our weaknesses as social scientists or social analysts of different kinds (Ong, 2014, p. 23).

Nesse sentido, Savage (2020) aponta três aspectos importantes ao pensarmos nas assemblagens: (1) relações de exterioridade e emergência; (2) heterogeneidade, relacionalidade e fluxo e (3) atenção ao poder, política e agência. Assim, entende-se que as práticas das Operações de Paz contam com diversos atores e grupos que, a partir de sua capacidade de influenciar o campo (capital) e os constrangimentos da estrutura (*habitus*), disputam cotidianamente a criação e a transformação da *doxa*. Reforça-se, portanto, o caráter relacional não fixo entre agentes, bem como as lutas por poder no campo transnacional da MONUSCO.

At the very least, an assemblage approach requires a commitment to some form of relational thinking and both analytical and methodological approaches that give primacy to understanding relations between components as a core part of policy analysis work. An approach to policy analysis that claims to adopt an assemblage approach, but which does not reflect relational thinking or associated analytical approaches, can hardly be understood as an assemblage approach, as such an approach would either grate uncomfortably against (or be entirely incompatible with) core tenets of assemblage theory (Savage, 2020, p. 327)

Dessa forma, a assemblagem empregada nesta pesquisa serve para lançar luz ao dinamismo das relações de poder globais em suas práticas cotidianas, pautadas pela distribuição de capital dentro do campo de Operações de Paz. Nesse sentido, estamos refletindo especificamente sobre uma assemblagem global de segurança, como a mobilizada por Rita Abrahamsen e Michael Williams (2009, 2010):

In the field of security, the result of these processes of disassembly and reassembly has been the formation of complex, multi-sited institutional orders – global security assemblages – where a range of different security agents interact, cooperate and compete to produce new practices and structures of security governance. As a descriptive term, ‘assemblage’ is intended to capture the new geographies of power that are simultaneously global and national, public and private: complex hybrid structures that inhabit national settings but are stretched across national boundaries in terms of actors, knowledges, technologies, norms and values (Abrahamsen & Williams, 2010, p. 95).

Desse modo, Williams (2014, p. 26) enxerga a assemblagem como uma estrutura desagregada com dimensões materiais e imateriais (ideias), que são reunidas em uma bricolagem, funcionando de uma forma sistêmica (em um campo), condizendo com a visão dos Estudos Críticos de Segurança apontados anteriormente nesta pesquisa (Aradau et al., 2015, pp. 7-8). Apesar de esses autores teorizarem a assemblagem para refletir sobre a atuação de companhias privadas de segurança, ou seja, possuem um outro foco na discussão sobre o campo da (in)segurança, compreendo que essa perspectiva é válida para esta monografia, tendo em vista que eles combinam esta ferramenta conceitual com a visão de Bourdieu.

Assim sendo, a perspectiva dos autores é uma combinação entre o conceito de assemblagem e a “caixa de ferramentas” conceituais de Bourdieu, principalmente a discussão sobre a inserção e a influência em um campo por meio dos capitais. Por um lado, a abordagem do “campo” de Bourdieu é pouco refletida em um parâmetro transnacional, como é feito nesta monografia. Por outro, o conceito de assemblagem precisa de uma limitação, um recorte (se não, tudo faz parte pesquisa), que pode ser oferecido ao focar na estrutura de capitais simbólicos dos atores. *“There is, then, a certain degree of conceptual slippage in our works between field theory and assemblage theory”* (Abrahamsen, 2014, p. 27).

Nessa perspectiva, esta pesquisa compreende o campo das Operações de Paz, especificamente a MONUSCO, como uma assemblagem global dentro do

grande campo da segurança. Apresentei nos primeiros capítulos como esse campo conta com três níveis de comando, o estratégico (localizado em Nova York), o operacional (geralmente localizado na capital do país anfitrião, no caso, Kinshasa) e o tático (o contato direto com a população local, como nas bases militares espalhadas pelas províncias do Leste do Congo). Outro fator que torna esse campo transnacional é que há diversos atores que não trabalham sob a “bandeira da ONU” no terreno, como as ONGs, mas pode-se também pensar nos grupos militares rebeldes e nos grupos interessados na exploração econômica dos minérios, por exemplo.

Nesse sentido, a MONUSCO engloba diferentes atores, com diferentes capitais (econômicos, culturais e social) e diversos interesses/objetivos. Mesmo em um esforço de “paz”, como o que a ONU defende, pode-se encontrar diferentes interpretações de como alcançá-la, o que dificulta a interação entre esses agentes. É por isso que o Assistente de Ligação Comunitária é central para o andamento de uma Operação de Paz complexa, com tantas tarefas “humanitárias” e de “estabilização” no mandato, como a MONUSCO.

A *expertise* linguística e cultural desse profissional lhe permite um “olhar holístico” para a situação, podendo auxiliar a ONU a garantir seus objetivos no terreno, bem como proporciona uma forma de (re)produção de práticas coloniais, tendo em vista a assimetria do encontro linguístico entre colonizador e colonizado (Thiong’o, 1993). Assim, seu papel de mediador, isto é, quem que conecta e desconecta simultaneamente os *peacekeepers* e a comunidade local possibilita, segundo os manuais, a conexão entre os receptores da “ajuda” e quem busca provê-la, bem como permite uma maior integração para o “*local ownership*” da população congoleza (MONUSCO Civil Affairs Ops East, 2014; UN-DPKO/DFS, 2016).

Entretanto, como busquei argumentar nesta pesquisa, esse discurso ressalta um ideal de “Modernidade” ocidental que acaba reforçando a imposição de valores europeus à RDC e sua população. Infantilizados e desumanizados, eles são vistos como “atrasados” em uma linha evolutiva rumo ao “progresso”. Essa lógica esteve presente nas intervenções estrangeiras no Congo desde a “conquista” de Leopoldo e continua com uma nova roupagem, a da Paz Liberal, atualmente (Moreno, 2011).

Dessa forma, entendo, a partir da leitura dos manuais, que “preso” e/ou “perdido” entre dois “mundos”, o local e o internacional; o “nós” e o “eles”; a sua cultura e a cultura ocidental; a sua língua e a língua da missão, os Assistentes de

Ligação Comunitária acabam, conscientemente ou não, (re)produzindo os ideais de civilização violentos implicitamente orquestrados no *doxa* do campo de Operações de Paz a partir de suas práticas cotidianas de (des)conexão na MONUSCO. Nessa perspectiva, os CLAs são cúmplices de um projeto de teor colonial da ONU na República democrática do Congo, enquanto transitam linguístico e culturalmente entre esses dois “mundos”.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia objetivou refletir sobre as violências simbólicas inerentes às práticas cotidianas no campo das Operações de Paz. Para tal, centrei minha análise no Assistente de Ligação Comunitária (CLAs) na missão que ocorre atualmente na República Democrática do Congo, a MONUSCO. Observa-se, entretanto, que um foco na atualidade implica em considerar as raízes no passado, isto é, as violências sofridas e (re)produzidas pelos CLAs apontadas ao longo da pesquisa remetem à experiência colonial vivida pela RDC com as intervenções belgas, seguidas da perpetuação da presença dos interesses políticos do Ocidente em um momento pós independência.

Nesse sentido, pontuo que a riqueza da reflexão proposta só foi possível a partir de uma combinação teórica entre os conceitos de Bourdieu, sua aplicação na virada prática das Relações Internacionais e os estudos pós-coloniais. Nota-se, portanto, que a pesquisa não conseguiria explorar tão profundamente as relações violentas entre os atores sem um entendimento contextual mais amplo, apesar de possíveis críticas ao vínculo entre essas abordagens. Contudo, identifica-se que ainda há questões a serem refletidas, principalmente no que tange a consolidação da virada prática nas RI, tanto teórico, como metodologicamente.

Além disso, cumpre ressaltar assemblagem/bricolagem utilizada nesta pesquisa, não somente refletindo sobre a combinação teórica, a pesquisa buscou lançar luz ao mosaico de relações entre os atores no campo. Expus que o campo envolvendo as Operações de Paz deve ser visto como um campo transnacional, já que contém diversos atores, com diferentes percepções sobre o *habitus* e a *doxa*, exercendo sua influência (medida em capital simbólico) para definir a disputa sobre a visão de “paz” que deve ser empregada na República Democrática do Congo. É importante apontar, ainda, que esse mosaico é sustentado a partir de vivências violentas do passado colonial que são reiteradas pelos mais diversos atores, dentre eles os CLA, nas práticas cotidianas na MONUSCO.

Dessa forma, ao acessar as práticas cotidianas a partir dos manuais da ONU sobre meu o objeto de estudo desta pesquisa, os Assistentes de Ligação Comunitária, tive como objetivo materializar a naturalização e a normatização da violência simbólica nas Operações de Paz, de uma forma mais geral, e a

MONUSCO, mais especificamente. A praxiografia utilizada nesta monografia associada aos estudos pós-coloniais proporciona questionamentos sobre a suposta neutralidade da narrativa proposta sobre esses profissionais (CLAs) e a do narrador, que possui uma visão ocidentalizada sobre a definição de “paz sustentável” e a (re)produz nesses documentos.

Nesse sentido apresentei, também, a importância da linguagem como instrumento de subjugação de diferentes povos, devido ao seu caráter representacional da cultura. Assim, o Assistente de Ligação Comunitária possui a tarefa cotidiana de mediar linguístico-culturalmente esses dois “mundos”, os *peacekeepers* (o internacional) e os congolezes (o local), ao mesmo tempo que acaba por não pertencer a nenhum deles. Para o Ocidente, os CLAs são infantilizados e vistos como “bons garotos” ao ajudar o projeto (neo)modernizante no terreno, enquanto que, para a comunidade local, ele é visto como traidor, uma vez que inexistente uma tradução/interpretação perfeita entre pares de línguas<sup>39</sup>, bem como é cúmplice da ONU.

Conectando e desconectando, as práticas do Assistente de Ligação Comunitária na MONUSCO de traduzem em processos de violência simbólica em um discurso moral onde há questões envolvendo a paz e agenda humanitária, isto é, uma figura de proteção e cuidado se torna mais um ator marginalizado em um contexto de sofrimento. Nessa perspectiva, os CLAs persistem como um objeto de estudo rico segundo as mais diversas análises, tornando-se algo em aberto. Portanto, é necessário ser estudado a fim de refletir múltiplas questões inclusive aquelas que envolvam a alteridade e violências(s).

---

<sup>39</sup> Essa discussão leva ao um dos principais lemas do trabalho de interpretes originário no italiano: “*traduttore, traditore*”. Com palavras semelhantes (traidor e tradutor), busca-se demonstrar que é impossível expressar toda a mensagem de um idioma para outro, devido ao caráter excepcional de cada língua, seja por conta da gramática ou vocabulário, por exemplo. Dessa forma, o trabalho de tradução/interpretação está sempre fadado à frustração e, portanto, pode levar à traição da intenção do mensageiro.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSEN, R. Tracing Global Assemblages, Bringing Bourdieu to the Field. In: ACUTO, M; CURTIS, S. (Eds.). *Reassembling international theory: Assemblage thinking and international relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. p. 25-31.

ABRAHAMSEN, R; WILLIAMS, M. Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics. *International Political Sociology*, v. 3, n.1, p. 1-17, 2009.

\_\_\_\_\_. *Security Beyond the State: Private Security in International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ADLER, E. *World ordering: a social theory of cognitive evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

ADLER, E; POULIOT, V. International practices: introduction and framework. In: \_\_\_\_\_. (Eds.). *International Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 3-35.

ADLER-NISSEN, R. Introduction. In: ADLER-NISSEN, R (Ed.). *Bourdieu and International Relations. Rethinking key concepts in IR*. Nova York: Routledge, 2013.

ANTONINI et al. Introducing NPIT studies In: ANTONINI et al. (Ed.). *Non-professional Interpreting and Translation. State of the art and future of an emerging field of research*. Amsterdam e Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2017. p. 1-28.

ARADAU et al. Introducing critical security methods. In: ARADAU et al. (Eds.). *Critical Security Methods: new frameworks for analysis*. Nova York e Oxon: Routledge, 2015. p. 1-22.

ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU). *Resolução 72/262 C*. AG/Index: A/RES/72/262 C, cinco de julho de 2018. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/72/262C>>. Acesso em 08 ago. 2020.

AUTESSERRE, S. Dangerous Tales: dominant narratives on the Congo and their unintended consequences. *African Affairs*, v. 111, n. 443, p. 202–222, 2012. DOI: 10.1093/afraf/adr080.



\_\_\_\_\_. D. R. Congo: Explaining Peace Building Failures, 2003-2006. *Review of African Political Economy*, n. 113, p. 423-441, 2007. DOI: 1080/03056240701672510.

\_\_\_\_\_. Local Violence, National Peace? Postwar “Settlement” in the Eastern D.R. Congo (2003–2006). *African Studies Review*, v. 49, n. 3 p. 1–29, 2006.

\_\_\_\_\_. *The trouble with the Congo*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BAKER, C. It's not their job to soldier: distinguishing civilian and military in soldiers' and interpreters' accounts of peacekeeping in 1990s Bosnia-Herzegovina. *Journal of War & Culture Studies*, v. 3, n. 1, 2010a, pp. 137-150. DOI: 10.1386/jwcs.3.1.137\_1.

\_\_\_\_\_. Prosperity without Security: The Precarity of Interpreters in Postsocialist, Postconflict Bosnia-Herzegovina. *Slavic Review*, v. 71, n. 4, 2012, pp. 849-872.

\_\_\_\_\_. The Local Workforce of International Intervention in the Yugoslav Successor States: ‘Precariat’ or ‘Projectariat’ Towards an Agenda for Future Research. *International Peacekeeping*, v. 21, n. 1, 2014, pp. 91-106. DOI:10.1080/13533312.2014.899123.

\_\_\_\_\_. The Care and Feeding of Linguists: The Working Environment of Interpreters, Translators, and Linguists During Peacekeeping in Bosnia-Herzegovina. *War & Society*, v. 29, n. 2, 2010b, pp. 154-175. DOI: 10.1179/204243410X12674422128993.

BESSA, M. *Leste da República Democrática do Congo: construindo espaço político alternativo à representação de Estado?* 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BOULDEN, J. United Nations Operation in the Congo. In: KOOPS et al. (Ed.). *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 160-170.

BOURDIEU, P. *The Algerians*. Boston: Beacon Press, 1961.

\_\_\_\_\_. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport: Greenwood, 1986. pp. 15-29.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *The Logic of Practice*. Nova York: Stanford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *The Political Ontology of Martin Heidegger*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *The State Nobility: Elite Schools in the Field of Power*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Outline of a Theory of Practice*. 28ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BUEGER, C. Making Things Known Epistemic Practices: the United Nations, and the Translation of Piracy. *International Political Sociology*, vol. 9, n. 1, pp. 1–18, 2015.

\_\_\_\_\_. Pathways to practice: praxiography and international politics. *European Political Science Review*, v. 6, n. 3, p. 383-406, 2014a. DOI: 10.1017/S1755773913000167.

\_\_\_\_\_. Thinking assemblages methodologically: Some rules of thumb. In: ACUTO, M; CURTIS, S. (Eds.). *Reassembling international theory: Assemblage thinking and international relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014b. p. 58-66.

BUEGER, C; GANDIGER, F. *International practice theory: new perspectives*. 2ª ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

\_\_\_\_\_. The Play of International Practice. *International Studies Quarterly*, v. 59, n. 3, p. 1–12, 2015. DOI: 10.1111/isqu.12202

BUZAN, B; HANSEN, L. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CHARBONNEAU. It is Not About Peace: UN Peacekeeping and Perpetual War, *International Peacekeeping*, 2019. DOI: 10.1080/13533312.2019.1677285.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). *Resolução 1925*. S/Index: S/RES/1925, vinte e oito de maio de 2010. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1925>>. Acesso em 25 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. *Resolução 2098*. S/Index: S/RES/2098, vinte e oito de março de 2013. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/2098>>. Acesso em 25 mar. 2020.

DAELLO, R. Introduction. In: DAELLO, R. (Ed.). *Bourdieu and Postcolonial Studies*. Liverpool: Liverpool University Press, 2016. p. 1-16.

DEBRIX, F. Introduction: Rituals of Mediation. In: DEBRIX, F; WEBER, C. (Eds.). *Rituals of Mediation*. International Politics and Social Meaning. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 2003. p. xxi-xlii.

DE CONING, C. Is stabilization the new normal? Implications of stabilization mandates for the use of force in UN peacekeeping operations. In: \_\_\_\_\_. *The use of force in UN peacekeeping*. Nova York: Routledge, 2018, p. 85-99.

DOSS, A. United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUC). In: KOOPS et al. (Ed.). *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015a. p. 656-670.

\_\_\_\_\_. United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO). In: KOOPS et al. (Ed.). *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015b. p. 803-817.

DOTY, R. *Imperial Encounters*. The Politics of Representation in North-South Relations. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1996.

DOYLE, M. *Liberal Peace: Selected Essays*. Londres e Nova York: Routledge, 2012.

EDSTRÖM, H; GYLLENSPORRE, D. *Political Aspirations and Perils of Security Unpacking the Military Strategy of the United Nations*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.

EPSTEIN, C. *The Power of Words in International Relations: birth of an anti-whaling discourse*. Cambridge, Massachusetts e Londres: MIT Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Stop Telling Us How to Behave: Socialization or Infantilization? *International Studies Perspectives*, n. 13, p. 135–145, 2012.

FERNÁNDEZ, M. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*. v. 8, n. 15, p. 458-485, 2019.

FOLEY, C. *UN Peacekeeping Operations and the Protection of Civilians*. Nova York: Cambridge University Press, 2017.

FRANÇA, V. As práticas cotidianas dos Assistentes de Linguagem na MINUSTAH. *Cadernos de Relações Internacionais*, vol. 1, n. 1, 2020. DOI: 10.17771/PUCRio.CadRI.48063.

GO, J. Decolonizing Bourdieu: Colonial and Postcolonial Theory in Pierre Bourdieu's Early Work. *Sociological Theory*, vol. 31, n. 1. p. 49-74, 2013. DOI: 10.1177/0735275113477082.

\_\_\_\_\_. *Postcolonial Thought and Social Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. Bourdieu, Argélia e a Perspectiva Pós-Colonial. *Contemporânea*. v. 8, n. 1, pp. 11-32, 2018. DOI: 10.4322/2316-1329.049.

GOETZE, C. *The Distinction of Peace: A Social Analysis of Peacebuilding*. Michigan: University of Michigan Press, 2017.

GORUR, A. *Defining Boundaries UN Stabilization Missions*, 2016. Disponível em: <<https://www.stimson.org/sites/default/files/file-attachments/Defining-Boundaries-UN-Stabilization-Missions.pdf>>. Acesso em 09 jun. 2019.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). *Killings in Kiwanja. The UN's Inability to Protect Civilians*, 2008. Disponível em: <[https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/9AB26C93A19E67024925751C001EF00D-Full\\_Report.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/9AB26C93A19E67024925751C001EF00D-Full_Report.pdf)>. Acesso em 02 set. 2020.

HUNT, C. All necessary means to what ends? The unintended consequences of the 'robust turn' in UN peace operations. *International Peacekeeping*, vol. 24, n. 1, p. 108-131, 2017. DOI: 10.1080/13533312.2016.1214074.

INAYATULLAH, N; BLANEY, D. *International Relations and the Problem of Difference*. Nova York e Londres: Routledge, 2004.

JAHN, B. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Democratization, Intervention, Statebuilding (Part I). *Journal of Intervention and Statebuilding*, v. 1, n. 1, p. 87-106, 2007a.

\_\_\_\_\_. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Democratization, Intervention, Statebuilding (Part II). *Journal of Intervention and Statebuilding*, v. 1, n. 2, p. 211-229, 2007b.

KARLSRUD, J. From Liberal Peacebuilding to Stabilization and Counterterrorism. *International Peacekeeping*, vol. 26, n. 1, 2019, p. 1-21. DOI:10.1080/13533312.2018.1502040.

KAWAGUTI, L. *A república negra*. Histórias de um reporter sobre tropas brasileiras no Haiti. São Paulo: Editora Globo, 2006.

KELLY, M; BAKER, C. *Interpreting the peace – Peace Operations, Conflict and Language in Bosnia-Herzegovina*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

KEOHANE, R. International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*. v. 32, p. 379-396, 1988.

KEOHANE, R; NYE, J. *Power and interdependence*. 4<sup>a</sup> ed. Nova York: Longman, 2012.

KODDENBROCK, K. Recipes for Intervention: Western Policy Papers Imagine the Congo. *International Peacekeeping*, v. 19, n. 5, p. 549-564, 2012. DOI: 10.1080/13533312.2012.721987.

KOOPS et al. Introduction. In: KOOPS et al. (Ed.). *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KRISTENSEN, P. International Relations at the End: A Sociological Autopsy. *International Studies Quarterly*. v. 62, p. 245–259, 2018. DOI: 10.1093/isq/sqy002.

KULLENBERG, J. Community Liaison Assistants: a bridge between peacekeepers and local populations. *Forced Migration Review*. v. 53, n. 1, p. 44-47, 2016.

Disponível em:  
<<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/community-protection/kullenberg.pdf>>. Acesso em 09 jun. 2020.

KUSTERMANS, J. Parsing the Practice Turn: Practice, Practical Knowledge, Practices. *Millennium: Journal of International Studies*. v. 44, n. 2, p. 175-196, 2016. DOI: 10.1177/0305829815613045.

LAKE, D. Theory is dead, long live theory the end of the great debates and the rise of eclecticism in international relations. *European Journal of International Relations*. vol. 19, n. 3. p. 567–587, 2013. DOI: 10.1177/1354066113494330.

LEANDER, A. The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations. *International Political Sociology*, vol. 5, n. 1, p. 294–313, 2011.

\_\_\_\_\_. *The Realpolitik of Reason: thinking International Relations through fields, habitus and Practice*. Copenhagen: CBS, Institute of Intercultural Communication and Management. Working Paper n. 83, 2006.

LEANDER, A; WÆVER, O. Introduction assembling exclusive expertise: knowledge, ignorance and conflict resolution in the Global South. In: LEANDER, A; WÆVER, O. (Ed.). *Assembling Exclusive Expertise. Knowledge, Ignorance and Conflict Resolution in the Global South*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 1-20.

MAC GINTY, R. Against Stabilization. *Stability: International Journal of Security & Development*, vol. 1, n. 1, p. 20-30, 2012. DOI:10.5334/sta.ab.

\_\_\_\_\_. *International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace*. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

MILLS, C. *The Racial Contract*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1999.

MONUSCO Civil Affairs Ops East. *CLA Best Practice Review*, 2014. Disponível em <[https://janoschkullenberg.files.wordpress.com/2014/09/cla-review-final\\_270814.pdf](https://janoschkullenberg.files.wordpress.com/2014/09/cla-review-final_270814.pdf)>. Acesso em 09 jun. 2020.

MORENO, M. *Uma Leitura Pós-Colonial sobre as “Novas” Operações de Paz da ONU: o caso da Somália*. Rio de Janeiro, 2011. 455p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MORENO et al. Trapped Between Many Worlds: A Post-colonial Perspective on the UN Mission in Haiti (MINUSTAH). *International Peacekeeping*. v. 19, n. 3, p. 377-392, 2012. DOI: 10.1080/13533312.2012.696389.

MOULIN, C. Narrative. In: MHURCHÚ, A; SHINDO, R. *Critical Imaginations in International Relations*. Londres e Nova York: Routledge, 2016. p. 136-152.

MUTURZIKIN. *Cartes linguistiques en Afrique République Démocratique du Congo*, 2007. Disponível em: <<http://www.muturzikin.com/cartesafrique/12.htm>>. Acesso em 25 mar. 2020.

NZONGOLA-NTALAJA, G. *The Congo from Leopold to Kabila: A People's History*. 3ª ed. Londres e Nova York: Zed Books, 2007.

ONG, A. The carpenter and the bricoleur. In: ACUTO, M; CURTIS, S. (Eds.). *Reassembling international theory: Assemblage thinking and international relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. p. 17-24.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Carta da ONU*, 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em 08 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *United Nations Peacekeeping Operations. Principles and Guidelines*. Nova York, 2008.

PARIS, R. Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism. *International Security*, vol. 22, n. 2, p. 54-89, 1997.

\_\_\_\_\_. Saving Liberal Peacebuilding. *Review of International Studies*. v. 36, n. 2, p. 337-365, 2010.

PENNYCOOK, A. *Language as local practice*. Nova York: Routledge, 2010.

PERES, A. *Contando histórias: fixers em Sarajevo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

POULIOT, V. *International Pecking Orders*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

\_\_\_\_\_. Methodology. In: ADLER-NISSEN, R (Ed.). *Bourdieu and International Relations*. Rethinking key concepts in IR. Nova York: Routledge, 2013. p. 45-58.

POULIOT, V; MÉRAND, F. Bourdieu's concepts. In: ADLER-NISSEN, R (Ed.). *Bourdieu and International Relations*. Rethinking key concepts in IR. Nova York: Routledge, 2013. p. 24-44.

PUWAR, N. “Postcolonial Bourdieu”: Notes on the Oxymoron. *Transversal Texts*, 2008. Disponível em: <<https://transversal.at/transversal/0308/puwar/en>>. Acesso em 17 ago. 2020.

RICHMOND, O. UN peace operations and the dilemmas of the peacebuilding consensus. *International Peacekeeping*, vol. 11, n. 1, p. 83-10, 2004. DOI: 10.1080/1353331042000228403.

\_\_\_\_\_. The problem of peace: understanding the ‘liberal peace’. *Conflict, Security & Development*. v. 6, n. 3, p. 291-314, 2006.

\_\_\_\_\_. Para além da paz liberal? Respostas ao “retrocesso”. *Contexto Internacional*, vol. 32, n. 2, 2010. DOI: 10.1590/S0102-85292010000200002.

SAID, E. *Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World*. Nova York: Vintage Books, 1997.

SALTER, M. The practice turn: introduction. In: SLATER, M; MUTLU, C. *Research Methods in Critical Security Studies: an introduction*. Londres e Nova York: Routledge, 2013. p. 15-24.

SASSEN, S. *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. The carpenter and the bricoleur. In: ACUTO, M; CURTIS, S. (Eds.). *Reassembling international theory: Assemblage thinking and international relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. p. 17-24.

SILVA, I. *Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz*. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.

SILVA, L; OLIVEIRA, L. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. *Revista Faculdade Santo Agostinho*. v. 14, n. 3, p. 160-174, 2017. DOI: 10.12819/2017.14.3.9.

SIQUEIRA, I. Contribuições da Teoria da Prática de Pierre Bourdieu. In: SIQUEIRA, I. et al. (Org.). *Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos Vol. II*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019. p. 95-123.

SOLHJELL, R; GJELSVIK, I. Female Bodies and Masculine Norms. Challenging Gender Discourses and the Implementation of Resolution 1325 in Peace



Operations in Africa. *Norwegian Institute of International Affairs*, 2013. Disponível em: <<https://munin.uit.no/bitstream/handle/10037/6868/article.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 ago. 2020.

SOUZA JÚNIOR, I. *O uso do assistente de linguagem em missões de paz da ONU*, 2016. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/repositorio-de-arquivos/category/17-o-uso-do-assistente-de-linguagem-em-missoes-de-paz-da-onu>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

THIONG'O, N. *Decolonizing the Mind*. The Politics of Language in African Literature. 2ª ed. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1994.

\_\_\_\_\_. *Moving the Centre*. The Struggle for Cultural Freedoms. Nairobi: East African Educational Publishers, 1993.

THIRY-CHERQUES, H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*. vol. 40, n. 1, p. 27-53, 2006. DOI: 10.1590/S0034-76122006000100003.

TRAN, M. Translators fight the fatal effects of the language gap. *The Guardian*, 2012. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2012/apr/11/volunteers-translation-language-health-messages>>. Acesso em 25 maio 2019.

TRANSLATORS WITHOUT BORDERS (TWB). *The four national languages of DRC*, 2020. Disponível em: <<https://translatorswithoutborders.org/four-national-languages-DRC>>. Acesso em 08 ago. 2020.

TULL, D. Comment – UN peacekeeping in the Democratic Republic of the Congo. The travails of civilian protection. In: KRIEGER, H. *Inducing Compliance with International Humanitarian Law*. Lessons from the African Great Lakes Region. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 399-413.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF GLOBAL COMMUNICATIONS. *The United Nations System*, 2019. Disponível em: <[https://www.un.org/en/pdfs/18-00159e\\_un\\_system\\_chart\\_17x11\\_4c\\_en\\_web.pdf](https://www.un.org/en/pdfs/18-00159e_un_system_chart_17x11_4c_en_web.pdf)>. Acesso em 08 ago. 2020.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACE OPERATIONS (UN-DPO). *Departments of Political and Peacebuilding Affairs and Peace Operations*, 2019.

Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dppa-dpo-org-chart-2019.pdf>>. Acesso em 08 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. *The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping Handbook*, 2020.

Disponível em: <[https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpo\\_poc\\_handbook\\_final\\_as\\_printed.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpo_poc_handbook_final_as_printed.pdf)>. Acesso em 09 jul. 2020.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS AND DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT (UN-DPKO/DFS). *Community Liaison Assistants in United Nations Peacekeeping Operations: Survey of Practice*, 2016. Disponível em: <<http://dag.un.org/handle/11176/400583>>. Acesso em 09 jul. 2020.

VASCONCELLOS, M. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & Sociedade*. vol. 23, n. 78, p. 77-87, 2002. DOI: 10.1590/S0101-73302002000200006

WÆVER, O. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, S; BOOTH, K; ZALEWSKI, M. *International Theory: postivism & beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149-187.

WALTZ, K. *Theory of international politics*. Nova York: McGraw-Hill, 1979.

WILLIAMS, M. Tracing Global Assemblages, Bringing Bourdieu to the Field. In: ACUTO, M; CURTIS, S. (Eds.). *Reassembling international theory: Assemblage thinking and international relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014. p. 25-31.

WOLTON, D. Uma teoria da comunicação. In: WOLTON, D. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 15-28.

ZEHFUSS, M. Remembering to forget/forgetting to remember. In: BELL, D. (Ed.). *Memory, Trauma and World Politics. Reflections on the Relationship Between Past and Present*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 213-230.